

SEMEANDO O DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO:

ATORES,
E AUTONOMIA
DO MOVIMENTO
POPULAR

CADERNO ESPECIAL

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Ficha catalográfica

- S471 Seminário de Direito Humano à Educação: (2006: Recife, PE).
Seminário de Direito Humano à Educação: autoria e autonomia do movimento popular; organização Célia Rique e Luciana Pionório.– Recife: Gajop, 2005.
1. Direito a educação – Discursos, ensaios, conferências. 2. Educação e Estado – Brasil. 3. Educação – Aspectos sociais – Brasil. I. Título. II: Autoria e autonomia do movimento popular. III. Rique, Célia (Org.). IV. Pionório, Luciana (Org.).

CDU 37.014.1
CDD 370.11

SEMEANDO O DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO: ATORES, E AUTONOMIA DO MOVIMENTO POPULAR

CADERNO ESPECIAL

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

ORGANIZADORAS

Célia Rique

Luciana Pionório

Recife, 2006

O pior analfabeto é o analfabeto político.
Ele não ouve, não fala nem participa dos acontecimentos políticos.
Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio depende das decisões políticas.
O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política.
Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, o assaltante e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais.

(Bertold Brecht, O Analfabeto Político)

**PROMOTORES, EXECUTORES E PARCEIROS
DO SEMINÁRIO DE DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO**

Atores, Organizações Sociais por Bairro

BAIRROS	ENTIDADES	N.º DE PARTICIPANTES	N.º DE ENTIDADES
Boa Viagem	Conselho de Moradores da Comunidade da Xuxa	3	1
Brasília Teimosa	Centro Educacional Profissionalizante Turma do Flau	15	2
Brasília Teimosa	Cepoma		
Brasília Teimosa	Conselho Escolar	6	2
Brasília Teimosa	Ocupação 21 de Abril		
Ibura	Rádio Paz nas Escolas	41	24
Ibura	Rap Gospel		
Ibura	Banda Musical		
Ibura	Rede de Cultura REAÇÃO		
Ibura	Associação dos Moradores da UR-05		
Ibura	Lar de Sandro		
Ibura	Maracatu Semente Zumbi		
Ibura	Escola Florestan Fernandes		
Ibura	Associação de Moradores Pantanal		
Ibura	Clube de Mães Parque dos Milagres		
Ibura	Associação Tancredo Neves		
Ibura	União Social do Ibura (USI)		
Ibura	União de Moradores de Três Carneiros		
Ibura	Agente Jovem		
Ibura	Centro Comunitário UR-12		
Ibura	NAC - Jardim Monte Verde		
Ibura	ProJovem		
Ibura	Nação Hip-Hop		
Ibura	Conselho de Moradores 27 de Abril		
Ibura	CIA Aje		
Ibura	Centro Social Salgado		
Ibura	Associação de Moradores P. Milagres		
Ibura	Escola Professor Jordão Emerenciano		
Ibura	Instituto Semente		
Iputinga	Núcleo de Moradores da Iputinga	21	7
Iputinga	MLMPE		
Iputinga	Associação de Moradores do Barbalho		
Iputinga	Amigos da Iputinga		
Iputinga	Agente Jovem		
Iputinga	Grupo Zamboo		
Iputinga	ARRCA		
Pina	Teatro Barreto Júnior	8	4
Pina	Procriu		
Pina	Centro de Revitalização e Valorização da Vida (CRVV)		
Pina	Escola Nossa Senhora da Conceição		
Santo Amaro	Clube das Mães	9	5
Santo Amaro	Mirim Brasil		
Santo Amaro	Ifá-Rhadha de Art' Negra		
Santo Amaro	Movimento Teatro Popular		
Santo Amaro	Associação de Moradores da Rua dos Casados		
Outros	ARCCA	4	5
Outros	Escola Senador Novaes Filho		
Outros	União de Moradores da Vila do Buriti		
Outros	União Futebol Clube		
Outros	Fórum das Juventudes do Recife		
TOTAL:		107	50

Comissão de Elaboração de Convite/ Ofícios

- Irmã Anatília de Souza Viana – CRVV/ Procriu – Pina
- Ana Cláudia R. Tavares – Neimfa – Joana Bezerra
- Manoel Messias dos Santos – Conselho de Moradores da Comunidade da Xuxa – Boa Viagem
- Wagner Matias – Ifá-Rhadha de Art' Negra – Santo Amaro

Comissões de Mobilização

- Aline Fagundes – Instituto Semente – Ibura
- Irmã Anatília de Souza Viana – CRVV/ Procriu – Pina
- Antônio Teixeira – Associação de Moradores do Pantanal – Ibura
- Carla Janaína O. da Silva – Turma do Flau – Brasília Teimosa
- Clóvis B. Júnior – Ifá-Rhadha de Art' Negra – Santo Amaro
- Cristiana Lopes – CIA AJE/ REAÇÃO – Ibura
- Gilda Rocha – Núcleo de Moradores – Iputinga
- Gilvan Ramos – União Social do Ibura (USI) – Ibura
- Iran Vicente – Rede de Cultura – REAÇÃO – Ibura
- Jaqueline Soares da Silva – Grupo Zamboo – Iputinga
- José Cleto M. Oliveira – Projeto Cultural REAÇÃO – Ibura
- Manoel Messias dos Santos – Conselho de Moradores da Comunidade da Xuxa – Boa Viagem
- Maria Eliane Oliveira – NAC/ Jardim Monte Verde – Ibura
- Paulo Atayde – Semente Zumbi – Ibura
- Rogério de Barros Ferreira – União Social do Ibura (USI) – Ibura
- Wagner Matias – Ifá-Rhadha de Art' Negra – Santo Amaro
- Wedvânia Nascimento – Brasilit

Comissão de Apoio Operacional à Execução

- Cibele Tavares e Edna Jatobá - Estagiárias da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no Programa Educação para a Cidadania
- Carla Janaína O. da Silva – Turma do Flau – Brasília Teimosa
- Clóvis B. Júnior – Ifá-Radha de Art' Negra – Santo Amaro
- Leniza F. do Nascimento – Clube de Mães Santa Mônica – Santo Amaro
- Maria Laiza Freitas – Clube de Mães Santa Mônica/ Mirim Brasil – Santo Amaro
- Romildo Ismael de Lima – Rádio Paz nas Escolas – Ibura
- Wagner Matias – Ifá-Radha de Art' Negra – Santo Amaro.

As ONGs Parceiras

Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF) – Assessoria à Comunicação Social

Prestando assessoria à Comissão de Mobilização constituída pelas organizações sociais dos bairros na convocação para o seminário e instruindo sobre os métodos de utilização dos canais de divulgação nas comunidades.

Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop) – Assessoria à Infra-Estrutura e Sistematização do Relatório

A contribuição do Programa de Educação para a Cidadania na realização da proposta do Seminário de Direito Humano à Educação foi viabilizar condições do direito à voz da comunidade, por meio da Assessoria de Formação/ Informação, a respeito da política de educação capaz de qualificar a interlocução direta do movimento popular com os gestores públicos nos âmbitos municipal, estadual e federal, e ainda no que se refere à assessoria quanto à infraestrutura do local, material, alimentação, divulgação, etc., contando com o apoio financeiro da Misereor.

Sumário

Apresentação
Introdução

Iª PARTE Política de Educação e os Compromissos Sociais com a Qualidade do Ensino

- 23 Sessão de Abertura
- 24 Apresentação dos Expositores
- 28 O Debate na Plenária – A Reação do Movimento Popular à Argumentação dos Expositores.
- 28 Infra-Estrutura
- 33 Qualidade do Ensino
- 42 Política Educacional
- 51 Controle Social e Participação

IIª PARTE Política Nacional de Educação e o Futuro da Juventude

- 57 Sessão de Abertura
- 58 Apresentação dos Expositores
- 64 O Debate na Plenária – A Reação do Movimento Popular à Argumentação dos Expositores.
- 64 Educação para a Juventude
- 72 Participação e Controle Social

IIIª PARTE

- 91 As Relações entre ONGs e o Movimento Popular
 Apoio à Rede Solidária de Defesa Social.

IVª PARTE

- 96 Considerações Gerais, Avaliação e Sugestões

Manifestação Cultural do Movimento Jovem

Apresentação

Este relatório refere-se a uma experiência singular vivida pelo movimento popular em organizar e promover o Seminário sobre o Direito Humano à Educação, realizado em abril de 2006. Trata-se da construção coletiva de uma agenda de interesse comum do movimento popular, resultado de um processo didático de sistematização da capacidade de cultivo da inteligência crítica, da criatividade e do surgimento de outras formas organizativas e de ação social capazes de privilegiar a dignidade do ser humano.

O esboço do seminário iniciou-se em 2003 mediante os diversos fóruns comunitários que mobilizaram os líderes dos bairros – Ibura, Cohab, Brasília Teimosa, Pina e Boa Viagem – para a discussão do projeto da Rede Solidária de Defesa Social (RSDS). Esses bairros aderiram à proposta de luta pela prevenção à violência uma vez que todos têm em comum o problema da criminalidade, que atinge especialmente o segmento jovem da população. Desse modo, a instalação do Fórum Comunitário de Prevenção à Violência, reunindo representantes locais nos diversos canais de políticas públicas, já contava com o acúmulo das experiências de organização das comunidades nas lutas por direitos sociais, mas não eram capazes de superar a atitude de reserva e medo diante da enorme vulnerabilidade social da população.

É nesse ambiente que a Rede Solidária começa a se constituir como um espaço de discussão sobre a segurança pública. Mais precisamente, considerando a interdependência e a indivisibilidade dos direitos humanos, as reflexões desenvolvidas pela comunidade dão lugar à noção de segurança cidadã entendida como “direito à vida e como direito a uma vida digna”.

Nesse processo de discussão, que vai viabilizando a clareza em torno da construção da “ponte” entre direitos civis e direitos sociais, os integrantes da Rede Solidária definem os eixos de sua atuação: com “foco” na juventude, educação e cultura como prioridades na luta pela prevenção à violência.

Partindo do entendimento da educação como um caminho capaz de criar condições para a inserção de práticas de respeito aos direitos humanos e construção da cidadania na vida diária de cada indivíduo, além de influir na conquista dos demais direitos sociais, econômicos e culturais, o movimento popular reconheceu a urgência de assumir o controle social da gestão de políticas públicas educacionais fazendo exercer seu papel de protagonista na garantia da efetivação dos seus direitos à qualidade do ensino.

Nessa perspectiva, o espaço social que a escola ocupa em uma comunidade é, sem

dúvida, fundamental como norteador do nível de qualidade de vida que os moradores dos diversos bairros têm ou poderão alcançar. Portanto, é preciso resgatar o papel vital que a escola exerce como instituição que é concebida como o lugar de formação do ser social, ou seja, é o espaço onde se desenvolvem as relações sociais para além do contexto da família e da comunidade. Isso significa que, além de prover formação escolar para a instrução e profissionalização, a educação deve estar voltada para a ampliação da cidadania, estabelecendo uma ponte na relação indivíduo–sociedade, e operar como fonte de transformação social.

Essa relação e suas implicações na maneira pela qual a educação atinge a vida dessas comunidades precisam ser amplamente discutidas de forma direta, envolvendo a representação de outros segmentos da sociedade civil e do poder público, conforme a afirmação feita pelos comunitários de que “é preciso chamar o gestor público à responsabilidade para seu compromisso com a educação”. Assim, desde o início da constituição da Rede Solidária, a idéia de realizar o seminário já estava presente na pauta política do movimento popular.

À proporção que avançava a discussão de como os representantes comunitários poderiam constituir-se como interlocução competente nos canais de política pública, começa a configurar-se a educação como a principal demanda, não só pela constatação de que o sistema educacional tem sido extremamente ineficiente, mas, sobretudo, pelos efeitos negativos que a ausência da educação para a cidadania produz na vida da comunidade.

Entretanto, os acontecimentos de outubro de 2003, que se tornaram de domínio público com a denúncia da mídia sobre o envolvimento do Núcleo de Polícia Comunitária de Brasília Teimosa com o mundo do crime, provocam tamanha indignação entre os comunitários que os líderes decidem inverter a agenda inicialmente proposta, que dava prioridade à discussão sobre educação pública, e passam a investir no Seminário A Quem Interessa a Segurança? – a (des) integração polícia e comunidade.

Essa iniciativa, realizada em março de 2004, que envolvia 54 representações de organizações comunitárias, possibilitou um importante diálogo com professores e pesquisadores do Curso de Mestrado em Ciência Política da UFPE, com o objetivo de aprofundar as diretrizes da luta política do movimento popular na construção da esfera pública capaz de superar os impasses enfrentados para afirmação de uma polícia cidadã.

Após o seminário sobre a segurança, as atividades da Rede Solidária ampliam-se nas comunidades mediante atividades incorporando outros bairros e envolvendo o movimento jovem de modo significativo. Somente em julho de 2005, houve a retomada do projeto do seminário sobre educação por meio de encontros com representantes dos dez bairros e o envolvimento dos membros do Programa Educação para a Cidadania do Gajop, contando com o apoio do Centro de Cultura Luiz Freire, parceiro na proposta.

Considerando a proposta educativa voltada para a construção e disseminação de uma cultura de direitos humanos, a contribuição do Programa para a realização do pro-

jeto do seminário foi definida para possibilitar à comunidade vocalizar seus interesses, proporcionando sua interlocução com gestores públicos e outros segmentos da sociedade civil. Teve, ainda, o papel de prestar assessoria ao movimento popular dos bairros, tanto no que se refere à infra-estrutura quanto à socialização e descentralização da informação a respeito da política de educação no âmbito das administrações municipal, estadual e federal. Essa proposta desenvolveu-se em duas etapas principais:

Primeira etapa – atualização do Projeto do Seminário e estabelecimento dos acordos entre os atores com o objetivo de garantir a construção do projeto coletivo interbairros. Essa etapa visava situar todos os participantes dos bairros nesse processo organizativo, definindo papéis e compromissos compartilhados por todos os atores. Foi um momento de resgate dos motivos do envolvimento dos líderes da Rede Solidária com o projeto do seminário, garantindo a unidade de pensamento em torno da proposta, cuja base de elaboração está pautada na indignação da população em face da situação de descaso e falta de compromisso do poder público com as questões estruturantes da educação dos moradores de bairros pobres da cidade do Recife.

O mote fundamental acordado estava centrado no questionamento da política pública de educação, destacando a análise do (des) funcionamento do sistema de ensino e as inúmeras violações de direitos com o descumprimento da lei por parte do poder público. O principal produto obtido com a discussão dos grupos interbairros foi a definição do modelo de seminário: temas, data, local, debatedores e a metodologia de condução dos trabalhos.

Segunda etapa – organização dos Grupos de Trabalho (GTs) com o objetivo de efetivar a proposta do seminário. Nessa etapa, a composição dos grupos foi decidida entre os líderes comunitários de acordo com sua identificação com as propostas dos GTs definidos em Pesquisa e Construção do Boletim; Comunicação e Mobilização nos Bairros.

O Grupo Pesquisa e Construção do Boletim teve o objetivo de elaborar um informe sobre os problemas da política pública de educação e as violações aos direitos humanos vivenciadas pela população escolar em contraposição aos fundamentos legais prescritos na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDBEN). As informações obtidas das representações dos bairros sobre os graves problemas das comunidades foram sistematizadas e ganharam corpo no Boletim Educar, tendo seu lançamento em início de dezembro de 2005, ocasião em que estiveram presentes, além do movimento popular dos bairros, representantes do Ministério Público de Pernambuco (MP/PE) e do Fórum das Juventudes do Recife. A cobertura dada pela mídia sobre as violações denunciadas pelos representantes dos bairros teve ampla divulgação nos bairros e alguns efeitos práticos na ação do poder público, notadamente na gestão de algumas escolas.

O Grupo Trabalho de Comunicação e Mobilização nos Bairros foi constituído para garantir o êxito da proposta com o envolvimento dos líderes jovens e adultos que assumi-

ram a responsabilidade pela convocação e pelo engajamento dos moradores do respectivo bairro, convidando os diversos representantes de Associações de Moradores, Conselhos Escolares, corpo docente e discente das escolas e do movimento jovem.

Nesses encontros, foram trabalhadas as questões fundamentais para a compreensão do sistema educacional, tais como política educacional e mercado de trabalho; financiamento da educação; qualidade dos profissionais e da gestão; infra-estrutura; qualidade do ensino; controle social e participação e, ainda, o tema Juventude. As discussões lideradas pelos representantes comunitários integrantes da RSDS, objetivando a formação de opinião sobre os processos decisórios que envolvem a política pública de educação, contavam com a distribuição de material informativo com foco na gestão do sistema de ensino e na transição do Fundef /Fundeb.

Nessa perspectiva, a experiência de promoção do seminário significa a manifestação da “virtualidade” do movimento popular poder resgatar o papel social do Estado, imprimindo um sentido às questões de interesse público, a serem viabilizadas pela política de educação. Assim, as estratégias dos grupos populares para enfrentamento das dificuldades do dia-a-dia da educação, de fato, denunciam a enorme concentração de oportunidades de vida com seus efeitos nefastos na segregação espacial da cidade, sobretudo, no empobrecimento da cidadania.

Entretanto, outras práticas e representações estão sendo construídas nas periferias, com a força moral de luta pelo seu reconhecimento como identidade social, territorial, instituinte da produção histórica da cidade. Em outras palavras, ao focalizar o direito humano à educação no contexto da ética de responsabilidade em relação ao espaço público, estaremos assumindo uma prática de intervenção coerente e comprometida com a humanização de relações sociais, indispensável ao fortalecimento da democracia e ao sentido da vida coletiva.

Introdução

O tema Direito Humano à Educação ocupa lugar no debate promovido pelo seminário como concepção, marco legal e luta para o reconhecimento do direito à vida digna e à cidadania plena. Nesse sentido, este evento é um ponto de partida do longo caminho a ser trilhado para que se traduza em avanços no exercício de poder do movimento popular participar da gestão da política de educação, tendo como efeito a garantia do princípio democrático do Estado a serviço da sociedade.

Nessa perspectiva, a organização do seminário parte da premissa de que o verdadeiro acesso ao sistema de ensino requer a consciência política de que a gestão da educação está respaldada em um arcabouço institucional de garantia de direitos humanos, assim como é necessário que o movimento popular também saiba usá-lo e acioná-lo juridicamente como condição de exigibilidade.

Vale lembrar que, historicamente, a Educação integra o conjunto dos direitos sociais fundamentais regidos pela Constituição Federal de 1988. Mais do que isso, o direito à educação é visto como pré-requisito para o reconhecimento, acesso e exercício de outros direitos. Não por menos, o direito à Educação está considerado nos chamados Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DhESCA)s¹ e em muitos documentos internacionais assinados pelos países integrantes da ONU, tal como se observa no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 e no artigo 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966.

Recentemente, tais declarações foram reiteradas na Conferência Internacional de Educação para Todos, em Jomtien (Tailândia, 1990); na Declaração de Nova Delhi (Índia, 1993); na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo (Egito, 1994); na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social em Copenhague (Dinamarca, 1995); na Afirmação de Aman (Jordânia, 1996); na 45.^a Conferência Internacional da Unesco em Genebra (Suíça, 1996) e na Declaração de Hamburgo (Alemanha, 1997).

No Brasil – apesar de ser um país signatário de todos esses pactos internacionais e de ter tais direitos assegurados para o conjunto da sociedade, conforme previsto já na primeira

¹ Constituem o que antes era conhecido apenas como Direitos Sociais. Segundo o conceito clássico de T. H. Marshall no ensaio publicado em 1949 sobre cidadania, na perspectiva do Moderno Estado de Direito, há os direitos de primeira geração (civis e políticos) e os de segunda geração (direitos sociais). Os direitos civis correspondem aos direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, ir e vir, segurança, etc; já os direitos políticos, dizem respeito à liberdade de associação e de reunião, de organização política e sindical, à participação política e ao sufrágio universal, etc. Os direitos sociais, por sua vez, são aqueles que garantem trabalho, saúde, educação, aposentadoria, seguro-desemprego e o que mais for necessário para o bem-estar social e condições dignas de vida.

Constituição (1824)² –, a maioria da população ainda luta para sua efetivação. A discussão dos DhESCA's ganhou fôlego apenas nos anos oitenta, com a aceleração e consolidação de uma sociedade civil que se organizava nas lutas pela redemocratização após vinte anos de regime militar, e colocava em pauta questões sobre cidadania e direitos humanos. Esse avanço foi ratificado na Constituição de 1988, ampliando as responsabilidades do poder público com a educação e os demais direitos sociais.

Para responder aos pontos citados na referida Constituição, a LDBEN, depois de quase três décadas sem alterações, foi reformulada e aprovada como Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996.³ Baseada no princípio do direito universal à educação, o documento de 1996 trouxe diversas mudanças, tais como a inclusão da educação infantil (creches e pré-escolas) como primeira etapa da educação básica, educação a distância como possível modalidade de ensino supletivo, etc.

Complementarmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, reafirma o Direito à Educação. Considerando que “toda criança e adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”, o artigo 53 destaca os direitos da criança e do adolescente como usuários da escola, quais sejam: igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; direito de ser respeitado por seus educadores; direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; direito de organização e participação em entidades estudantis; acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Além disso, o ECA reafirma os deveres do Estado com a educação, conforme o artigo 54:

É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador; VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Diante da constatação do problema escancarado em que se encontra a educação no Brasil, necessariamente, não é indispensável consultar pesquisas ou bancos de dados para verificar que o ensino público não tem conseguido assegurar uma educação de qualidade. Apesar da ampliação do número de escolas no País, a educação continua sendo um “artigo de luxo”

2 Artigo 179, inciso XXXII: “A instrução primária, gratuita a todos os cidadãos.”

3 A primeira LDBEN foi criada em 1966 e reformulada em 1971, versão que vigorou até a promulgação da mais recente em 1996.

visto que o acesso ao ensino de qualidade é obtido por meio da relação via mercado entre alguns segmentos sociais de maior poder aquisitivo. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação,⁴ Campanha Global pela Educação,⁵ ações da Plataforma DhESC⁶ e das diversas ONGs são iniciativas da ampla mobilização da sociedade brasileira para lutar pela exigibilidade dos direitos educacionais garantidos por lei. Essas iniciativas enfatizam a necessidade de as declarações proclamadas serem acolhidas como pontos prioritários de políticas públicas asseguradas e executadas pelo Estado brasileiro.

Ao disseminarem o conceito de educação como direito humano fundamental, as referidas campanhas e ações reafirmam a indissociabilidade da realização dos direitos civis e políticos sem que seja a correspondente garantia dos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. Isto é, reafirmam o caráter universal, indivisível e interdependente dos direitos humanos, concretizados por políticas públicas e programas de ação do Estado voltados para assegurar condições econômicas, sociais e culturais igualitárias. Daí, a necessidade de a organização popular ter conhecimento dessa política, criar espaços de discussão e exercer o controle social questionando diretamente os gestores públicos sobre as reais condições em que se encontram essas políticas e as respectivas estratégias de inclusão social.

Nesse sentido, este Seminário de Direito Humano à Educação constitui-se um exercício da “cidadania ativa”, ou seja, aquela em que são desencadeados processos de empoderamento dos movimentos sociais mediante associações de base, movimentos populares, conselhos, conferências e outras maneiras. Isto é, o sujeito individual ou coletivo, ao se conscientizar das negações e violações dos seus direitos, encontra formas de alterar as relações sociais que afetam sua vida na tentativa de reorientar a atuação do Estado a serviço de condições justas e dignas de convivência social.

Este seminário, objetivando o espaço de diálogo entre o movimento popular e o poder público, revela o exercício da “cidadania ativa”, como fica expresso na fala de uma liderança comunitária:

4 A Campanha Nacional pelo Direito à Educação representa a ação de mais de 120 instituições de todo o Brasil, incluindo ONGs nacionais e internacionais, sindicatos, universidades, secretarias de educação e organizações estudantis e juvenis. Lançada em outubro de 1999, busca garantir o direito que todo cidadão tem a uma educação pública de qualidade. Visa “disseminar o conceito de educação enquanto direito humano fundamental tendo como foco de ação o aumento do financiamento para educação pública, a valorização do magistério e a ampliação dos processos participativos em educação”. Em Pernambuco, O Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF), o Centro Nordeste de Animação Popular (Cenap), a Federação de Educação Indígena, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe) e o Centro de Defesa de Direitos Humanos (Cendec) fazem parte do comitê estadual. O comitê estadual envolve, ainda, dezenas de escolas, grupos comunitários e outros atores sociais interessados.

5 Lançada na Conferência de Dakar no Senegal em 1999, é uma aliança mundial de redes nacionais e regionais de educação, sindicatos e ONGs atuantes em mais de 150 países. Luta pela educação básica de qualidade e gratuita a todos por meio de pressão aos governos e à comunidade internacional para sua efetivação.

6 A Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais é uma rede nacional de articulação de organizações da sociedade civil que visa promover os DhESCs como direitos humanos universais, indivisíveis e interdependentes, articulados ao aprofundamento da democracia e à construção de um desenvolvimento sustentável e solidário. Constitui-se no Capítulo Brasileiro da Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD). Para saber mais, consultar: <<http://www.dhescbrasil.org.br>>.

Vocês, jovens, não saiam desta sala. Anotem tudo, porque isso aqui é uma aula! Os representantes da gestão governamental sonégam políticas públicas de educação, e o Poder Judiciário até hoje não deu nenhum parecer sobre o assunto [...] Vai ficar desse jeito? Diante dessa situação, o jovem deve começar a gritar!

É de suma importância documentar esse momento para que o movimento popular se reconheça como ator principal e promotor do evento, autor dos debates ocorridos durante o seminário. Nesse sentido, a sistematização apreende as manifestações das diversas vozes dos indivíduos e grupos presentes na plenária, colocando em destaque a dinâmica reflexiva das intervenções dos participantes. Isso demonstra que o movimento popular está cada vez mais apto a ocupar espaços de debate e exercer a interlocução com os agentes do sistema educacional sobre seus direitos violados. Além disso, registra a oportunidade de acesso a um conjunto de informações importantes discutidas pelos representantes do poder público, mas que, nem sempre, chegam à opinião pública e ao próprio movimento popular.

Este relatório obedece à dinâmica proposta pela programação do evento, dividindo-o em duas partes: na sessão da manhã, o debate teve por base discutir a Política Educacional e a Qualidade do Ensino. A sessão da tarde focalizou a relação Política de Educação–Futuro da Juventude, com atenção especial para o controle social que deve ser realizado pelos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente sobre a gestão da política de educação.

Espera-se que o resgate documentado nesse debate, cujo texto ao trazer de forma fiel o diálogo entre os diversos atores, venha a possibilitar os usos deste relatório como um importante instrumento uma vez que ele torna de domínio público os compromissos da educação de qualidade para a sociedade, assumidos pelos gestores públicos. Sobretudo, os aspectos analisados e reunidos nas Considerações Finais deverão subsidiar a atualização da pauta de lutas da Rede Solidária de Defesa Social para garantia do direito humano à educação.

I^a PARTE

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E OS COMPROMISSOS SOCIAIS COM A QUALIDADE DE ENSINO

■ Manhã



SESSÃO DE ABERTURA

A abertura foi proferida pelo representante do Movimento Popular do Ibura, Iran Vicente dos Santos, indicado como moderador da discussão do tema. Sua fala inicial destaca a importância do seminário pelo fato de ser um espaço ideal de livre expressão do movimento popular sobre as questões fundamentais que envolvem a gestão pública da política de educação. O objetivo do encontro é estabelecer um diálogo que reforce a organização e participação do movimento popular nas reuniões da gestão da política pública de educação. Nessa ocasião, foi esclarecida a metodologia utilizada para os debates, segundo as normas que se seguem.

Inicialmente, cada expositor contaria com quinze minutos para se apresentar e falar sobre seu “lugar social” – como gestor público ou representante de conselho – e fazer valer seu compromisso social com a educação de qualidade.

As intervenções seriam organizadas em bloco de cinco questões para possibilitar o direito de resposta de cada expositor e nesse tempo dar conta do maior número de proposições possíveis que o movimento popular desejasse esclarecer.

O seminário teve início com o moderador abrindo o primeiro bloco de discussões sobre a Política de Educação, para o qual foram convidados os seguintes expositores:

Verônica Maria Barbosa da Silva – formada em História pela UFPE e Especialista em Educação Ambiental. Na ocasião do seminário, na condição de gestora de educação básica, representou a Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação (Sede) da Secretaria de Educação de Pernambuco (Seduc/PE).

Maria Luiza Aléssio – Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife.

Maria Betânia Silva – Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital com Atuação na Promoção e Defesa do Direito Humano à Educação – Ministério Público de Pernambuco.

Flora Figueiredo – representante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca).

Fernando Matos – Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CEDDH) e integrante da Coordenação Colegiada do Gajop.

APRESENTAÇÃO DOS EXPOSITORES

Verônica Maria Barbosa Representante da Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação (Sede)

Formada em História pela UFPE e Especialista em Educação Ambiental. Na ocasião do seminário, esteve presente na condição de gestora de educação básica, representou a Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação (Sede) da Secretaria de Educação de Pernambuco (Seduc/PE).

Maria Betânia Silva¹ Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital com Atuação na Promoção e Defesa do Direito Humano à Educação – Ministério Público de Pernambuco

Eu sou uma das três promotoras de Justiça de Defesa do Direito Humano à Educação, trabalhando ao lado da Dra. Eleonora Marise e da Dra. Taciana Rocha. A promotoria, criada em 2003, na gestão do Dr. Francisco Sales, representa um fortalecimento da atuação do Ministério Público na defesa de direitos coletivos. Trata-se de uma promotoria especializada com atribuições limitadas à cidade do Recife. Nas demais comarcas, o promotor de Justiça assume também atribuições de defesa do direito humano à educação, o que permite um rico intercâmbio entre nós promotoras do Recife e os colegas do Interior de Pernambuco e do Grande Recife nessa matéria a fim de identificar os problemas comuns a todas às comarcas, diagnosticá-los e buscar alternativas de solução.

Desde sua criação, observa-se que os desafios dessa promotoria são imensos. Os problemas na área da educação não são novos, podendo-se mesmo afirmar que alguns deles são seculares. Por isso, não há mais tempo para discutir o que deveria ter sido feito! O fato é que algo tem de ser feito imediatamente! A responsabilidade maior em estabelecer medidas para solucionar os inúmeros problemas educacionais no País, especificamente no Recife, sem dúvida alguma, é do poder público, porque a ele sempre coube e ainda cabe o dever de ofertar a educação pública como um direito de todo cidadão, como um direito constitucional. Também ao poder público cabe fiscalizar com rigor a educação prestada pela iniciativa privada, porque sua delegação para a prestação desse tipo de serviço e direito não o exime de responsabilidades como parece ser a lógica dominante.

Ao longo desses poucos anos de atuação, a Promotoria de Educação tem-se deparado com problemas simplesmente estarrecedores em relação, sobretudo, à educação pública. Dentre os inúmeros problemas, podem ser destacados, por exemplo: a) a falta crônica de professores nas escolas; de um lado, pela ausência regular de concurso; de outro lado, por outras razões ligadas talvez à falta de planejamento do poder público; fato que, independentemente de sua origem, se tornou objeto de uma recente Ação Civil Pública, em janeiro de 2006, movida pelo Ministério Público, por meio de nossa promotoria, mas que ainda,

1 A promotora deixa o e-mail mbsilva@mp.pe.gov.br.

infelizmente, não mereceu por parte do Poder Judiciário a devida e demandada apreciação; b) o abuso de contratação temporária de professores é outro fato que também já mereceu o ajuizamento de Ação Civil Pública pelo Ministério Público em agosto de 2005, pleiteando, por concurso, o preenchimento de 8.440 cargos de professor, que é o quantitativo correspondente, no mínimo, às contratações temporárias que já se estendem pelo Estado de Pernambuco desde 1999. Diferentemente da primeira Ação Civil Pública referida, em tempo mais ou menos hábil, o Poder Judiciário proferiu decisão, felizmente, em favor da nossa demanda, embora essa decisão tenha sido atacada pelo Estado por recurso, como sói acontecer, e ainda está por receber apreciação.

Podemos destacar, ainda, os problemas relacionados com a precariedade das instalações físicas das escolas, falta de biblioteca, falta ou baixa qualidade da merenda, oferta de ensino insuficiente, caracterizada pela inexistência ou superlotação de escolas em uma mesma região da cidade. Enfim, como se pode ver, o trabalho dessa promotoria é realmente um desafio, assim como também o da Promotoria da Saúde, aliás, o de todas aquelas que fazem interface com o poder público e têm como foco a prestação de um serviço público básico, que consubstancia um direito fundamental do cidadão e ao mesmo tempo um direito coletivo.

Paradoxalmente, tudo isso revela essas promotorias como uma necessidade em defesa do cidadão; a Promotoria de Educação especialmente, porque, afinal, sem educação não há cidadania. Trata-se de um desafio que se emparelha com o desafio de todas essas comunidades aqui representadas, que, já organizadas, vêm exercendo pressão no poder público e devem continuar a fazê-lo para ter seu direito respeitado. Acrescento que essa pressão também se deveria estender ao Judiciário, porque dele dependem importantes decisões quando esgotadas ou fracassadas as vias administrativas. Na prática, cabe ressaltar que o Judiciário (com raras exceções) tem-se mostrado pouco sensível, para não dizer insensível mesmo, às demandas de defesa de direito coletivo. Pelo menos essa tem sido nossa experiência em termos de defesa do direito à educação, o que espanta, entristece e, por que não dizer, revolta todos quantos esperam uma melhoria da nossa condição de vida social e buscam fazer sua parte nesse processo.

Maria Luiza Aléssio Secretária Municipal de Educação da Prefeitura do Recife

Secretária de Educação, Esporte e Lazer da Prefeitura do Recife, Professora aposentada pela UFPE, tendo trabalhado no Centro de Ciências Biológicas, Departamento de Fisiologia e Farmacologia. Bacharel em Biologia pela UFPR, Mestre em Fisiologia pela UFPE e com Doutorado em Ciências da Vida, pela Universidade Paris VI, França.

Desenvolveu pesquisa na área de Desnutrição e Desenvolvimento, com trabalhos publicados em revistas internacionais e orientação de dissertações dos Mestrados de Fisiologia e de Pediatria. Presidente da ADUFEPE, seção Sindical do ANDES Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior, em dois mandatos. Vice-Presidente Regional do ANDES, ten-

do atuado como Coordenadora Nacional do Grupo de Trabalho de Política Educacional, em defesa da Educação Pública, Gratuita e de Qualidade, no período da conclusão da Constituição de 88 e elaboração da proposta de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Flora Figueiredo Representante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca)

Gostaria de iniciar minha contribuição neste evento, de enorme importância para todos nós que trabalhamos com Crianças e Adolescentes, agradecendo o convite feito ao Cedca e justificando a impossibilidade da presença de um representante oficial do Cedca – sua presidente ou outro conselheiro –, o que não foi possível conciliar em razão de compromissos de agenda. Entretanto, aqui estou na qualidade de técnica diretora-executiva do conselho para contribuir com o que nos for possível.

A Constituição de 1988, mediante a Lei n.º 8069/90, criou um Direito Constitucional Brasileiro da Criança e do Adolescente para fazer valer seus direitos. É preconizado que o Município, o Estado e a União devem criar regras de como fazer valer os direitos constitucionais de suas crianças e adolescentes e devem estabelecer políticas, ou seja, regras gerais adequadas a cada instância

Para tanto, são necessários instrumentos para colocar essas idéias em prática. Quais seriam esses instrumentos? Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente nas suas três instâncias de atuação. Dentre as várias atribuições dos conselhos, destacamos algumas para ajudar no debate:

- a) definem políticas de atendimento à criança e ao adolescente;
- b) participam do planejamento no âmbito da sua competência;
- c) controlam o emprego dos recursos dos fundos para financiamento das ações;
- d) acompanham e fiscalizam as atividades desenvolvidas pelas instituições.

Se educação é direito da criança, o Conselho Estadual tem a obrigação, e mais do que isso, tem o dever de buscar no Estado a verificação do atendimento desse direito e, uma vez constatada sua violação, deve buscar os meios para o restabelecimento desse direito.

Fernando Matos – Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CEDDH) e integrante da Coordenação Colegiada do Gajop

Apresento meus parabéns à Rede Solidária de Defesa Social pela iniciativa de trabalhar o direito à educação como prevenção contra a violência. De 2000 a 2005, ocorreram 5.666 homicídios no Recife. Desse total, somente 12 bairros respondem por aproximadamente 40% dos homicídios, e os jovens são as maiores vítimas.

A cidadania enfrenta novos desafios nas transformações do mundo contemporâneo. O Direito à Educação passa a ser o fundamento da cidadania, porque promove os significados da igualdade na sociedade. Sem esse direito, a participação das pessoas nos espaços sociais, profissionais e políticos se limita, restringe-se. É, portanto um direito síntese: Civil, Político e Social.

O Direito Humano está previsto no artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e no artigo 13 do Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. O Direito à Educação não constava entre os chamados direitos naturais. Hoje, todas as sociedades o exigem. Não pode ser privilégio de poucos. É um dever do Estado, e não pode ser condicionado aos interesses do mercado.

A Constituição Federal e a Emenda n.º 14/96 garantem formalmente o ensino fundamental obrigatório e gratuito dos 7 aos 14 anos. Dirigentes públicos podem ser responsabilizados juridicamente se não garantirem esse direito de forma regular, ou seja, a garantia do acesso, a permanência e o padrão de qualidade, além, é claro, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos é espaço para afirmação das formas de participação da população na formulação das políticas públicas e no seu controle social. Portanto, é importante levar essa discussão sobre educação para o CEDDDH, porque tanto a Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação da Seduc/PE como a Secretaria de Defesa Social (SDS) do Estado de Pernambuco estão representadas na composição do conselho. Nossa luta é tornar o CEDDDH como base para afirmação dos Direitos, uma vez que é um espaço legal e legítimo recém-implantado, porém sem base social e ainda prejudicado pela ausência constante dos representantes governamentais.

Estamos diante de um paradoxo: existe, mas não funciona. Não tem sede, funcionários, equipamentos nem recursos. Precisamos, portanto, afirmar e resgatar esse espaço político de interesse fundamental da sociedade.

Feita a apresentação dos integrantes da mesa no sentido de situar seu papel como sociedade civil ou gestor público na defesa e na condução de políticas da educação, instalou-se a plenária em que a comunidade fez suas intervenções de acordo com a proposta temática para as discussões da manhã.

O Debate na Plenária – A Reação do Movimento Comunitário à Argumentação dos Expositores

1 Infra-estrutura

1.1 Merenda escolar

Plenária **Líder comunitária Neide Santana** Conselheira Escolar; Movimento de Luta por Moradia do Estado de Pernambuco e Associação do Barbalho – IPUTINGA

Gostaria de fazer uma pergunta ao Ministério Público: se eles fiscalizam a distribuição da merenda escolar, por que existe colégio que tem mil e poucos alunos e recebe merenda apenas para 700 alunos?

Expositor **Maria Betânia Silva**² Promotora de Justiça – Promotoria de Direito Humano à Educação/ Ministério Público de Pernambuco

O Ministério Público de Pernambuco fiscaliza o problema da merenda escolar. Nós temos procedimentos investigatórios quanto ao fornecimento da merenda escolar e observamos que se trata de um processo absolutamente perverso em Pernambuco. No município, o sistema de fornecimento de merenda funciona melhor, parece satisfatório, mas o sistema estadual, de fato, é catastrófico. Nós temos inúmeros relatos de dirigentes em que dizem que os alunos rejeitam a merenda porque o produto oferecido é um preparado de mungunzá, um mungunzá sem caroço [...]. Isso é absolutamente perverso. O desafio é grande para resolver o problema da merenda nas escolas estaduais, mas nós investigamos.

1.2 Oferta de ensino pelas escolas particulares nas comunidades³

Plenária **Líder comunitária Neide Santana**

Desejo saber se o Ministério Público fiscaliza essas escolas particulares que estão abrindo a cada dia na comunidade. Se a educação municipal e estadual fosse de boa qualidade, nós não precisaríamos pagar para nossos filhos estudar em escola comunitária. Tenho como exemplo meu neto de 7 anos, que hoje está na 2.^a série em uma escola particular, sabe ler, escrever e até fala alguma palavra em inglês; já o outro, que está matriculado na escola municipal, não sabe de nada.

² A promotora Maria Betânia deixa o e-mail caso os participantes queiram entrar em contato: mbsilva@mp.pe.gov.br. Telefone: 3303 5002 - Apoio Administrativo, Avenida Visconde de Suassuna, 99, 1.º andar, sala 18.

³ A LDBEN – Educação, em seu título III que trata Do Direito à Educação e do Dever de Educar, em seu artigo 5.º diz: “O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.”

Expositor **Promotora Maria Betânia Silva**

Nós temos vários procedimentos investigatórios envolvendo a oferta de ensino em escolas particulares. Em 2004, a Promotoria de Justiça estabeleceu essa investigação quase como prioridade da sua atuação, e nós fomos obrigados a recomendar à Secretaria de Educação do Estado a suspensão da oferta de ensino em inúmeras escolas particulares que não tinham credenciamento; portanto, ofereciam a educação de forma irregular. A falta de credenciamento caracteriza a oferta irregular do ensino.

Várias escolas particulares tiveram suas atividades suspensas. Este ano já houve algumas denúncias de escolas que estão ofertando o ensino irregularmente, porque não têm credenciamento. Não tendo credenciamento, não se submetem a nenhum tipo de controle, seja pelo poder público municipal, seja pelo poder público estadual. Nós atuamos e sabemos que, de certa maneira, digamos assim, às vezes, a benevolência do poder público em relação a determinadas escolas particulares é uma forma de se eximir da própria responsabilidade. É como se o Estado dissesse: 'Ah, que bom que tem escolas particulares, assim eu não tenho tanta responsabilidade em ofertar o ensino público.' No entanto, nessa situação, o Estado tem a responsabilidade de fiscalizar.

Lamentavelmente, existem alguns procedimentos, como relatórios da própria Secretaria de Educação informando que algumas escolas não atendem às condições previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mas elas continuam funcionando. Então, nós questionamos: como é que eles atestam isso, reconhecem que a escola não cumpre as condições previstas na LDBEN e permitem que essas escolas continuem funcionando? Nós queremos, objetivamente, saber do poder público o que ele pretende fazer com essas escolas, porque elas precisam ter suas atividades suspensas.

Evidentemente, em situações como essas, dependendo do número de escolas e do número de alunos matriculados, o processo de suspensão dessas escolas tem de ser feito com muita cautela, porque, no final das contas, os alunos vão ficar muito mais prejudicados do que já estão. Às vezes, a suspensão pode ser fatal para os alunos, porque se antes eles tinham um espaço escolar onde recebiam o mínimo aprendizado, com a suspensão, não terão para onde ir. Então, temos de ter muita cautela em cada procedimento investigatório que envolve essa oferta irregular de ensino. Entretanto, já houve oportunidade de, em muitos casos, recomendarmos a suspensão dessas atividades escolares.

É extremamente importante que as pessoas se dirijam às promotorias para fazer suas declarações com detalhes, a fim de dar início a um procedimento investigatório. Isso é fundamental! Quando as declarações são prestadas e assinadas, o procedimento se torna mais consistente. No primeiro encontro, por ocasião, do lançamento do Boletim Educar, eu ressalttei essa necessidade, mas, lamentavelmente, não foi ninguém das comunidades à promotoria. Mesmo assim, com base nas informações contidas no Boletim Educar e em notícias de jornal, a promotoria chegou a instaurar um procedimento investigatório em relação à Escola Inalda Spinelli em razão da má instalação física.

Plenária Natalene Maria de Santana representante do Projeto Criança Urgente (Procriu) – PINA

Todos sabem que existe uma rede de escolas comunitárias que auxilia a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) na questão do ensino. O que a prefeitura pensa em fazer para incrementar essas escolas comunitárias e dar maior suporte a fim de poder mandar esses meninos para a educação secundária, visto que essa responsabilidade está saindo da mão dos verdadeiros responsáveis para a mão de quem se coloca à disposição de ajudar, criando essas escolas monitoradas pela prefeitura?

Expositor **Secretária Maria Luiza Aléssio** Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife

Desde 2003, não estabelecemos nenhum convênio com escolas comunitárias, porque, no nosso entendimento, queremos abrir escolas públicas municipais para dar conta da demanda. O que ainda existe em muitas escolas comunitárias é a educação infantil, que atende crianças desde a creche até os 4 ou 5 anos. No Recife, só são atendidas cerca de 30% crianças de 4 e 5 anos, incluindo as escolas particulares; então, ainda é muito pouco, e precisamos ampliar.

Acredito que, com o Fundeb – que agora inclui a educação infantil –¹⁰ vamos ter condições no orçamento para expandir a educação infantil. Então, talvez até consigamos municipalizar muitas dessas escolas comunitárias, assumindo-as como uma obrigação do poder público. No entanto, esse é um diálogo que vamos ter com cada escola, porque elas têm autonomia, mas se a Prefeitura ofertar vagas, certamente a criança virá para a escola municipal.

1.3 Condições de acesso

Plenária Natalene Maria de Santana – representante do Procriu – PINA

Está na LDBEN,⁴ está no estatuto, é lei: toda criança tem direito e acesso à educação independentemente de raça, cor e posição social. Trato a questão do acesso à escola pública gratuita próxima à residência. Dirijo esse questionamento também à Dra. Betânia e à secretária de Educação: como eu tenho direito à educação se eu moro em uma comunidade e sou matriculada em outra? Então, se é lei, ela não está sendo cumprida de fato.

Antonio Batista da União Futebol Clube – Dois Unidos

Em Dois Unidos, tem duas escolas municipais, a Escola Alto do Maracanã, a Olindina Monteiro de Franca e mais uma creche. No Alto do Capitão, existem várias crianças entre 4 e 8 anos que não estão na escola por falta de vagas. O que pode ser feito?

4 O Título II da LDBEN – Educação, que trata Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, em seu artigo 3.º, expõe que o ensino deve ser ministrado, entre outros princípios, com base na “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

Expositor **Secretária Maria Luiza Aléssio**

O Ministério Público está acompanhando esse problema: há grande distância entre uma comunidade e outra. No Alto do Maracanã e da Esperança, as crianças andam muito. Existe a escola, mas nem sempre há vagas, porque a comunidade é muito grande; quando tem vaga, a escola fica muito distante.

Solucionar esse problema com transporte é muito difícil, porque não existe apoio do Governo Federal para transporte escolar urbano; só existe para a escola rural. Essa questão não está inclusa no programa de Educação, então nós fizemos todos os estudos e vimos que é muito mais fácil tomar a providência de instalar outra escola mais próxima da comunidade; uma escola que atenda aquelas crianças, porque a escola realmente fica bastante longe. Nós estamos analisando isso. O pessoal do Departamento de Acompanhamento Escolar está procurando um prédio para alugar, mesmo que seja menor, porque é melhor alugar um prédio agora do que esperar a construção de uma escola. Enquanto isso, vamos procurar comprar um terreno maior para construir a escola.

Plenária **José Cleto M. Oliveira – Projeto Cultural REAÇÃO – Ibura**

Meu questionamento à Prefeitura da Cidade do Recife é em relação à construção de escolas. Eu moro na UR-1; lá temos a Escola Maria Sampaio de Lucena, mas o pessoal da minha comunidade não faz parte daquela escola; já alunos de outras comunidades distantes, estudam naquela escola. Está saindo um documentário: 'Lugar de Criança é na Escola, de Preferência, perto de Casa.' O constrangimento dessas crianças que precisam usar o serviço de ônibus é grande. Nós entrevistamos as crianças, e elas dizem 'eu gosto da escola; meu constrangimento é ser barrado no ônibus, é ser colocado para fora do ônibus'. Isso é uma violência contra a criança.

A Escola Cícero Franklin, na UR-5, está há três anos em construção e até hoje não foi concluída. Dizem que se quisermos uma escola devemos ir ao Orçamento Participativo. Meu Deus, temos tantas coisas para colocar no Orçamento Participativo, mas há muitas barreiras. Esses 25%, pelos quais vocês lutaram tanto para que fossem destinados ao município, são uma complicação. Já que o Estado não constrói escolas, nem mesmo uma sala de aula, tendo uma imensidão de terrenos disponíveis, devia alugar um prédio de escola particular e fazer um anexo. O anexo da Escola Dom Sebastião Leme, na UR-3, Ibura, fica na Escola Nossa Senhora do Carmo, que é uma escola particular.

Expositor **Secretária Maria Luiza Aléssio**

Temos de aprender com o processo. As escolas de 5.a à 8.a séries, que para nós correspondem ao terceiro e ao quarto ciclos, na maioria, são escolas estaduais. Das nossas 203 escolas, apenas 35 são de 5.a à 8.a séries. Como você disse, os 25% do orçamento público são todos investidos em educação, porque se não for, no fim do ano, o Tribunal de Contas faz cobrança. Nós não temos como escamotear o dinheiro, porque tem a questão constitucional. Se não fosse isso, era capaz até de o Secretário de Educação, o de Planejamento e o de Obras ficarem

disputando os recursos, mas não disputamos porque o dinheiro para educação é carimbado, está no orçamento. Quando uma cidade tem 1,40 milhão de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza e se sabe que o orçamento dela deveria ser três vezes maior para garantir o que precisamos fazer de imediato, esses 25% ‘batem no teto’ tranquilamente. No fim do ano, é a hora de avaliar o que se fez e o que é preciso fazer pela Secretaria de Educação. Só com kit escolar, a Prefeitura gasta 20 milhões de reais, para garantir a mochila, dois fardamentos escolares, com meias, sapatos, etc. Então, o desafio é muito grande.

Atualmente temos um convênio com o Estado que dispensa o uso do telefone 0800 pelo aluno da rede municipal para conseguir uma vaga na rede estadual. Ele já sai da escola municipal matriculado na rede estadual. Permanecem na rede municipal, prioritariamente, aqueles meninos que, por um critério absolutamente rigoroso, têm bolsa-escola.

O Programa Bolsa-Escola não é o Bolsa-Família, é diferente. O Bolsa-Escola é uma política do município do Recife em que uma família recebe 175 reais por uma criança matriculada na escola e 350 reais por mais de uma criança. Então, o acompanhamento da frequência do aluno é absolutamente rigoroso, e nós temos o compromisso de mantê-la na rede municipal, do contrário ele perde o benefício.

Quando o aluno conclui a 4.^a série primária, tem de permanecer na rede municipal; se perto de onde ele mora não houver uma escola municipal da 5.^a a 8.^a séries, ele vai estudar em uma escola mais distante, criando, assim, esse problema. No Ibura, na Escola Professor Fernandes, ocorrem problemas desse tipo; as crianças vão do Jordão para lá, e as do Ibura têm de ir para o Ipsep. Reconhecemos existir esse problema, mas são somente 14 mil crianças. Estamos negociando um jeito de conseguir garantir a matrícula de mais 20 mil crianças que não são atendidas pelo Programa Bolsa-Escola lá no bairro, para que elas não tenham de se deslocar para tão distante.

É um problema que precisamos resolver na nossa relação com o Estado. Nós não podemos ampliar o atendimento da 5.^a à 8.^a séries por ser inviável para o orçamento do município em termos de número de professores e de infra-estrutura.

Plenária Aline Fagundes do Instituto Semente – Ibura

Como está a construção do Colégio na Vila dos Milagres? Os anexos não têm mais capacidade para comportar os alunos. Já conseguimos outro anexo, mas está impossível, inviável. Queremos saber como vai ser essa construção.

Expositor Secretária Maria Luíza Aléssio

Realmente, a escola havia sido iniciada, mas caiu uma barreira, e foi necessária a avaliação da engenharia. Na última reunião que tivemos há pouco tempo, avaliamos qual a melhor solução para iniciar o processo de licitação. É complicada essa situação, mas não por questão de orçamento, se tiver um planejamento, vamos resolvendo. Quando se faz uma licitação e nesse processo de licitação a firma que ganhou tem problemas e depois de um ano abandona

a obra, temos de fazer nova licitação ou chamar a segunda colocada na licitação anterior. Este ano, antes de inaugurar uma escola no Alto do Jardim Progresso, tivemos de passar por três firmas. Com a última firma, tivemos de enfrentar a Justiça para inaugurar a escola, mas ela deu liminar à empresa. A escola estava praticamente pronta, e íamos abri-la, mas a empresa trancou-a com cadeado por estar amparada judicialmente. Depois, conseguimos derrubar essa liminar. Então, o processo de construção de escolas não caminha na velocidade que queremos, porque temos um controle, que é normal. A licitação é importante, mas nem sempre a empresa corresponde ao que precisamos em relação à agilidade.

Plenária **Maria Celeste – Conselho de Moradores de Jardim Monte Verde – IBURA**

Minha preocupação é quando temos de sair de uma comunidade para estudar em outra. Eu não sei se vocês têm feito alguma pesquisa em Jardim Monte Verde. Lá tem um colégio, que é uma coisa riquíssima, com condições de ensinar o 2.º grau. Muitas pessoas sobem da comunidade para estudar na UR-2, no Colégio Jordão Emerenciano, porque no jardim Monte Verde não tem um colégio do 2.º grau.

Expositor **Verônica Silva** Representante da Gerência Regional de Política Estadual de Educação

Quanto à implantação de escola do ensino médio na Comunidade de Jardim Monte Verde, a própria escola deve solicitar à Gere. A solicitação vai passar por uma análise; por exemplo, existem realmente condições de implantar? Então tem de aguardar a resposta da regional. Esse é o primeiro passo para a implantação do ensino médio, que é obrigação do Estado.

2 Qualidade do ensino

2.1 Quadro de professores

Plenária **Líder comunitária Neide Santana**

Falta realmente professor na rede estadual. Até mesmo o professor de Ciências, Geografia e de Desenho Artístico, só vem uma vez por semana. Na escola onde estudo, mal tem professor de matemática e de português e, assim mesmo, vai 'subindo' a aula, porque é um só para dar todas as aulas.

Expositores **Promotora Maria Betânia Silva**

A orientação que o Ministério Público tem dado para situações como essas é que a comunidade escolar deve organizar-se, mobilizar-se, pressionar o poder público no sentido de exigir o encaminhamento do professor à escola em tempo hábil de maneira a não comprometer o ano letivo. Para tanto, tem as Gerências Regionais, que são encarregadas de fazer o encaminhamento, embora nem sempre esse encaminhamento funcione, mas é o primeiro passo importante para que seja iniciado um procedimento investigatório pelo Ministério Público

a fim de esclarecer as razões pelas quais o professor não foi encaminhado em tempo hábil à escola. Enfim, essas situações devem ser noticiadas ao Ministério Público para que se faça um processo de investigação.

Se o professor não for encaminhado, isso já se reveste de um aspecto que merece investigação por parte do Ministério Público, porque mostra inércia do poder público ou falha na administração do sistema.

Verônica Silva Representante da Gerência Regional de Política Estadual de Educação

Sobre a falta de professores, nós continuamos ainda com o desafio de colocar professores na rede. Na rede estadual, nós temos 1.100 escolas, mas só 658 unidades do ensino médio. É um enorme desafio dar conta dessa dívida social, que é imensa. Do último concurso, recentemente, nós estamos contratando 4 mil professores. Há falta de professor, não negamos, é uma situação crítica, principalmente nas áreas de Química, Física, Matemática, Biologia e Português.

Que ação efetiva nós estamos desencadeando? Agora nós estamos desenvolvendo uma ação com nossos formadores por meio do Projeto Ricardo Ferreira, em que fazemos uma intervenção mais contínua, construindo a base, que é a formação do professor na área de ciência da natureza. Estamos com 221 formadores para dar apoio a esses alunos que vamos trazer do Curso de Licenciatura exatamente para fechar a falta de carga horária, uma vez que há um déficit de carga horária principalmente na Região Metropolitana do Recife.

Plenária Líder comunitária Neide Santana

Na Escola Municipal Pingo de Gente, vários alunos do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do ProJovem têm um comportamento fora do controle; ocorrem brigas dentro da escola e com a Guarda Municipal. Várias vezes, a Direção chamou a polícia para acalmar os alunos embora os professores e a Direção tenham medo de represálias. A secretaria toma conhecimento desse fato? O que tem sido feito para dar aos professores o direito de ensinar?

Expositor Secretária Maria Luíza Aléssio

Em relação ao ProJovem, quero expor o seguinte: uma vez usei uma figura religiosa para ilustrar a situação. Estava havendo uma dificuldade na comunidade e até mesmo na administração da escola em acolher o programa. Quando a escola está bem arrumada, bonita, pintada e chegam 150 alunos do ProJovem à noite, dizem: 'Vão estragar a escola, vão pichar.' Então, é a mesma reação do filho pródigo. Alguém aqui já deve ter ouvido a Parábola do Filho Pródigo. Alguns alunos dizem: 'Nós estamos aqui direitinhos, e eles vieram para brigar, sujar, e vocês dão a eles todos os direitos.' Não é isso! É justamente porque aqueles alunos estavam fora da escola, e nós queremos que eles retornem. Se nós diagnosticarmos que os são jovens de 18 a 24 anos que estão fora da escola, que não concluíram o ensino fundamental e se encontram envolvidos na maior situação de risco na cidade, a política é dirigida a eles, são eles mesmos que nós estamos chamando.

No primeiro e no segundo mês, tivemos muitos problemas. Dissemos: vão quebrar a escola e nós vamos consertar; vão sujar e vamos pintar, mas queremos que, no fim do ano, nenhum deles se tenha perdido, porque se algum deles se perder, nós teremos fracassado, porque demos uma esperança e não conseguimos realizar. Nós estamos convidando, é ele que nós queremos. Se no fim do ano a escola estiver quebrada, nós consertaremos. As pessoas devem ser solidárias, estamos falando de solidariedade. Eles estavam fora, estavam excluídos; eles podem não saber comportar-se ainda. Em dois meses, com o curso de cidadania que eles estão tendo no Ibura, não atendemos mais a nenhuma ocorrência.

Temos problemas? Temos sim. Não podemos pegar 10.800 jovens que estavam fora da escola, misturados com galera, com o tráfico e esperar que não vamos ter problemas! Em dois meses, tudo está diferente, eles já estão mudando, estão vendo que vai ser bom para eles, porque vão ter certificação da 8.ª série, qualificação profissional; eles sabem que têm de apresentar um projeto de ação comunitária. É um programa desafiador. Não sei se todos vão concluir, mas se de 150, perdermos 50 jovens, já fizemos muito. Vamos torcer para que esse programa dê certo.

Plenária Antonio Teixeira Presidente da Associação de Moradores – IBURA

Eu queria que a senhora falasse sobre a questão de estagiários que assumem a sala de aula sem a presença de professores.

Expositor **Verônica Silva** Representante da Gerência Regional de Política Estadual de Educação

Tem estagiário sim; isso eu não nego nem para o Ministério Público, porque eu não admito que o aluno volte para casa sem aula por falta de professor. Então, se eu tenho um aluno de Licenciatura da Universidade Federal, que está cursando o 6.º período, e se eu dou acompanhamento com o coordenador pedagógico, eu estou dando aula e estou assegurando o direito do aluno em ter aula. Eu só tenho 200 estagiários e 5.000 professores. Então, não é irresponsabilidade. Eu estou acompanhando com a UFPE, com o Centro de Estudos em Educação e Linguagem (CEEL), e conheço cada um deles. Estamos criando o Programa Mais Professores e estamos substituindo os estagiários. Para não termos nenhum estagiário, basta mais um professor? É evidente que não. Essa é uma dívida recuperada em cinco anos de governo que nenhum outro governo fez.

2.2 Formação dos Profissionais de Ensino

Plenária Natalene Maria de Santana representante do Procriu – PINA

Como estudante de Pedagogia do 8.º período, eu acho que estou aprendendo tudo errado. Eu queria que a professora Maria Luiza se posicionasse sobre o que disse: 'É melhor a criança estar na escola na 4.ª série sem saber ler do que ela estar fora da escola.' Então, creio

que vou desistir no 8.º período do curso, porque como é que eu posso negar o futuro de uma criança que está na 4.ª série sem saber ler e passa para a 5.ª e 6.ª séries. Sendo assim, um dia ela vai ter acesso à Universidade? Eu estou negando o direito dela. Ou ela está na 4.ª série ou está fora da escola: essa é a única opção?

Expositores **Secretária Maria Luíza Aléssio**

É preciso aprofundar o debate sobre o Curso de Pedagogia, porque, na verdade, eu não disse que a alternativa para o aluno seria ficar na escola mesmo analfabeto ou ficar fora da escola, porque não é essa a proposta da escola municipal do Recife, como também não é esse nosso resultado; como temos visto, de acordo com o sistema de avaliação nacional e local, inclusive na Olimpíada da Matemática este ano, Recife está entre os 50 primeiros colocados no Brasil inteiro.

A alfabetização está com um resultado efetivo de deixar todos nós emocionados nas escolas municipais. É claro que, em uma escola municipal, entre 30 e 40 crianças, encontramos crianças com problemas pessoais, familiares, de desnutrição e outros, que afetam seu desenvolvimento pleno. Outro dia eu estava no Pilar, na turma da 4.ª série, ou seja, o 2.º ano do segundo ciclo. Tinha uma criança sem alfabetização, havia sido transferida, tinha problema, mas estava desabrochando naquele momento. Essa criança tem de ser acompanhada de modo particular em um horário extra. Para isso, temos o Programa Mais, que está em funcionamento em todas as escolas da rede municipal do Recife. Temos de dar todas as condições para que ela se desenvolva. Ela tem esse direito e vai-se desenvolver. Vamos nos indignar se ela não conseguir. Então, todo o nosso esforço de formação está sendo no sentido de que os professores tenham a segurança de que eles podem alfabetizar, que qualquer criança pode ser alfabetizada.

Em uma cidade como Recife, onde nossas escolas estão localizadas em uma comunidade com problemas graves, vamos encontrar crianças que têm dificuldades, então temos de garantir todo o apoio para que elas sejam alfabetizadas. Se a criança não aprende e fica excluída por sucessivas retenções, isso é grave. A exclusão não soluciona o problema de ninguém. Temos a obrigação de dar condições para que ela, na escola, possa aprender e crescer em todos os aspectos. Excluir não adianta, temos de incentivá-la a ficar e aprender. Se eu disser que na minha sala da 4.ª série não tem analfabeto, e se eu tiver algum aluno que desistiu e ficou em casa sem saber ler, eu não estou vendo o problema. Temos de procurar ver o problema escancarado na nossa frente, mostrando que não conseguimos ainda a alfabetização de um grande número de crianças. Esse é um desafio para nós todos os dias.

Em 2005, inauguramos o Programa Manuel Bandeira de Formação de Leitores, pelo qual estamos reformando ou criando bibliotecas. Para isso, publicamos um edital, e 30 escolas, dentre as 52 que concorreram, terão bibliotecas recuperadas ou instaladas. Estamos fazendo capacitação para o professor de biblioteca a fim de criar gosto pela leitura, que é tão necessário. Estamos hoje com quase cem professores de biblioteca formados. No dia 18 de maio vamos iniciar a entrega de uma caixa com quatro livros para cada criança do ensino fundamental. Serão

mais de 400 mil livros distribuídos para todos os alunos da rede municipal.

O professor Bartolomeu, de Belo Horizonte, que veio para o lançamento do Programa Manoel Bandeira, disse uma coisa belíssima: a criança aprende não porque ela acha que ser alfabetizada é importante ou porque ela quer ir para a universidade, porque quer ter sucesso na vida. Uma criança de 6 e 7 anos aprende porque ela quer ser amada. Quando a criança escreve uma letra e vai mostrar ao professor, 'olhe o que eu fiz', ela não está querendo saber ler; ela quer que o professor saiba que ela existe e quer ser amada. Quando recebemos uma criança na escola, temos de acolhê-la e amá-la. Temos de estar preparados para esse desafio. Temos de trabalhar a formação continuada dos professores para, valorizando a identidade deles, fortalecer a consciência de quanto eles são importantes no processo de alfabetização de uma criança.

Promotora **Maria Betânia Silva**

A respeito da repercussão da má formação dos professores no processo educacional, evidentemente, talvez eu não tenha uma resposta satisfatória no sentido de solucionar esse problema. O que tenho a dizer é quase um diagnóstico. Eu concordo com suas observações; reconhecemos que a educação está em um círculo vicioso; ou seja, aqueles que chegam à universidade para se tornarem professores já são vítimas do sistema educacional.

O mais triste disso tudo, é que, outro dia, lendo a biografia de Paulo Freire, verifiquei que ele próprio foi vítima do sistema educacional. Quando o pai dele morreu, ele foi morar em uma comunidade em Jaboatão, onde não havia escola que ofertasse ensino no nível que ele precisava. Desse modo, ele teve de sair de Jaboatão para freqüentar uma escola no Recife. Essa escola, basicamente, dava apenas uma atestação do conhecimento das competências adquiridas, de maneira que, em 1937, Paulo Freire ingressou na universidade com a faixa etária daqueles que já estavam saindo dela. É absolutamente inadmissível que um país mantenha essa situação tanto tempo depois. Então, o que Paulo Freire vivenciou, hoje em dia, definitivamente tem de mudar.

Um seminário como este, em que se estabelece um diálogo entre os representantes da comunidade com o poder público, já é um sinal de mudança. É uma mudança que não vai se fazer muito rapidamente, mas é um passo necessário; esse tipo de fórum tem de ser mantido, tem de ser uma atividade permanente de mobilização, de pressão, de reivindicação, de diagnóstico, de busca de solução para problemas. Se a educação tem um problema historicamente consolidado, a solução para ele, evidentemente, não vai ser em pouco tempo. Se esse problema for secular, não é em uma década que vamos resolvê-lo, mas é, sem dúvida, com a mobilização em uma determinada década que podemos abrir as perspectivas de solução desse problema daqui a duas décadas talvez. Na minha avaliação, se houver um investimento sério em educação hoje, só vamos colher os frutos daqui a vinte anos. Portanto, é quando esse círculo vicioso será rompido, no mínimo, no mínimo!

Plenária **Maria Izabel Antonino** psicopedagoga e colaboradora do Programa Educação para a Cidadania do Gajop

Eu trabalhei como facilitadora em um Projeto da Rede Solidária de Defesa Social com

o tema Educação como Direito Humano e tive a oportunidade de conhecer muitos jovens com os quais aprendi bastante. Tive uma grande e triste surpresa que foi saber que a grande maioria desses jovens desconhecia o artigo 2.º da LDBEN, que trata basicamente do direito à educação, o Estado tendo o dever de garantir essa educação e sua gratuidade a todos em qualquer idade.

Concordo com a secretária Maria Luiza quando ela diz que os jovens sabem pouco, e eu fico pensando de quem é a responsabilidade pelos jovens saberem tão pouco. Penso que o Estado poderia propor a formação profissional dos professores em que fosse ampliado o espaço de debate sobre as políticas públicas para os jovens com os alunos da rede pública. Isso ajudaria muito, tanto no aspecto interdisciplinar como ajudaria o poder público dando conhecimento sobre o que é feito e o que não é feito. Essa prática facilitaria o processo dos dois lados (alunos/ poder público). Passei pelo município como professora, e hoje não atuo mais, mas trabalho em algumas comunidades com o Projeto Rede Solidária e desconheço esse espaço de discussão política nas escolas. Gostaria de saber se existe algum trabalho nesse sentido.

Outro aspecto a destacar, e a professora Maria Luiza já abordou algo a respeito e talvez possa complementar, é a dificuldade de aprendizagem, tema com o qual também trabalho. Hoje há um grande quantitativo de crianças com dificuldade de aprendizagem, tanto no setor privado de educação como no público. No ensino público, creio ser tão grande ou quase total; acredito que não exista nenhum levantamento de dados reais em relação a esse problema. Hoje nós vemos pesquisas e estudos na área da afetividade e cognição extremamente importantes, falando da vinculação desses dois aspectos, que nós constatamos, na prática, com alunos que não aprendem em razão da baixa auto-estima e por outros fatores, a exemplo da construção de autoconceitos, uma vez que são praticamente rotulados como incapazes, por passarem por repetidas situações de fracasso ao longo da sua vida escolar.

Eu gostaria de saber o que é que os órgãos públicos estão fazendo, porque eu ouço falar de estratégias didáticas, questões pedagógicas e metodológicas. Entretanto, gostaria de saber, em relação à questão da afetividade, o que é que tem sido feito de política pública para o aluno aprender? Eu não acredito em processo de aprendizagem em que não haja a implicação da afetividade, mais especificamente do desejo de aprender; sendo necessária a parceria entre instituição, professor, aluno e família para sanar causas inibidoras desse processo. O que tem sido feito em relação a isso?

Expositor **Verônica Silva** representante da Gerência Regional de Política Estadual de Educação

Com relação à questão da afetividade, estamos trabalhando há algum tempo na formação de nossos professores e gestores, partindo dos princípios da questão do saber Ser, do saber Conviver, e isso vem sendo o alvo de nossa formação, solidificando-se a partir de agora que temos uma base curricular comum construída com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Dessa vez, Pernambuco está dando um salto com a

formação do professor tendo uma base curricular única para a rede pública, que tem como eixos norteadores um vínculo social, a solidariedade e a questão da cidadania. Vamos continuar neste trabalho que fazemos com os professores mediando a questão ensino–afetividade, cognição–afetividade. É um trabalho que já estamos desenvolvendo e se consolida exatamente com esse currículo que se torna efetivo na escola, como ele é construído e como ele é vivenciado também com o jovem que está nessa escola.

Desde 2003, as ações de protagonismo, por exemplo, estão também incentivando a participação de jovens na construção desse currículo e na escola de sua comunidade. É uma ação que se fortalece ao longo de três anos. Realmente, não associamos só a questão da formação desse professor, não o dissociamos de um plano de cargos e carreira. Na fala inicial, eu expus para todos o esforço que estamos fazendo para dar especialização aos professores; então, é uma especialização que tem um reatamento no Plano de Cargos e Carreira. O professor que não tem ainda especialização está começando e participando agora. Nós iniciamos em 2004, estendeu-se e será concluso em 2006. O professor que não tem especialização em Educação de Jovens e Adultos (EJA), que atua normalmente no ensino fundamental, no ensino médio, na educação escolar indígena – falando de Pernambuco em sua totalidade, não só da Região Metropolitana do Recife – vai ter acesso aos cursos de especialização que têm reatamento no Plano de Cargos e Carreira. Nós associamos a questão da ampliação e universalização das bibliotecas em toda a rede estadual à formação dos coordenadores e dos professores para esse incentivo à leitura.

2.3 Compromisso social dos profissionais de ensino

Plenária Maria Lúcia Silva representante da União de Moradores de Três Carneiros e do Movimento de Luta por Moradia de Pernambuco – IPUTINGA

Não existe exclusão social pior do que o aluno chegar à 5.ª série e não saber de nada; concluir o 2.º grau sem saber fazer uma conta de dividir. Eu digo isso por experiência na minha casa, porque não tem professor qualificado nas escolas para ensinar. Eu pergunto à Secretaria de Educação do Estado por que esses professores não ensinam? Os professores que ensinam na Escola Jordão Emerenciano são os mesmos que ensinam no Colégio Boa Viagem, mas na escola do Jordão, eles não ensinam nada. Quero saber qual é a diferença.

Para a Escola Jordão Emerenciano, onde se ensina a pobre, o professor tem uma capacitação; para o Colégio Boa Viagem, onde se ensina a rico, existe outra capacitação. Eu gostaria de saber se esses professores recebem essa orientação, porque só sendo assim. Minha filha fez Contabilidade na Jordão Emerenciano, e só no fim do ano, chegou à escola um professor de matemática; ele fez um “garrancho” na lousa e disse que todo mundo estava passado. Eu não acredito que esse seja um ensino de boa qualidade. Gostaria de saber, também, como um aluno desses vai fazer um vestibular, ainda que seja na UFPE. Como ele vai passar?

Expositor **Verônica Silva** representante da Gerência Regional de Política Estadual de Educação

Em relação à pergunta sobre os professores aplicarem um ensino diferente nas escolas particulares do que é dado nas escolas públicas, não é essa a orientação da Secretaria de Educação, isso não existe. Essa é uma questão do professor. Se bem que alguns professores digam que o ensino que dão na rede pública é um e na rede particular é outro, temos outros excelentes professores. Essa é uma questão de ética profissional. Provavelmente, esse professor não recebeu capacitação da rede particular, mas sim da rede municipal ou da rede estadual; depois vai dar aula de qualidade na escola particular.

Plenária **Rita de Cássia Siqueira** Centro Social Salgado/ orientadora de Liberdade Assistida – IBURA

Nós nos deparamos sempre com adolescentes solicitando sua inserção em uma escola. Mesmo que estejam portando um ofício de um juiz da 3.^a Vara da Criança e do Adolescente, eles encontram muitas barreiras, os diretores dizem que não há vagas. Vou relatar um fato: em 2005, denunciei à Secretaria de Educação o prof. André Santiago da Escola Municipal Professor Florestan Fernandes. Motivo: submeteu a constrangimento a mãe de um aluno, condicionando a matrícula do filho à exigência de sua assinatura prévia para a transferência caso ele cometesse qualquer coisa. Quando solicitei que ela pedisse uma declaração de que o filho estava matriculado para encaminhar ao Juizado, o professor disse que não daria. Então, denunciei-o à secretaria, e em dez dias, ele mandou um funcionário à casa do aluno levar a declaração. Em outra ocasião, tratou mal um pai de aluno.

Para minha surpresa, sábado agora, eu estava reunida na instituição com outros orientadores, e uma orientadora relatou que acompanhava um adolescente que se mudou para o Ibura de Baixo, e ele foi solicitar inserção escolar na Escola Florestan Fernandes, e o prof. André Santiago o mandou procurar outra escola, porque lá não podia aceitá-lo. Ele disse, ainda, que o juiz manda no Juizado; na escola, quem manda é ele. De modo que estou aqui fazendo essa denúncia e queria a colaboração das secretarias municipais e estaduais para que conscientizem esses dirigentes das escolas uma vez que eles têm o título de educadores, porque agindo dessa maneira, eles não estão educando.

Expositor **Secretária Maria Luiza Aléssio**

Na verdade, a resistência em receber pessoas é um fato. A inclusão é um processo de educação geral. Um aspecto é o que você pode aprender em uma técnica. Podemos oferecer a formação técnica a qualquer pessoa inteligente; ela faz um curso de seis meses ou de um ano, aprende até a alfabetizar com a nova técnica que aprendeu. Outro aspecto é o lado humano, ser pessoas socialmente comprometidas, engajadas no seu tempo e na sociedade em que vive. Isso não se forma de um momento para o outro. Isso se chama ideologia, isso se chama com-

promisso social, o que as pessoas não aprendem de uma hora para outra.

Por outro lado, o gestor público tem o compromisso de cobrar. Quando não se acolhe de maneira adequada, estamos excluindo da escola. Tem gente que se recusa a receber o ProJovem. Temos de conversar e convencer: esta escola é pública, ele é um jovem como qualquer brasileiro, está tendo a oportunidade de fazer certificação da 5.^a à 8.^a séries, e o programa vai ficar sim nesta escola. Isso é questão de humanidade, de ser comprometido com o outro excluído.

Vou relatar rapidamente um fato narrado pelo grande educador Pablo Gentili em uma palestra. Ele estava com o filho de 6 meses no carrinho passeando na calçada de Copacabana, e o bebê perdeu um de seus sapatinhos. Então, foi parado por 10 pessoas na avenida no percurso até ele chegar a casa, e como as outras pessoas, o porteiro dirigiu-se a ele: 'Olhe, ele perdeu o sapatinho.' De repente, ele teve uma explosão de raiva, porque se deu conta de que no percurso havia crianças de pé no chão no sinal vendendo coisas, e ninguém parou para dizer que eles estavam sem sapatos, mas todo mundo mostrou preocupação com um menino acompanhado pelo pai rico empurrando o carrinho, porque ele perdeu um pé de seus sapatos!

Ele contou esse quadro para dizer que a sociedade passou a aceitar que existem duas humanidades, que perdemos a capacidade de nos indignar. Existe a criança pobre e a criança rica, existe educação para pobre e educação para rico, saúde para pobre e para rico. O que temos de fazer todos os dias como gestor público é combater essa idéia de que existem duas humanidades. Uma prefeitura que, como João Paulo disse, é voltada para a maioria da população, tem de enfrentar 500 anos de História; são 500 anos de exclusão, então não é fácil mudar a cabeça dos atores que fazem a Educação. Nós estamos aqui juntos para ver o que pode ser feito para investir maciçamente a fim de mudar essa sociedade de exclusão. A educação tem de fazer a parte dela, mas temos de saber que há o limite local, o limite social, o limite humano, que é o mais difícil de se trabalhar em uma escola.

Vocês têm um papel fundamental em nos ajudar a construir a educação de qualidade social e inclusiva que queremos; cobrando, denunciando a falta de professor, evitando a acomodação do 'faço de conta que ensino, e você faz de conta que aprende, assim, vamos mais cedo para casa'. Não vá para casa, mobilize-se, vá lá para a frente cobrar a aula. O que vai fazer a diferença? A comunidade, o Conselho Escolar, o qual, às vezes, entra na acomodação, porque vai receber vantagens. A Secretaria de Educação não está sabendo. Então, se os Conselhos Escolares não tiver a consciência de que eles são os olhos do poder público para cobrar qualidade, não vão fazer a diferença.

Quero dar parabéns a vocês por essa iniciativa, porque o próprio Prefeito João Paulo diz: 'Se nós passarmos oito anos aqui e só tivermos feito obras, obras e obras e não tivermos contribuído para o desenvolvimento da consciência política do povo e da cidade, não teremos feito nada.' Desse modo, É esse tipo de ação como a de hoje que contribui para isso, porque são vocês que vão ajudar a fazer a diferença.

Plenária Maria Lúcia Silva União de Moradores de Três Carneiros/Movimento de Luta por Moradia do Estado de Pernambuco – IBURA

Eu gostaria de saber por que é tão difícil marcar uma audiência para conversar com o secretário de Educação tanto municipal como estadual?

Expositor **Verônica Silva** representante da Gerência Regional de Política Estadual de Educação

Em relação à audiência com o prof. Mozart, que você diz ser difícil, eu vou dar um telefone: 2122 6405. Você entra em contato com Rodrigo Barros, seu assessor de Gabinete e agenda. Existe a alternativa de acessar o site da Secretaria de Educação de Pernambuco: www.educacao.pe.gov.br e você encontra lá o Fale com Mozart.

3 Política Educacional

3.1 O Sistema de Ciclos

Plenária José Cleto M. Oliveira Projeto Cultural REAÇÃO – Ibura

Não entendo por que temos um índice de aprovação de 69% em um Estado com a educação mergulhada no descaso. Meu sobrinho passa seis meses sem ir à escola, porque não tem professor, e no fim do ano, pode ser aprovado. Realmente, não devia ser assim. Por que os alunos das escolas municipais faltam tanto e passam de ano?

Quero propor ao Gajop, a Célia Rique e sua equipe, que este seja o primeiro seminário; que venha o segundo e o terceiro para chamarmos o pessoal que está aí à responsabilidade. O pessoal sonega políticas públicas de educação, e o Poder Judiciário, até hoje, não deu nenhum parecer. Ou o jovem começa a gritar ou vai ficar desse jeito.

Expositor **Secretária Maria Luiza Aléssio**

Vou explicar. Não é que o aluno falte às aulas e passe no fim do ano. A criança estimulada a freqüentar a escola dificilmente falta. Temos controle disso pela quantidade da merenda servida aos alunos, uma vez que é per capita.

Em relação a passar de ano, temos o sistema de ciclos. As propostas pedagógicas que organizam a escola em ciclos de desenvolvimento humano partem de dois princípios: cada fase de crescimento do aluno tem características e cada criança tem um ritmo de aprendizagem. Em cada ciclo, não há repetência exatamente para respeitar o ritmo de aprendizagem do aluno. O conceito de nota foi substituído por um sistema de ciclos, que não divide mais o conteúdo curricular em séries, adotando um período maior, de três a quatro anos, em que se classifica a etapa de desenvolvimento educacional da criança.

A divisão mais empregada é o 1.º ciclo para crianças dos 6 aos 9 anos; o 2.º ciclo refere-se à pré-adolescência (9 a 11 anos) e o 3.º ciclo, à adolescência (12 a 14 anos). Alguns estados

e municípios adotaram somente dois grandes ciclos, dividindo à metade os oito anos do ensino fundamental. Outros optaram por separar a cada dois anos. Na alfabetização, os alunos na fase dos rabiscos, de juntar letras, ficam em um grupo independentemente da idade, mesmo que não tenham 6, 7 ou 8 anos. Os que estão avançados ficam em outro grupo.

Antes o aluno que não aprendia ficava retido; chegava à 8.^a série sem saber ler nem escrever e permaneceria na 1.^a série, aos 14 anos, ao lado de crianças de 7 anos, inteiramente deslocado e até mesmo rotulado pela idéia de castigo. Se a escola for excludente, ela está excluindo da escola uma criança de 10 anos. Se essa criança tiver dificuldade, não vai querer ficar com outras crianças de 6 e 7 anos; ela desiste. A escola atual tem a incumbência de ensinar sem deixar nenhum aluno para trás. Tem criança que consegue acompanhar a idade escolar. Para possibilitar a recuperação, até o fim do ano, da criança que não tem a mesma facilidade de aprender, temos o Programa Mais, um monitor, com coordenador pedagógico, com escola de verão. Temos uma retenção no fim do ciclo de alfabetização (3.^o ano do 1.^o ciclo), e não antes, porque faz mais mal para a criança estar com 10 anos de idade no 1.^o, 2.^o ano do 1.^o ciclo do que ela ir avançando e continuar recebendo apoio.

Paulo Freire dizia que cada aluno tem uma velocidade e temos de dar chance a cada aluno de acordo com sua velocidade. Uma criança que em casa pegam na sua mão e oferecem a ela condições, livros para que leia e estude tem toda a chance para se alfabetizar rapidamente. A criança que não recebe apoio em casa, ao contrário, tem problemas familiares, tem de receber apoio na escola, que não pode deixá-la se sentir punida e preterida.

Essa é a nova filosofia educacional que se está espalhando por todo o Brasil. Quando chegamos a uma escola e não encontramos crianças analfabetas, porque elas foram retidas ou se evadiram, a escola só fez pegar a sujeira e colocá-la debaixo do tapete. Frequentemente, escutamos dizer: 'Na 4.^a série da minha escola, todos os alunos estão alfabetizados' e as que não estavam alfabetizadas, foram para casa; a evasão era imensa. Assim, eu prefiro que a criança esteja na 4.^a série sem saber ler – tendo merenda, tendo o acompanhamento de um professor e todos fazendo esforço para que ela aprenda – a ela abandonar a escola.

Uma palestrante que participou do Programa de Formação Continuada da rede municipal em 2006, disse uma coisa interessante, que as pessoas têm mania de saudosismo e costumam dizer: 'No meu tempo, a escola pública era de excelente qualidade.' Nós não sabíamos ou não nos lembramos que a escola era para poucos, era excludente. Quantas escolas públicas de ensino médio existiam em Pernambuco naquela época? Eram poucas. Atualmente temos de garantir educação de qualidade para muitos. O desafio é muito grande. A escola pública teve de se expandir em um momento em que não se fazia investimento na educação, investia-se pouco. É um desafio muito grande garantir a inclusão da criança, garantir mecanismos para que ela possa acompanhar. A escola não vai fazer tudo sozinha. Se a escola for excludente, está excluindo da escola uma criança de 10 anos no momento em que ela for obrigada a permanecer em uma classe com outras crianças de 6 e 7 anos, porque ela desiste e abandona a escola. Devemos garantir seu direito de ser alfabetizada com a idade que ela puder e temos a

obrigação de oferecer o espaço, o professor e o apoio necessário para isso.

Plenária Gilson José Tancredo Associação de Moradores da UR-5 – IBURA

Minha preocupação também é em relação aos alunos que estão passando de ano sem aprender. Os pais perguntam ao filho como ele está na escola, e ele responde: ‘Estou passando, estou passando’, mas não está aprendendo nada. Hoje o pessoal em vários colégios se junta, tem o grupinho. Eles não se preocupam em estudar, não se preocupam em ir à escola, porque sabem que vão passar da mesma forma. A educação começa em casa, então se os pais estão vendo que os filhos estão passando todos os anos, não têm como cobrar do próprio filho uma melhoria na escola. Antes, quando o pai olhava o boletim, o aluno já ficava preocupado. Por que mudaram a política educacional, por que foi feita essa modificação?

Expositor Secretária Maria Luiza Aléssio

O sistema de ciclos foi implantado em 2002. Não só em Recife, mas em Porto Alegre, em São Paulo. É a rede estadual que está implantando o sistema de ciclos, mas não é só para o aluno passar de ano. Eu posso dizer que o sistema de ciclos dá muito mais trabalho, é muito mais gasto, porque temos de dar apoio pedagógico, o professor tem de trabalhar no fim de semana e nas férias. Sempre está cuidando para que todos os alunos sejam alfabetizados. Se for só reprovar e mandar para casa, a escola não está fazendo seu papel. O maior objetivo da escola é que o aluno aprenda, e não que ele apenas passe de ano. É difícil entender, muitos pais e até professores ainda não entendem essa proposta. Os alunos e os pais têm de ser conscientizados para que não se confundam com a idéia de que não precisam mais se esforçar porque não há repetência.

É o que eu estou explicando, é difícil de entender, mas pode acreditar, no Rio Grande do Sul, no Paraná, também é assim. É nossa responsabilidade que todos sejam alfabetizados. É nossa obrigação combater a evasão. Se simplesmente reprovarmos, estamos dizendo à família, vire-se, ele não aprendeu, então vai para casa. Não é assim! Nós e a família temos responsabilidade. O que está errado é a família não tomar conhecimento do problema que o aluno está tendo. Desse modo, é preciso mudar a relação escola–família. Este ano, cada um dos 150 mil alunos vai receber uma agenda, como se faz na escola privada, para que o professor informe aos pais sobre o desempenho do aluno na escola, se ele está fazendo as tarefas. No primeiro ano de minha gestão, eu não pude fazer, porque tinha acabado de assumir. Ainda não está funcionando, porque a licitação atrasou, mas está chegando até o fim do mês. Precisamos manter comunicação com a família.

Uma pesquisa do Inep mostrou o seguinte: para toda criança que teve melhor desempenho escolar, o pessoal cruzou com uma informação: se os pais acompanhavam a vida escolar dos filhos ou não. O resultado foi que as crianças que tinham melhor desempenho escolar eram aquelas cujos pais declararam que observava se o filho estava fazendo os deveres, se ia à escola. Então, a participação da comunidade é muito importante, o pai não pode ficar sabendo somente no fim do ano que o filho foi reprovado. Ele tem de saber desde o primeiro dia se ele está indo bem ou não na escola. A avaliação deve ser constante, no dia-a-dia da aprendizagem,

para ver no fim do ano o desenvolvimento da criança.

3.2 Financiamento da educação

Plenária **Cida Fernandez** Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF)

Quero dar parabéns à Rede Social pela iniciativa de pôr em pauta um tema tão importante como a Educação como Direito Humano. Primeiro, a dívida social que o governo tem com a sociedade é histórica. Ela precisa ser paga com moeda verdadeira, e não com moeda falsa. Temos muitas ações, muitos projetos evidentemente necessários, mas eles não podem ser as escoras para dizer que estamos pagando a dívida. Essa dívida não está sendo paga com esses programas, que são paliativos. Eu não chamaria de programas, chamaria de projetos. Por que isso? Como é que se pode resgatar toda perda escolar de um jovem inserindo-o por seis meses em um programa para se profissionalizar? Ele não vai profissionalizar-se, estamos acumulando frustrações no jovem.

Sou educadora e trabalho com jovens que têm de cinco a seis títulos de projetos do governo, mas não conseguem um emprego. Eles me dizem: ‘Professora, eu desisto. Eu realmente não presto; por que eu não consigo um emprego tendo tanta formação?’ Porque isso é mentira, minha gente, o que é necessário são políticas, o que é muito mais estruturante. O jovem precisa aprender a aprender. Precisamos ouvir as necessidades que eles têm, e não chegar com um programa de marcenaria ou de floricultura. Não é menosprezando essas atividades, mas será que é essa a habilidade dos jovens, os desejos que eles têm? Na minha época, eu tinha sonhos próprios do meu tempo. Os jovens hoje têm sonhos próprios do seu tempo. Ficar a falar de ‘escola pobre para jovem pobre; programa pobre para jovem pobre’ é não pagar a dívida. Temos de parar com isso. Nós elegemos um governo popular e temos de cobrar dele, e acho que a Rede está fazendo isso. Parabéns a essa rede!

Não entendo uma política pública de educação em que só pensamos na qualificação do professor. Investir apenas nos recursos humanos não faz mágica. Há cinco anos, nós do Centro de Cultura Luiz Freire, fizemos um diagnóstico das políticas de leitura, que, na minha opinião, é um foco que está sendo muito bem enfrentado pela Secretaria Municipal de Educação, e uma iniciativa mais recente da Secretaria Estadual. Nesse diagnóstico, verificamos que existiam sete programas diferentes: cinco do Ministério da Educação e dois do Ministério da Cultura, que chegavam totalmente esfacelados à escola. Então, um quer colocar a estante, e o outro quer colocar o livro, mas não dialogavam para ver se a estante era adequada para o livro e vice-versa.

Hoje, eu vejo que a política pública, tanto estadual quanto municipal, não se associa à formação, à valorização do professor, porque qualificação não é valorização necessariamente. Ela tem de estar integrada a uma política de cargos e salários – a Secretaria Municipal parece que está tomando alguma iniciativa nesse sentido –, mas também é preciso o equipamento social Escola, e esse equipamento tem de respeitar os direitos humanos das crianças, dos adolescentes e jovens.

Na Escola Monteiro Lobato, de tempo integral, eu passei vinte minutos vendo uma

criança com dor de dente e a mãe ser xingada porque não ia buscá-la para levá-la ao dentista. A escola não tem um equipamento de lazer. A criança entra às 7 horas e sai às 17 horas. Não oferece condições para tomar um banho. Por cerca de três meses, os banheiros ficaram interditados. Não tem brincadeira, não tem sombra. Como é que uma criança entra na 1.^a série, como ela vai para a 4.^a série? Ela sai impossível de ser tratada, porque ela foi violentada, teve seu direito humano violado. Então, com relação a uma política pública que integre o equipamento, o espaço, o direito, a pedagogia e a valorização, o que está sendo feito? Foi nesse sentido que eu entendi a preocupação posta pelos jovens neste Seminário, e é nesse sentido que vai minha pergunta sobre uma política pública de educação. Não programas separados, mas uma política pública que permita que daqui a vinte anos possa ter resultados, que possamos verificar transformações no quadro que hoje temos aí.

Expositor **Secretária Maria Luiza Aléssio**

Em 2005, foi implantado o Conselho Nacional da Juventude instituindo o programa de inclusão de jovens, o chamado ProJovem. O primeiro desafio é ampliar o acesso à escola de qualidade e a permanência nela. Como está sendo tratado esse desafio? Nós estamos este ano diante de uma discussão nacional sobre a redefinição da política de financiamento da educação básica pública. O que significa isso? Significa sairmos de uma política de financiamento voltada exclusivamente para o ensino fundamental para uma política de financiamento com ampliação de recursos para toda a educação básica, da educação infantil, da creche até o ensino médio. Isso significa a participação da União em quatro anos com R\$ 4,50 bilhões, o que representa dez vezes mais o que a União investe hoje na política de financiamento atual, conhecida por Fundef, fundo restrito ao ensino fundamental. O Fundef agora está sendo redimensionando, passando a se chamar Fundeb, contemplando toda a educação básica.

Além disso, como afirmou a prof.^a Elília Félix, nós estamos discutindo em todo o Brasil a ampliação do ensino fundamental para nove anos. Isso permite a inserção de crianças de 6 anos no ensino fundamental, mas não significa apenas inserir as crianças de 6 anos na 1.^a série do ensino fundamental; o significativo é o ensino fundamental ser em nove anos. Está havendo um debate aprofundado em cada sistema de ensino sobre a organização da escola, sobre a metodologia que vai ser aplicada para que essas crianças sejam alfabetizadas.

Esse debate está sendo realizado em todo o País, e o Ministério da Educação está discutindo e implementando, em parceria com os sistemas de ensino, uma política de formação inicial e continuada para os professores e os funcionários das escolas. A política de formação inicial e continuada vai para os professores, mas também vai para os funcionários com um programa que estamos desenvolvendo de formação técnica de nível médio para aqueles que trabalham na cantina da escola, no portão como vigia, como zelador, como assistente de secretaria. Esses funcionários estão tendo a possibilidade de se qualificar profissionalmente mediante a formação de um curso técnico de nível médio de alimentação escolar, infra-es-

trutura e meio ambiente, gestão e multimeios didáticos.

Assim, além da formação inicial para habilitar o professor a dar aula, hoje, entre a educação infantil e o ensino fundamental, temos cerca de 200 mil pessoas no País exercendo a função docente sem ter habilitação para tal. No ensino médio, faltam cerca de 250 mil professores, principalmente nas áreas de Ciência, Física, Matemática e Biologia. A política de formação inicial e continuada é dirigida aos professores, mas também aos funcionários, com um programa de formação técnica de nível médio, que estamos desenvolvendo, para aqueles que trabalham na cantina da escola, o vigia, o zelador, os assistentes de secretaria.

Segundo desafio: erradicar o analfabetismo entre os jovens – aqui já se falou sobre o contingente de jovens e adultos analfabetos que temos, ou que estão fora da escola, com uma defasagem muito grande em termos da idade e da série que eles estão aprendendo. Na discussão da política de educação de jovens e adultos, temos o Programa Brasil Alfabetizado, lançado em 2003. Só no Nordeste, temos 1.181.298 alfabetizando. Essas pessoas, jovens e adultos, acima de 1 milhão no Nordeste, estão-se alfabetizando envolvendo 70.172 alfabetizadores, ou seja, são pessoas que estão tendo o primeiro emprego ou, de certa forma, voltaram à sua função de alfabetizadores/professores no Programa Brasil Alfabetizado. No Recife, para se ter uma idéia, são 9.400 alfabetizando que estão envolvendo nesse trabalho de alfabetização 620 alfabetizadores.

Terceiro desafio: estimular a cidadania e a participação social – essa é uma discussão de gestão que envolve um preceito constitucional importante procurado por todos nós. Confisamos na Constituição o direito de participação da sociedade. A gestão democrática do ensino público está garantida na Constituição, e tendo esses preceitos como referência, estamos reunindo esforços para capacitar todos os conselheiros municipais de Educação do País. Assim, desde 2003, vem sendo realizado um trabalho estado por estado, envolvendo município por município, conselheiros municipais para que eles se capacitem e discutam a possibilidade de exercer uma função de controle social autônoma, que seja independente do poder público e tenham, de fato, propostas concretas.

3.3 Gestão Escolar

Plenária **Líder comunitário Antônio Teixeira**

Eu li a reportagem sobre o Prêmio da Qualidade do Ensino em algumas escolas e muito me deixou preocupado o fato de que as escolas premiadas tiveram parceria com empresas privadas. A política do Estado de Pernambuco rumo à qualidade do ensino caminha também para a privatização da educação?

Expositor **Verônica Silva** representante da Gerência Regional de Política Estadual de Educação

A parceria pode ser com empresa, pode ser com sindicato, mas em momento algum se pensou em privatização da escola pública, porque ela continua pública. Não existe nenhum

caso de privatização de nenhuma dessas escolas. A Escola Antônio Farias de Surubim, a Jandira de Andrade de Limoeiro não se tornaram escolas privadas. As parcerias somam-se a nosso esforço para o desafio de oferecer escola de qualidade no estado. Então, ninguém se preocupe, porque a Secretaria de Educação do Estado não tem nenhum interesse nesse sentido, mesmo porque isso não é legal.

Plenária Líder comunitário Antônio Teixeira

Conforme sua primeira fala, fiquei muito preocupado quando a gestão assume que não há uma política pública de educação consistente neste país, conseqüentemente no município do Recife. Eu queria que, se possível, a senhora secretária reafirmasse isso e falasse sobre a questão de estagiários que assumem a sala de aula sem a presença de professores.

Expositor Secretária Maria Luiza Aléssio

Eu disse que não existia política pública para a educação, ela foi construída, mas neste governo de João Paulo e de Lula, existe uma educação como política pública sim. Tanto que foram contratados 2.500 mil professores em cinco anos e foram investidos 17 milhões de reais em kits escolares, Alunos nos Trinques, e 23 milhões em merenda. O Governo Federal manda para a merenda 6 milhões de reais; o município aplica 18 milhões de recursos próprios. Assim, não se pode dizer que não tem política pública, porque tem sim. Não é fácil! Tem dificuldades? Tem, porque estamos correndo para pagar uma dívida grande com a educação pública; para tanto, é necessário nada menos do que cinqüenta anos!

É necessário cuidar disso, porque é muito ruim um jovem não ter relação com o sonho. Eu me lembro que Paulo Freire dizia que a utopia é o horizonte, é fundamental na vida das pessoas. Se acharmos que é bom o jovem não admirar seus governantes, estamos enganados, porque é o caos; às vezes não temos a informação adequada. Por exemplo, o ensino superior no Brasil nunca cresceu tanto como cresceu nesses últimos três anos. São 10 novas Universidades Federais. Pernambuco perdeu para Natal e a Paraíba, porque não tinha interiorizado um curso universitário federal. Garanhuns, Caruaru e Petrolina agora têm universidade. Em três anos, passamos de 52 para 63 universidades. Diante disso, não podemos dizer que não tem política pública. Tenho muita pena porque os jovens deste país pensam que sabem muito pelo que escutam da grande imprensa, mas, de fato, não sabem dos verdadeiros programas que estão sendo feitos para a educação, e são muitos. São grandes programas que estão sendo impedidos pela oposição, que não quer aprovar programas como o Fundeb, que vai dar 2 bilhões para a educação básica do País já no primeiro ano.

Plenária Líder comunitária Neide Santana

Sobre a lei de que a senhora falou que jovens da rede municipal vão para a rede estadual ligando para o sistema do 0800, não acho que esteja certo; minha escola é estadual e está

quase fechando, porque não tem alunos suficientes. A diretora ligou para lá como se fosse uma aluna que queria se matricular pedindo vaga da 3.^a série ao 5.^o ano, e eles disseram que a escola estava lotada, não tinha mais vagas. Então, ela disse que era a diretora. Com esse negócio de que o aluno pode matricular-se pelo 0800, muita gente deixa de estudar, porque informam que não tem mais vaga, quando, na realidade, tem. Então, tem alguma coisa que não está certa. Eu gostaria de saber sua opinião sobre isso.

Expositor **Secretária Maria Luiza Aléssio**

Com relação ao sistema 0800, vou esclarecer. Eu disse que os alunos da rede municipal não precisam usar o sistema 0800. Quando eles estão concluindo a 4.^a série, são matriculados automaticamente. É uma cooperação com o Estado, porque não temos escolas da 5.^a à 8.^a séries. Essa cooperação existe e está sendo mantida; tem funcionado bem. A partir daí, se o sistema 0800 não funciona, não é problema do município.

Plenária **Elília Félix de Araújo – Movimento Amigos da Iputinga – IPUTINGA**

Na questão das crianças que estão na 4.^a série sem saber ler, a secretária citou uma escola, mas esse não é um caso isolado. Eu tenho experiência, é um depoimento meu, uma coisa vivida por mim, além de depoimentos de colegas que são do município. A coisa é grave. Existem adolescentes de 15 e 16 anos que não sabem ler e estão cursando a 4.^a série. Eu tenho algumas professoras amigas que dizem que têm de anotar no diário escolar o nome da criança sem condições de passar, mas elas têm de deixá-las passar de ano.

Expositor **Secretária Maria Luiza Aléssio**

Não é que o aluno tenha de passar. É um sistema de ensino; temos de continuar com esse sistema, que não é excludente. Eu gostaria de dizer que ninguém está contrapondo o sistema de ciclo com o analfabetismo. Estou dizendo que, até há pouco tempo, ninguém via as crianças chegarem à 5.^a série analfabetas, isso porque elas abandonavam a escola, iam embora. É esse o problema. Queremos ver escancarada a dívida que temos com a educação pública neste país. A criança deve ficar na escola sim, que é para vermos que não conseguimos alfabetizar, e no ano seguinte, temos de reduzir o número de crianças que chegam analfabetas à escola, porque já teremos melhorado o professor e as condições de ensino.

Eu comecei minha fala hoje pela manhã dizendo que construir viaduto é fácil, hospital é fácil e rua é fácil calçar. A própria promotora disse que só em vinte anos vamos ver o resultado de uma política pública séria na educação, e estamos só há cinco anos estamos na prefeitura. Eu não estou querendo dizer que a criança que chega à 4.^a série primária de nossa gestão passou por um período em que tivemos de contratar 2.500 professores, significa que havia 2.500 a menos. Podemos resolver em cinco anos? Não resolvemos, mas, se Deus quiser, vamos ver o resultado daqui a pouco, com os professores qualificados, com a criança permanecendo na escola e alfabetizada. Esse é o sonho de qualquer educadora. Se eu não tivesse essa paixão,

não seria professora.

3.4 Programas – PrOJovem, Bolsa-Escola e Bolsa-Família

Plenária **Maria do Socorro N. Silva** Instituto Semente da Vila dos Milagres – IBURA

Este seminário é muito bom. A Rede de Defesa Social é muito importante, mas muito do que está sendo discutido aqui é questão de orçamento. Não adianta reunirmos um monte de pessoas e colocar a ilusão na cabeça delas de que vamos conseguir mudanças quando não contamos com dinheiro para isso.

Sobre a questão do ProJovem, dou parabéns pela idéia, porque foi uma idéia nossa. Desde a gestão passada, eu brigava por isso. Para manter um presidiário, o custo é mais ou menos 800 reais per capita enquanto para manter um jovem, gasta-se apenas 100 reais. Eu sei e presenciei muitos fatos. Hoje, duzentos jovens da Vila dos Milagres estão no ProJovem, e eles dizem que o projeto é muito bom. Eu sei que há falhas. No Ibura, quando atrasou o dinheiro, eles foram à rua, mas eu discutia dizendo: vamos ‘pegar leve’. Eu acho que a condição do projeto tem de melhorar, porque muitos professores não assimilaram sua proposta. Por exemplo, os jovens acham que uma professora de lá está trabalhando muito bem, mas eles estão pensando se, quando terminarem a 8.^a série, vão continuar recebendo assistência para concluírem o 2.^o grau. Pensam se este não vai ser só um projeto com começo, meio e fim, e não uma política pública; se vão dar oportunidade para eles concluírem o 2.^o grau e, quem sabe, até ingressar na universidade. Não é bastante tirar os jovens da rua para concluírem o 2.^o grau e depois deixá-los voltar para a rua.

A educação é tão visceral, tão importante, para ficarmos seis horas, em apenas um dia, discutindo esse assunto. Eu queria que vocês levassem isso aos gabinetes, aos imediatos, e perdissem mais tempo para discutirmos com as comunidades sobre isso. É imprescindível discutir cada vez mais sobre a educação, porque, sem isso, nosso país vai à falência. Todos os números aqui mostrados pelo Cedca, pelo Conselho dos Direitos Humanos e o Ministério Público indicam isso. É necessário ampliar a discussão uma vez que estão aqui movimentos populares, entidades à disposição para encontrar soluções. Temos de começar a pontuar isso, dar maior importância à questão da educação. Se faltar educação, o homem vai para a cadeia. Dizemos isso pela realidade que está aí.

Expositor **Secretária Maria Luiza Aléssio**

Com relação à política pública de que você falou, estamos em contato com o Governo Federal, torcendo para que seja aprovado o Fundeb, porque ele vai dispor mais recursos para o ensino médio, o que hoje não temos, a fim de conseguirmos aplicar o mesmo sistema em que o aluno, ao sair da 4.^a série e já ser matriculado na 5.^a série. Não temos escolas do ensino médio suficientes para que o aluno que tiver certificação da 8.^a série já esteja matriculado no ensino médio estadual.

Só para concluir a questão da alfabetização de adultos; hoje ela é uma política pública

por quê? Porque existe uma política de alfabetização, de educação de jovens e adultos com módulos 1, 2 e 3, que não é só um sistema de alfabetização como foi o Mobral. É um programa de inclusão na escola.

Tenho uma notícia a dar: existe o Programa Tecendo o Saber, em parceria com o MEC, a Fundação Roberto Marinho e a Companhia Vale do Rio Doce, que vai permitir certificar alunos da 1.^a a 4.^a séries em doze meses. É um programa de altíssimo nível e qualidade, com a utilização de vídeos e professores capacitados para permitir que o pessoal que se alfabetizou conclua o ensino fundamental no ano seguinte.

Tem o supletivo da 5.^a à 8.^a série e para o ensino médio, mas nessa primeira fase não tinha, e como fica uma pessoa que trabalha? É muito difícil ela se manter muito tempo à noite para concluir a 1.^a etapa, o ensino fundamental 1. É muito desanimador, então fizemos parceria em Recife, Natal, Campo Grande e Nova Iguaçu, as quatro cidades-piloto do programa. Vamos lançar esse programa nos próximos dias. Há uma diferença entre o Programa Bolsa-Família do Governo Federal e Bolsa-Escola municipal, em que as pessoas são encaminhadas pelo Instituto de Assistência Social e Cidadania (IASC) e recebem atendimento da Assistência Social. São 8 mil famílias que têm a bolsa-escola municipal. As famílias que recebem a bolsa-família sabem a diferença que faz no sentido de terem alguma segurança, de terem ao menos uma refeição por dia, famílias que não tinham nada. Eu sei que as pessoas chamam de política compensatória, mas a extensão do atendimento do Programa Bolsa-Família hoje no Brasil já é de repasse de renda, porque é um volume muito grande de atendimento.

4 Controle Social e Participação

4.1 Conselho tutelar

Plenária Líder comunitária Neide Santana

O que vocês andam fazendo pelo Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente? A secretária disse que tem o ProJovem na Escola Diná de Oliveira, que é da rede; em outras escolas, o salário do ProJovem atrasou três meses. Os jovens se organizaram para cobrar, e a Guarda Municipal foi à escola, atirou e bateu nos jovens e em uma adolescente grávida. A imprensa abafou esse caso. Vocês não nos ouviram pelo rádio? Por que não tomaram uma providência?

Dirijo-me ao Conselho Tutelar: quando os governos federal, estaduais e municipais fazem projeto, vocês, o Agente Jovem e o ProJovem são chamados para discutir? O que vejo são os conselhos funcionarem mais para exemplar os pais, que não podem bater nos filhos; quando os jovens começam a fazer uma manifestação, o conselho não aparece para dar apoio.

Outra observação: o Conselho Tutelar tem tanta gratuidade, como foi dito aí, mas não deveria ter vínculo político, porque entre tantas benfeitorias que o conselho faz, só são atendidos aqueles que votaram nele ou no candidato dele. O Conselho Tutelar mudou muito.

Mergulhamos no processo eleitoral para os Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente. Dentre os conselheiros, 70% são candidatos ao dinheiro que vão receber, porque a maioria não trabalha com crianças e adolescentes nas comunidades. Existe omissão do Conselho.

Expositores **Flora Figueiredo** Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco (Cedca)

Eu poderia resumidamente esclarecer como se processa a eleição do Conselho Tutelar. Na verdade, primeiro tem um concurso; faz-se a seleção por prova; depois, as pessoas que passam por esse concurso participam da eleição. A eleição é como qualquer outra; todo mundo que tem título de eleitor tem direito a votar.

Nesse estatuto que distribuimos,⁵ vocês vão encontrar na página 35 o papel, a função e as atribuições do Conselho Tutelar. Com relação a essa questão de que tratamos aqui, no artigo 136, parágrafo 3.º, estão todas as informações sobre requisição de serviços nas áreas de Saúde, Educação, Previdência, Serviço Social, Trabalho e Segurança. Então, se a escola disser que não tem mais vagas, o conselheiro tutelar pode requisitar a vaga, e a escola tem obrigação de cedê-la.

Quanto à indagação sobre a forma como se processa a eleição para conselheiros tutelares em Pernambuco, e o que o Cedca tem feito para melhorar, vou ousar fazer uma análise política afirmando que essa eleição reproduz o que ocorre todo dia em outras eleições: bancar despesa de transporte para eleitores; comprar voto até por 5 reais; fazer boca-de-urna; ter um candidato com a pretensão de ser vereador e usar o conselho como trampolim. Tudo isso que vocês disseram é fato e precisa ser alterado. Como? Nós temos um grande e eficiente instrumento para isso: o Ministério Público. Se formos contrários a esses procedimentos, temos de nos encorajar e denunciá-los por escrito ao MP. Por outro lado, devemos ficar atentos às campanhas e ao voto para não nos arrependermos depois por ter tomado nenhuma atitude.

Quanto ao Cedca, ele tem prestado um grande serviço na preparação dos municípios para o processo eleitoral, tanto em relação aos candidatos quanto aos conselheiros já eleitos, com capacitação de até 40 horas, dando melhores condições para o desempenho do seu papel. Ao mesmo tempo, sempre que convidados a falar sobre seu papel, sua função e suas atribuições, os conselheiros estaduais, sejam dos Conselhos de Direitos ou Tutelares, fazem-se presentes tanto na Região Metropolitana do Recife como no Interior do Estado. Aliás, essa é uma ação bastante desenvolvida em todas as regiões do Estado.

Do mesmo modo como fomos capazes de pôr o estatuto em funcionamento, com nossa luta de profissionais e de militantes, também seremos capazes de exercer nossa advocacia política e técnica para fazer valer os direitos de nossas crianças e adolescentes.

Fernando Matos Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos

Impedir as pessoas de se candidatar é uma proposta inconstitucional. A Constituição

⁵ No seminário, foram distribuídos entre os participantes exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente trazidos pela Conselheira Flora Figueiredo.

prevê a igualdade de todos perante a lei; impedi-las não é possível. Neide Santana, o que você está propondo é algo que vai discriminar pessoas que possam se interessar em constituir-se um candidato ao Conselho Tutelar. O que pode ser feito é o que Flora sugeriu. Tanto a comunidade tem de escolher com consciência e responsabilidade os candidatos quanto o Ministério Público tem de fiscalizar o processo eleitoral, mas as pessoas não podem ser impedidas de se candidatar ao conselho.

2ª PARTE

Política Nacional de Educação e o Futuro da Juventude

■ Tarde



SESSÃO DE ABERTURA

Na abertura dos trabalhos, o moderador Iran Vicente dos Santos retomou os objetivos do Seminário resgatando para todos os participantes o desenvolvimento dos debates sobre o tema trabalhado no período da manhã. Depois dos debates gerais sobre a situação educacional contemporânea e os problemas vividos nas escolas (rendimento escolar, infra-estrutura, etc), a agenda da tarde foi aberta com a discussão centrada no tema Política Pública de Juventude com prioridade à Educação de Qualidade.

A metodologia do seminário possibilitou que alguns dos questionamentos feitos pela plenária na parte da manhã fossem recolocados no debate à tarde, fato que tornou possível ao movimento comunitário maior aprofundamento e uma nova visão sobre as mesmas questões uma vez que os expositores deste bloco se posicionaram sobre o problema da educação, mas na ótica enfocada.

Como a proposta metodológica conduzida, a sessão iniciou-se com a apresentação formal dos participantes situando seu papel como representantes da sociedade civil ou na qualidade de gestores públicos em defesa e na condução de políticas de educação. Foram convocados para a mesa:

- José Alberto – representante do Fórum das Juventudes do Recife, membro da Rede de Jovens do Nordeste, Núcleo de Pernambuco.
- Edla Soares – relatora Nacional de Direito à Educação – Plataforma DhESC Brasil, vinculada ao Instituto Dom Hélder Câmara e ao Centro Josué de Castro; professora da rede estadual e da Universidade Federal de Pernambuco; membro do Conselho Estadual de Educação. Assumiu a Secretaria de Educação do Recife por três vezes
- Luiz Roberto Silva – representante do poder público do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdica). É assessor executivo da Secretaria de Direitos Humanos.
- Horácio Reis – representante do Ministério da Educação, órgão em que exerce a Direção do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino, ligado à Secretaria de Educação Básica; militante do Sindicato dos Professores; ex-secretário de Educação de Olinda.

APRESENTAÇÃO DOS EXPOSITORES

José Alberto¹ representante do Fórum das Juventudes do Recife e membro da Rede de Jovens do Nordeste, Núcleo de Pernambuco

Eu sou do Fórum das Juventudes do Recife/PE, que existe há cerca de dez anos e se originou em uma atividade realizada no Fórum Social Mundial em 1996. Algumas pessoas estavam em um ônibus, e iniciou-se uma discussão sobre a necessidade da formação de políticas públicas para a juventude na cidade. Ao recebermos o convite para comparecer a este seminário, pensamos: o fórum é sobre educação, então quem discute educação? Participa aquele que tem mais aprofundamento no tema.

A construção do fórum iniciou-se no fim de 2001, com algumas reuniões realizadas no auditório do GAC ou no Cristiano Donato com educadores e jovens. Foi uma iniciativa de representantes da Secretaria de Educação e do antigo Lar Simão e Lar Francisco de Assis – Movimento Assistencial Francisco de Assis. No início, seu objetivo era reunir jovens para conhecer e incentivar sua participação na elaboração de políticas públicas para a juventude. Essas reuniões nos levaram, pela primeira vez, a Porto Alegre na ocasião do Fórum Social Mundial. Em seguida, nós nos desligamos e começamos a caminhar com as ‘próprias pernas’. Nesse contexto histórico, o Fórum é um movimento juvenil, e não estudantil. Assim nos organizamos com base na vivência cotidiana de cada um. Nosso interesse pela escola, ou melhor, pela educação de qualidade, é por sermos jovens que estudam em escola e em faculdade pública ou privada, o que é pior, porque na maioria das vezes não conseguimos garantir todas as despesas. Sentimos na pele as dificuldades além de que, por sermos jovens questionadores, não somos bem-vistos pelo corpo docente.

Edla Soares relatora Nacional para o Direito à Educação no Brasil – Plataforma DhESC Brasil

Eu não poderia discutir questões específicas sem dizer publicamente o entendimento que tenho do seminário, acrescido de uma informação interessante da fala de José Alberto. Ele disse: ‘Eu sou do Fórum das Juventudes’ no plural. Há uma pequena reflexão a ser feita sobre o tema e a fala do meu companheiro de mesa. Em primeiro lugar, afirmo que, se o seminário é sobre a juventude, então, no meu entender, ele é um ato de reconhecimento da especificidade da condição juvenil, que é muito recente no Brasil.

O jovem sempre foi visto como alguém em transição, em passagem, em que a infância e a vida adulta eram os grandes pólos. Isso tem de ser registrado como um dos aspectos a respeito da reflexão. É importante porque, à medida que a condição de juventude é reconhecida por meio de ações públicas da natureza dessa ação, significa que surgem na sociedade alguns princípios e valores reconhecidos nessa faixa de vida da população e compartilhados como

¹ A integrante Bruna Rafaella contribuiu nesta apresentação sobre o histórico do Fórum das Juventudes e acrescentou que os encontros organizacionais do fórum ocorrem mensalmente na segunda terça-feira e os temáticos são na terceira quinta-feira, não havendo limite de faixa etária para a participação.

importantes para a trajetória da vida humana no mundo, no Brasil e no Estado. Então, estamos participando de um ato de reconhecimento da condição de juvenil como algo específico.

Durante muito tempo, a condição juvenil era reconhecida como movimento estudantil universitário. Não se via a juventude com essa força, não havia essa visibilidade. Há na sociedade uma mudança com relação ao entendimento que se tem da condição de juventude quando um seminário junta política nacional de educação e juventude: o reconhecimento dessa condição juvenil como importante na história da humanidade é algo a que chamamos de ‘políticas de reconhecimento’. O que são políticas de reconhecimento? São aquelas políticas que têm foco. Não são universalizantes nem generalizantes, elas têm foco na questão da mulher, na questão da juventude e em outros aspectos, e já se tornaram visíveis na sociedade brasileira. Estamos sendo desafiados a discutir com os gestores das políticas públicas, que vieram aqui pela manhã, um foco de política pública na condição juvenil.

Segundo aspecto: a política de educação, por sua vez, não estabelece foco. Por quê? [...] As políticas de educação são universalizantes e generalizantes, porque são centradas no indivíduo como cidadão sujeito de direito, e para que elas se concretizem, devo lançar mão do meu direito individual de sujeito de direito. Então, como eu posso vincular uma política generalizante e universalizante – como é a política de educação (direito que cada sujeito deve dispor) – a uma política que tenha foco? É nosso desafio, e o foco que estamos pedindo à política de educação é na juventude, pelo menos neste momento da discussão. Nós temos de construir a compreensão de que o atendimento às juventudes supõe que sejamos capazes de ‘costurar’ uma política universalizante centrada no direito de cada indivíduo, como a educação escolar, em uma política de foco, que é uma política centrada na condição juvenil. Vamos ter de ‘costurar’ esses dois aspectos.

Do ponto de vista do direito humano, até hoje no Brasil, não existe uma cultura da educação escolar como direito humano. Por não existir, é possível aos governantes dizerem: ‘ainda não generalizamos o atendimento a todo o ensino médio nem generalizamos o ensino fundamental porque não temos recursos.

Temos aqui um desafio: unir uma política universalizante – que é de educação escolar (direito de cada indivíduo independentemente de ser jovem, adulto ou criança) – a uma política de reconhecimento da condição juvenil como uma condição específica não só do ponto de vista biológico e do ponto de vista psicológico, mas do ponto de vista sociológico e antropológico. Nosso discurso tem de apontar nessa direção. Do ponto de vista do direito humano, sabemos que também temos um desafio: como vamos criar uma cultura em que os governantes entendam que a educação é um direito humano?

Em geral, as sociedades chamadas democráticas se sustentam pelo menos em um tripé: liberdade, participação e igualdade. É o mínimo que a sociedade tem de experimentar para ser chamada de democrática. Com o que tem ocorrido no Brasil ao longo de sua história, esse tripé ficou com uma perna encolhida, porque nós avançamos na participação, avançamos na liberdade, mas não conseguimos ainda atingir a igualdade em um mesmo nível.

A educação é um dos principais caminhos para a construção da igualdade. Assim, quando discutimos a política de educação, discutimos uma política generalizante, para todos. Nós estamos discutindo ainda a possibilidade, mesmo generalizante e universalizante, de a política nacional de educação – a política estadual e a municipal – pôr o foco na educação de jovens.

Luiz Roberto Silva representante do Conselho Municipal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente (Comdica)

Eu sou Luiz Roberto. Alguns me chamam Beto. Represento a Prefeitura da Cidade do Recife, a Secretaria de Recursos Humanos e o Conselho Municipal da Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdica). Inicialmente, estava prevista a presença da coordenadora geral do Comdica, a companheira Gênova, mas, infelizmente, em virtude das atividades do Instituto Dom Hélder Câmara, instituição a que está vinculada, ela não pôde participar, e em reunião, estabeleceu-se outra pessoa para participar, que sou eu. Temos alguma experiência em educação como funcionário da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, e em função disso, atividades sindicais, Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Sul. Desde 2001, componho a equipe de governo da administração do Prefeito João Paulo, primeiramente na Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Faço parte da Secretaria dos Direitos Humanos desde sua criação em julho de 2005. Representamos a secretaria no Comdica. Então, depois de mostrar algo do meu currículo, estamos aqui para participar do debate deste seminário da maior importância. Saudamos a Rede por essa iniciativa realmente importante, já há três anos na cidade, reunindo diversas instituições, líderes comunitários, ONGs para a discussão de direitos e, principalmente, para encontrar saída para nossa juventude, evidentemente diante dos vários problemas que enfrentamos, de acesso, de permanência, de promoção dos direitos da criança e do adolescente, e, fundamentalmente, como diz o próprio folder de vocês, o enfrentamento do problema sério de nossa cidade, de nosso país: a violência nas comunidades do Recife.

Horácio Reis representante Ministério da Educação (MEC)

Agradeço o convite que me foi formulado e cumprimento os membros da mesa. Ao ser contatado, fui informado de que eu tinha apenas quinze minutos para fazer minha exposição. Tentarei ser o mais objetivo possível. Para isso, começarei com a apresentação de um vídeo institucional de menos de quatro minutos.² Nele apresenta-se um pouco do processo do debate com a sociedade civil organizada e o Congresso em 2004 na perspectiva de se construir uma política nacional da juventude.

Era necessário, naquele momento, criar uma Secretaria Nacional da Juventude, tendo como conseqüência, um Conselho Nacional da Juventude que coordenasse com a sociedade um amplo debate sobre políticas públicas para a juventude. Depois de passar o vídeo, tecerei alguns comentários sobre alguns desafios que ele apresenta.

Quero destacar apenas seis desafios e discutir com vocês como alguns deles estão sendo enfrentados pelo Governo Federal em parceria com os sistemas estaduais e municipais de educação e organizações não-governamentais (ONGs).

² O vídeo sobre o ProJovem foi produzido em 31 de janeiro de 2005 com direção de Felipe Ariane e a direção geral de Sérgio Motta Mello, com apoio da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom).

1) Ampliar o acesso e a permanência dos alunos em uma escola de qualidade – preocupado com a política de financiamento em vigor desde 1998, o MEC passou a desenvolver uma grande negociação nacional envolvendo dirigentes educacionais e a representação sindical dos trabalhadores em educação na perspectiva de substituir a referida política por uma política de financiamento mais ampla, vindo a contemplar todas as etapas e modalidades da educação básica. Uma proposta de emenda constitucional encontra-se em fase final de tramitação no Congresso, fruto desse debate, apontando para a possibilidade de uma ampliação da oferta da educação infantil por parte dos municípios e do ensino médio por parte dos estados, em cima de um investimento da União da ordem de 4,5 bilhões de reais por ano, dez vezes mais do que foi investido por ano até hoje. Essa política certamente formatará um novo patamar de inclusão social, com crianças, jovens e adultos estudando e aprendendo, o que não se tem realizado com a qualidade necessária.

2) Estimular a cidadania e a participação social – é um desafio importante para todos os setores da Administração Pública. Na educação, os limites ainda são bem acentuados. O Conselho Escolar existe na grande maioria das escolas do Brasil. No entanto, ainda não tem autonomia e até mesmo a capacidade de discutir e de controlar não só os recursos encaminhados diretamente para a escola, como também para fazer uma discussão político-pedagógica das ações educacionais a serem desenvolvidas. Estamos trabalhando em todo o País na capacitação de técnicos, de gestores e de professores na perspectiva de trabalhar um material muito rico para fortalecer os conselhos escolares, fazendo chegar o referido material a todas as escolas com mais de 250 alunos matriculados. Esse material provoca o debate sobre várias questões, a exemplo da intervenção dos conselhos na aprendizagem e na democratização da escola, na valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade em uma visão própria para a construção da cidadania.

3) Promover os direitos humanos e as políticas afirmativas – há um programa que já é realidade no País, o Programa Universidade para Todos (ProUni), que prevê a ocupação de vagas ociosas em universidades privadas por estudantes que cursaram o ensino médio na rede pública, com renda familiar de até um salário mínimo per capita, e por professores da educação básica sem curso superior. Então estamos colocando para todo o Brasil a possibilidade para o jovem, para o adulto, principalmente de baixa renda, de escolher uma universidade que esteja credenciada para lhe oferecer o curso; assim, essa pessoa receberá uma bolsa parcial ou integral para fazer o curso superior.

Esse programa tem contemplado em Pernambuco 1.580 alunos, que estão recebendo bolsas integrais ou parciais em uma perspectiva que coloca o Recife com 949 bolsas integrais e 57 bolsas parciais, totalizando 1.006 participantes. São pessoas que estão em uma universidade particular sem ter de pagar para estudar.

4) Instituir, simultaneamente a esse programa, a reserva de 50% das vagas das Universidades Federais para estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas – o projeto de lei está tramitando no Congresso, garantindo-se nessa cota, vagas para negros e

indígenas de acordo com a população de cada estado.

5) Melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais – essa questão tem muito a ver com a professora Edla Soares. Como conselheira do Conselho Nacional de Educação, participou ativamente, foi relatora e responsável pela resolução que definiu as diretrizes operacionais para a educação no campo. Tendo essas diretrizes como referência, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do MEC está realizando um debate em todo o País sobre a melhoria da qualidade de vida, considerando a diversidade cultural e todas as composições étnicas que existem no Brasil. A educação no campo está sendo debatida, e é importante que não se restrinja a uma ou outra ação pontual aqui ou ali. É importante que se faça esse debate dentro de uma avaliação do nosso Plano Nacional de Educação, que é omissa em relação a isso, como também na elaboração dos planos estaduais e municipais de Educação, que estão pendentes desde 2001.

6) Oferecer, além do ProJovem, no preparar para o mundo do trabalho, um programa também importante, o Programa Escola de Fábrica – é uma oportunidade para os jovens de 16 a 21 anos, que estão matriculados nas escolas públicas, terem o direito de fazer um curso de iniciação profissional a partir do sistema ou da empresa que estiver conveniada com o Ministério da Educação. O programa garante o direito a uma bolsa para estudar, o direito ao transporte, à alimentação e ao material didático. São programas que estão sendo criados na perspectiva de gerar renda e inclusão social.

Diante do exposto, coloco-me à disposição para discutir e aprofundar cada posição ou informação aqui apresentada.

O Debate na plenária – A Reação do Movimento Comunitário às Argumentações dos Expositores

1 Educação para a Juventude

1.1 Evasão, abandono, reprovação e rendimento escolar

Plenária **José Cleto M. Oliveira** Projeto Cultural REAÇÃO – Ibura

Pergunto à prof.^a Edla Soares sobre o trabalho de acompanhamento da Relatoria da Plataforma DhESC com relação à péssima qualidade do ensino que aprova o aluno na 5.^a série sem saber ler e ao sistema de ciclos, pelo qual o aluno, mesmo faltando seis meses às aulas, é aprovado; lembrando que, no ensino estadual, não tem professor de química, matemática e português e, ainda assim, o aluno é aprovado. O que essa relatoria tem feito?

Expositor Relatora Edla Soares

Fez-se um estudo de 1996 a 2004 sobre o ensino fundamental (1.^a a 8.^a séries). Nós temos matriculado 34 milhões de crianças e jovens no ensino fundamental. Desses, 2.648 milhões de crianças e jovens abandonaram a escola entre 1996 e 2004, equivalendo a 12,83%. Vejam que horror! Foram reprovados 4.363 milhões de alunos do ensino fundamental, então a questão não é o ciclo, mas saber o que está havendo nessas salas infames de educação em que, de 34 milhões, temos 4.363 milhões de alunos que não aprendem. O problema não é ser ciclo ou não ser ciclo, porque o ciclo vem embebido de uma ‘cachaça brasileira’ que não existe nos outros sistemas do mundo, que é a ‘cachaça’ da reprovação.

Nós somos uma civilização que sofreu a influência da colonização cristã, Igreja Católica Apostólica Romana, e a idéia que nos deixaram com a catequese é que o mundo é dividido entre o bem e o mal, e quem não cumpre deve ser castigado. Trazido para dentro da escola, o mal a ser castigado é o mal de quem não aprendeu; ora, não é o mal de quem não deu as condições para a aprendizagem. Então, a reprovação é o deslocamento de uma sanção que teria de ser feita ao Estado brasileiro em todas as esferas para a criança brasileira indefesa que não pode enfrentar a situação. Nós não temos crianças que não aprendem, o que temos são escolas que não ensinam. Não vamos discutir aprovação e reprovação, porque não é o aluno que deve ser reprovado. A reprovação é para o sistema de ensino, porque o número de 4 milhões de brasileiros não justifica o de reprovação, fora o abandono.

No ensino médio, o abandono é uma coisa vergonhosa. O número de alunos matriculados é de 9.169.357. Desses alunos, 15% dos jovens que querem aprender nas escolas do Brasil abandonam o estudo, porque não encontram condições de aprendizado; são reprovados mais de 10%. Se existem mais de 9 milhões de alunos matriculados e tem 1,5 milhão de alunos que abandonam a escola e quase um milhão de alunos reprovados, quem tem castigo a receber? Assim, quem representa o mal na civilização ocidental cristã não são os alunos que não aprendem, é o Estado que não ensina.

O debate a respeito da qualidade da educação escolar não pode ser vinculado exclusivamente ao formato de organização do ensino em ciclo. O mapa de matrícula, aprovação, abandono e reprovação dos alunos do ensino fundamental e médio no Brasil é estarrecedor e requer uma compreensão mais abrangente de sua gênese. Dados do Censo Escolar, publicados em março de 2006, registram acentuadas perdas com o abandono e a reprovação dos alunos que integram o contingente da segunda e terceira etapas da educação básica atendido nas escolas brasileiras.

Quinze em cada cem jovens matriculados no ensino médio abandonaram os estudos no Brasil em 2004, ou seja, 1.402 milhão de matriculados interromperam seus estudos, retardando a conclusão e reduzindo as possibilidades de acesso aos demais direitos, que são fundamentais para a constituição da identidade cidadã. É o maior índice dos últimos anos. Além disso, quando o foco é estabelecido na reprovação escolar, os estudos demonstram que dez em cada cem estudantes do ensino médio foram reprovados no ano em tela, ampliando, dessa forma, o contingente dos que vão realizar estudos fora da idade esperada pelo conjunto do sistema.

No caso do ensino fundamental, em que pese a apresentar o percentual mais baixo de abandono ao ser comparado com o ensino médio, o primeiro tem o índice de 7,79% enquanto o segundo apresenta o de 15,3%. A situação não deixa de ser preocupante. A expectativa de universalização do acesso com permanência continua ameaçada. Aproximadamente oito em cada cem alunos não têm condições de realizar seus estudos obrigatórios, ampliando o problema com a situação de 12,83% dos reprovados. Esse mapa, sem sombra de dúvida, é multideterminado.

Parece quererem simplificar a questão ao atribuir o problema aos ciclos que, em alguns estados e municípios, surgiram como alternativa contrária aos mecanismos oriundos de uma visão punitiva que não considera os processos próprios de aprendizagem e, ao mesmo tempo, defendem a seriação, estabelecendo rupturas radicais entre períodos – as séries – que são apenas momentos de organização da vida escolar dos mesmos sujeitos. Com isso, deslocam, mais uma vez, a “punição” que deveria ser destinada aos sistemas de ensino para as vítimas da sua ineficiente estrutura e funcionamento.

Plenária Emanuel Lima 19 anos, representante estudantil do Colégio Eurico Gaspar Dutra da UR-11 – IBURA

Falta compromisso da Secretaria da Educação com os colégios de periferia. Desestimulados, os professores contribuem para o atrofiamiento curricular. Como está sendo tratado pela Secretaria de Educação o problema da evasão escolar?

Expositores Horácio Reis representante do MEC

Faço um comentário em relação a essa exclusão. De fato, não vamos resolver essa situação enquanto nossas associações e nossas entidades sindicais, enfim, todas as organizações sociais representativas de nossa juventude não estiverem devidamente organizadas. O aluno que

faz o ensino médio hoje está colocado nesse contexto de mais de 10% de reprovação e de evasão, porque os estados e os municípios brasileiros não estão ainda devidamente consolidados, equipados com responsabilidade e capacitados para oferecer uma escola pública de qualidade.

Só para dar uma idéia, tenho um exemplo bem concreto na minha família. Meu filho estava matriculado no 1.º ano do ensino médio no Ginásio Pernambucano, uma escola pública, que está passando por um processo bem complicado, com a perspectiva até de privatização. Em 2000, meu filho só começou a ter aula de matemática em outubro; não recebeu o conteúdo referente ao 1.º ano do ensino médio, mas foi promovido para o 2.º ano. O resultado disso é o aluno ter dificuldade para passar no vestibular de uma universidade pública ou em qualquer outra, por não ter aprendido o conteúdo básico. Então, nós estamos sentindo na pele uma vez que nosso filho foi aprovado para o 2.º ano sem ter tido aula de matemática ao longo do ano. Diante disso, eu estou defendendo a reprovação? Não, estou defendendo que os alunos tenham, como direito, o conteúdo, a disciplina repassada durante todo o ano. Agora, se ele vai ser aprovado ou reprovado, isso já foi discutido aqui: é uma consequência da incapacidade do Estado, é ele que tem de responder por essa realidade.

Relatora Edla Soares

Quanto ao filho de Horácio, que só teve aula em outubro, a discussão é para ser promovida, porém, com seu histórico escolar registrando a ausência da disciplina de Matemática, deve ir ao Ministério Público recomendar que o Governo tome vergonha e coloque professor na sala de aula.

Plenária José Cleto M. Oliveira Projeto Cultural REAÇÃO – Ibura

Já que constatamos a falta de professor de química, física, matemática e português nas escolas estaduais, quero saber de José Alberto o que está fazendo o Fórum das Juventudes para mudar essa situação.

Jonathan Braga membro do Fórum das Juventudes do Recife

O Fórum das Juventudes é um espaço de intervenção e formação contínua de jovens para jovens. O fórum está aberto à participação de qualquer pessoa que seja jovem ou se sinta jovem. Não somos movimento estudantil. Temos a preocupação com esse espaço, com a educação, porque somos jovens estudantes de escolas públicas, e convidamos o movimento estudantil para dialogar, mas não tivemos retorno até hoje. Não temos ninguém do movimento estudantil que acompanhe o fórum. Eu afirmo isso para quem perguntou sobre a posição do fórum em relação às escolas. Na Prefeitura do Recife, no fórum de alunos da rede municipal, existe a União Metropolitana de Estudantes Secundaristas; a ARES restrita ao Recife; a OESO de Olinda e a UESC de Pernambuco. Há dissidências da UESC em Camaragibe e em São Lourenço.

1.2 Políticas educacionais para a juventude – programas e projetos

Plenária **Cristiane Lopes** CIA AJE/ REAÇÃO – IBURA

Eu tenho uma preocupação muito grande com esses cursos imediatistas que são oferecidos à nossa juventude, visto que o Governo Federal está investindo em políticas para que uma quantidade maior de jovens tenha acesso à escola de ‘qualidade’. Questiono a qualidade desses cursos imediatistas de um ano e seis meses, que são jogados para a população que não teve acesso a uma escola de qualidade. Quais são as garantias para um jovem realmente chegar à universidade principalmente com uma escola nas condições da atual educação básica, como Cleto disse, em que os alunos não têm professor de matemática, de português e de artes? Esses alunos chegam à universidade sem conhecimento básico, sem o mínimo conhecimento. Eu pergunto ao pessoal do Programa Rumo à Universidade, que esteve aqui pela manhã: se o aluno não recebeu o ensino da matéria na própria escola, como ele pode dominá-la nesses cursos imediatistas para chegar à universidade?

Expositor Conselheiro Luiz Roberto Silva

A formação dos profissionais não-docentes é uma luta antiga dos movimentos dos trabalhadores de educação. Todo mundo que está na escola, na verdade, é educador. É o que está por trás no governo Lula. A preparação dos outros trabalhadores da educação que não estão em sala de aula assume um caráter de política pública: é o merendeiro, o secretário, o porteiro da escola, que têm uma importância fundamental no processo educativo. Como política pública, hoje eles têm a possibilidade de uma formação continuada, de reflexão sobre o próprio trabalho e melhoria das condições de trabalho. Isso não significa pouca coisa, é uma política pública da mais alta importância.

Plenária **Jaqueline** Grupo Zamboo – IPUTINGA

Eu trabalhei na Iputinga muito tempo, mas hoje trabalho no ProJovem, onde sou educadora; ao mesmo tempo, sou uma jovem dos Movimentos da Juventude, tanto municipal quanto nacional, e estive no Seminário Nacional.

O ProJovem na Estação Ibura, a primeira estação a ser implantada na cidade, está enfrentando problemas: faltam três meses para a turma concluir, e os computadores não chegaram ainda, as atividades não começaram, e nós educadores nos deparamos com esse público, respeitando as expectativas dos alunos e as nossas. No entanto, como educadores, sentimos por não ter informação de nada.

Líder comunitária **Neide Santana**

Quando o jovem está na sala de aula, ele pode até ter qualidade de vida, mas quando sai da sala, isso acaba, porque ele mora na periferia, na favela, onde vê crimes, violência, a polícia batendo. Eu quero saber quem são os parceiros desse projeto, porque não há participação social. Quando o

programa chega à escola, não há reunião com os conselheiros para envolvê-los no ProJovem.

José Cleto M. Oliveira Projeto Cultural REAÇÃO – Ibura

Esse ProJovem foi pensado por quem? Teve participação de jovem? Ele não dá para funcionar em uma associação de moradores pequena, em que se divide uma área em três salas e amontoar um monte de jovens. Eu votei em Lula e votarei de novo, mas ele não queria ser torneiro mecânico pelo resto da vida. Ele tinha um objetivo, sonhava em ser presidente da República. Então, por que quando pensam no ProJovem, em cursos para a periferia, só pensam em kit manicure, kit cabeleireiro e auxiliar de pedreiro? Se nós estamos na inclusão digital, no mundo da globalização, como é que se faz um programa desses? Será que só servimos para ser massa barata? Eu tenho de ficar lá fora estacionando carro, como diz a música de Cazuza?

No ProJovem, não tem uma discussão política nem cultural para segurar o cara. É aquela escola onde tudo está amontoadado, e acabou-se: 'Eu só vou porque recebo 100 reais.' A miséria por que o pessoal está passando não existe. Os professores que estão lá são de qualidade? Será que isso foi pensado? Será que essa Secretaria da Juventude pensou no ProJovem? Perguntaram ao jovem o que ele queria? Ele quer ser auxiliar de pedreiro? Agora todo mundo só fala no resgate da dívida com a educação, mas cada governo passa a dívida para o outro, e a gente fica 'se ferrando'. Queremos que o País e os governantes nos ofereçam uma oportunidade.

Expositor **Horácio Reis** representante do MEC

Concordo com José Cleto, mas faço alguns ajustes. Primeiro, o ProJovem não é um Programa do MEC, é um programa da Secretaria Nacional da Juventude, que é vinculada à Secretaria Nacional da Presidência da República. Segundo, nós vivemos em um país federativo onde as competências estão bem definidas na Constituição. Assim, em uma relação entre Governo Federal, Governo Estadual e Municipal, não se pode exigir que a União imponha aos entes federativos aquilo que ela quer em termos de oferta de alguma política pública que esteja sendo implementada no País. Por exemplo, o MEC ou a Secretaria Nacional da Juventude não pode dizer ao município ou ao estado qual é o curso que vai ser oferecido no ProJovem. A definição cabe à comunidade local e ao município, e o controle social disso passa inicialmente pela comunidade.

Se o Fórum da Juventude fizer uma avaliação e remeter à Coordenação do programa os problemas que estão ocorrendo aqui, por exemplo, se os cursos que estão sendo dados não deveriam ser aqueles, esse será um documento legítimo e representativo, muito mais legítimo do que qualquer outra representação, porque é uma entidade representativa da juventude, em que certamente, com base nele, os cursos serão avaliados e redimensionados os critérios para que a prefeitura possa renovar o convênio para outras ofertas de curso. Então, primeiro, a discussão tem de ser feita no município, porque é aqui que se dá o primeiro passo para aquilo que está sendo realizado, seja ele programa nacional, estadual, seja municipal.

Plenária **Maria do Socorro N. Silva** Instituto Semente da Vila dos Milagres – IBURA

São muitas falas, mas nada concreto. Não pode fazer isso, não tem recursos para aquilo.

Costumo chamar de educação de necessidade, porque hoje a educação está caindo na qualidade. Tem de haver em sala de aula! Tivemos um momento muito difícil com os jovens da Vila dos Milagres, mas depois que se fez uma política integrada, juntando a educação ao trabalho e à profissionalização, graças a Deus, para quem é morador dessa comunidade, houve mudança. Antes não tínhamos como deixar as portas abertas; estávamos em estado de sítio, ninguém ficava depois das 18 horas com a porta aberta. Eu sempre dizia que enquanto o GOE entrava lá metendo o cacete, o que queríamos era educação, porque para resolver o problema da violência, é preciso educação. O jovem quer ser tratado, quer ser transformado. Muitas vezes discordo quando falam mal do ProJovem por conta dos drogados; nenhum escolheu ser bandido, ninguém escolheu ser professor; foi a vida, eles não tiveram oportunidade.

É importante reconhecermos que existe um problema sério, muito sério. Vamos deixar de ficar se agarrando um com o outro e vamos dar as mãos. Temos de observar essa juventude. Eu concordo com o companheiro quando diz: ‘tenho 44 anos e acho que sou um menino ainda’, porque eu tenho muito a aprender; eu aprendo com uma criança de 8 anos, com um jovem de 12 anos quando ele diz: ‘Socorro, eu roubo porque não tenho o que comer.’ Então, muita gente começou a dar oportunidade lá na Vila, e as coisas estão melhorando; não mudou por completo, mas está muito melhor.

Hoje tem a creche, que atende 40 crianças; tem a escola, que está atendendo 160 jovens e já temos outros espaços, como a questão da Nova Escola. A Vila dos Milagres cresceu. Hoje tem uma dimensão de 7 mil famílias em toda a vila. Fica aquela guerra: ‘Quem mora na Vila dos Milagres é bandido.’ É não, é cidadão! Eu fico irritada porque moro lá há 24 anos e não admito que digam que quem mora na Vila dos Milagres é bandido. Tem pessoas que foram marginalizadas pela sociedade. Aí sim, essa sociedade é omissa. A gente discute, discute, mas depois diz: como é o ProJovem, como é o ProJovem?

Sei que devemos acabar com essa história de quem é pobre e quem é rico, porque no Brasil não tem rico, está todo mundo ‘lascado’. É uma vergonha; aquele que tem dinheiro fica escondido, porque tem medo de que venham tirar o que ele tem; aquele que não tem nada, está querendo tirar daquele que tem, porque está morrendo de fome. Então, se a gente olhar, está todo mundo no mesmo patamar. Só quem está bem, são uns 20%, que estão ‘bombados’; eles têm muitas seguranças até quando não seqüestrarem o filho deles.

Então, estamos numa miséria tão grande que hoje não é mais jogo você querer ‘enri-car’; não ter dinheiro hoje é melhor. A questão da desigualdade é um caso sério. As políticas públicas brasileiras estão devagar demais, e quem as faz não é Lula não. Votei em Lula, vou votar e continuo dizendo que o caminho é Lula apesar de que temos muito para fazer ainda, e se formos aceitar os orçamentos que estão por aí, nada vai mudar. Ninguém espere que João Paulo e Lula vão mudar. Quem vai fazer a mudança somos nós.

Expositor **Horácio Reis** representante do MEC

É evidente que esses cursos não são oferecidos pelo MEC e pelo Governo Federal

como a solução do problema da juventude e do adulto. A solução educacional do País passa por questões mais estruturais. Precisamos, de fato, discutir questões estruturais na educação para que tenhamos condições de visualizar uma escola pública de qualidade. Falar em escola pública de qualidade não significa que o compromisso ou a responsabilidade da oferta dessa escola de qualidade esteja focado apenas em um ente federativo, ou na União, ou no estado, ou no município. A responsabilidade é de toda a sociedade nesse caminho de convergência para a união dos estados e municípios tendo colaboração mútua, pactuando uma posição educacional para garantir a escola pública de qualidade. Esse é o caminho que devemos trilhar, que devemos reivindicar.

Temos na Constituição Federal o artigo 23 garantindo o Pacto Federativo a ser regulamentado desde 1988. Até hoje, esse pacto não foi regulamentado. Temos os sistemas de ensino instituídos pela Constituição, mas ainda não estão devidamente organizados. A própria LD-BEN reforça essa situação da necessidade da organização dos sistemas e de regulamentação do regime de colaboração entre estado, município e União. Estamos caminhando nessa perspectiva, que não é uma caminhada fácil. Para sairmos de uma política de financiamento restrita ao ensino fundamental para uma política mais ampla, que vai permitir o acesso de crianças, jovens e adultos à escola pública, muita água está rolando por debaixo da ponte. Então, é fundamental que se tenha clareza da dificuldade que há na elaboração de uma Política Nacional de Educação que dê à sociedade a visualização de uma escola pública de qualidade.

Plenária Maria José Lopes Centro Comunitário da UR-12- IBURA

Minha pergunta vai para o professor Horácio. Peço que me ajude a entender melhor o ProUni, porque o senhor falou e foi até bonito, mas meus filhos são muito pobres e minha filha tem o sonho de fazer faculdade, por isso, eu quero conhecer esse caminho.

Queria também que o senhor explicasse sobre a Escola de Fábrica, se todas as fábricas estão nesse projeto para garantir que o jovem se profissionalize.

Expositor **Horácio Reis** representante do MEC

O ProUni a que eu me referi é um programa criado pelo Governo Federal, que fornece bolsas de estudo nas instituições privadas de ensino superior. Para que o aluno tenha acesso à bolsa, o critério mais importante é haver participado do Enem no ano anterior.

O Enem é um exame realizado anualmente no ensino médio. Se os alunos que participarem dele obtiverem uma nota igual ou superior àquele patamar definido pelo MEC, está qualificado para receber uma bolsa caso seja aprovado no vestibular de uma instituição privada conveniada. A bolsa pode ser integral ou parcial, dependendo da condição socioeconômica do estudante. Certamente, hoje podemos afirmar que esse é um dos maiores programas de bolsa de estudo que já houve no Brasil.

No que se refere à Escola de Fábrica, é um convênio estabelecido entre o Ministério da

Educação e a instituição, seja ela pública, seja uma empresa. O aluno se matricula na instituição credenciada pelo MEC para oferecer os cursos que podem ser desenvolvidos nas empresas, nas fábricas, mas não existe em toda e qualquer fábrica. Somente as fábricas, as organizações e as instituições que firmarem convênio com o MEC estão credenciadas a oferecer essa iniciação profissional. Então, não é uma questão generalizada. Além disso, há critérios para a classificação em termos de renda per capita do estudante. Para tanto, vale lembrar a importância de o candidato estar matriculado no ensino regular ou na modalidade de Educação para Jovens e Adultos em uma escola pública.

Plenária **Cristiana Lopes** Bairro do Iburá

O que está sendo feito sobre a política de cotas? A política de cotas está garantindo à população de baixa renda acesso à universidade como uma espécie de indenização aos povos afrodescendentes. Quais as políticas públicas que estão sendo implantadas para que essas pessoas consigam manter-se na universidade, para ela se sustentar e concluir seu curso?

Expositores **Horácio Reis** representante do MEC

A política de cotas não é uma discussão fácil. É preciso entender quem está do lado dessa luta; quem está defendendo a exclusão social, quais as entidades que estão trabalhando contra essa exclusão, porque não aparece com muita clareza na televisão e nas revistas. Muitas vezes absorvemos o que a Revista Veja e a própria Rede Globo apresentam.

A política de cotas garante que os alunos das escolas públicas que não têm diploma de curso superior tenham acesso às universidades federais, instituições públicas. Se esse projeto de lei for aprovado, 50% das vagas que a universidade tem de oferecer em qualquer curso serão para esse segmento. Desse percentual, metade das vagas tem de considerar a composição étnica do Estado, terá percentual para índios, etc.

Então, é uma proposta que significa o marco, o início do processo contra a exclusão, que é centenária, ou melhor, desde a descoberta do Brasil. Passamos a ser excluídos e discriminados desde que os índios tiveram a educação própria interrompida pelos portugueses. Enfim, é um processo que não vai ser resolvido com esses programas, que dão oportunidade à sociedade de ter um espaço na perspectiva de alcançar uma consciência de classe para que possa intervir, de fato, nas organizações sociais e mudar esse contexto atual.

Relatora **Edla Soares**

Sobre a política de cotas, eu acho interessante, mas fiquei um pouco preocupada, porque as questões levantadas foram em relação ao acesso e à permanência. No entanto, vimos aqui que existem políticas de 'foco' generalizantes e universalizantes. Nós recorremos às políticas de foco sem em nenhum momento descuidarmos das políticas redistributivas, visto que são elas que dão o fundamento à educação como direito humano. Nós temos aqui discutido uma política de foco, porque a educação básica é um direito. Portanto, uma política universa-

lizante e generalizante não está sendo assegurada nas condições necessárias para que possamos enfrentar e entrar independentemente das cotas.

Desse modo, em nenhum momento, podemos discutir a questão das cotas sem dizer que elas são transitórias. É uma transição enquanto o poder público brasileiro assume a educação como direito humano e garante que há mudança na Constituição, que diz no seu artigo 208 que o ensino fundamental é obrigatório, universal e gratuito e o ensino médio será progressivamente universalizado. Nós vivemos em um país onde o ensino médio é considerado um direito humano, por isso, a Constituição diz que é progressivamente. Só Deus sabe quando nós vamos ter o direito humano a uma educação básica completa no Brasil. Então, a questão das cotas passa por um foco transitório enquanto nossa luta pela educação básica se desenvolve na busca de garantir-se como direito assegurado de todo cidadão brasileiro. É a ausência disso que obriga o Governo Federal, neste momento, a criar cotas atendendo aos grupos específicos.

2 Participação e controle social

2.1 Participação juvenil

Plenária **José Cleto M. Oliveira** Projeto Cultural REAÇÃO – Ibura

Diante do índice de violência contra o adolescente, gostaria de saber o que o Fórum das Juventudes tem provocado, se tem feito uma pesquisa, se está indo às comunidades [...] O que o Fórum tem feito? É muito fácil falar em direito a isso, direito àquilo, mas sabemos que todos os dias estão sendo violados os direitos dos jovens, como também os dos cidadãos brasileiros.

Eu me preocupo muito com esse Fórum, e José Alberto não respondeu a minha pergunta. Fazer fórum só por fazer? Está aí o mal do século, a droga. O rico pode mandar o filho para um Spa se tratar, e nós pobres não podemos fazer isso. O que está acabando com a juventude são as drogas, há esse vício em todo canto. Eu participei, há pouco em São Paulo, da Teia de Cultura, Educação e Cidadania e Economia Solidária, e fui fazer um trabalho no centro, como fiz em Recife. O jovem está se acabando com a questão da droga. Que está fazendo o fórum com relação a drogas nas escolas? Por que fazer fóruns sem focar os miseráveis? Todos os dias eu recolho o Jornal Folha de Pernambuco. Na maioria dos assassinatos, as pessoas estão envolvidas com droga.

Bruna Rafaella Fórum das Juventudes

Em 2003, o Fórum construiu a Plataforma da Juventude. Em algumas audiências que tivemos para construir essa plataforma, os temas escolhidos foram Educação, Trabalho, Violência e Igualdade Social. A Educação está ligada a todas essas temáticas: educação e trabalho, educação e violência, segurança pública.

A Pesquisa Juventude e Democracia do Ibase, realizada em sete capitais e no Distrito Federal, foi publicada. Ela identificou esses quatro temas como os de maior mobilização

das juventudes. Daí, o Fórum aproveitou o termo no plural na concepção de que são várias juventudes. Nove mil jovens, ou seja, 84% dos jovens entrevistados na primeira etapa passam a maior parte do dia assistindo a televisão; 57% lêem jornal e 49% ouvem rádio. Dentre esses jovens, 49% estavam na escola; desses, 2,4% participam fazendo ‘fanzine’ – para quem não sabe, é um jornalzinho muito objetivo e prático, com poucas falas e poucos informes. Quanto a isso, há um processo que é preciso destacar: a compreensão da escola, instrumento principal da educação. Ela não tem compreensão do que é juventude e trata os jovens como estudantes. [...] A pesquisa identifica, ainda, que os jovens apontam isso como problema: a escola só tem dois formatos, o aluno lê os livros e escreve no caderno. Não há socialização nem integração.

A pesquisa aponta, ainda, a questão do professor: ele é mais uma vítima desse sistema; a primeira vítima foi o aluno, agora é o professor. Ele se depara com a situação de três meninos fumando maconha dentro da escola e por não saber como agir, diz: ‘Passei quatro anos na universidade e não aprendi como lidar com essa situação’. O próprio professor não tem a qualificação necessária para atender, compreender e vivenciar essa situação.

Além disso, trago outra situação: o Plano Nacional de Juventude que o Governo Federal está fazendo com a sociedade, os movimentos e as Redes Jovens. Na semana passada, no Seminário Nacional de Juventude, participei da temática de Educação. Imaginem 70 jovens reunidos; foi uma polêmica. Passamos quatro horas só dialogando como seria o processo, e deveríamos sistematizar o plano da parte de Educação, porque no texto do governo, tudo foi jogado de cima para baixo. [...].

Precisamos radicalizar na questão que se refere ao sistema educacional. Estamos sofrendo uma situação precária, principalmente na Região Metropolitana, no que diz respeito à violência e insegurança. São sobre esses temas que precisamos refletir e trazê-los à pauta; precisamos construir outro sistema, porque o atual não nos possibilita participar e construir algo.

Líder comunitária Neide Santana

Pergunto ao Fórum das Juventudes: vocês estão ocupando todos os espaços, porque existe juventude no Agente Jovem e no Peti; as bolsas dos alunos atrasam muito e, quando eles vão cobrar, o guarda municipal responde com pancada, e todo mundo fica calado. Até o Comdica ficou calado sobre fato, e a imprensa abafou o caso.

Diego Cabral Associação 21 de Abril – BRASILIT

Quero fazer uma pergunta com relação à escola. Alguns alunos mal querem assistir à aula, e a supervisão reclama, mas não incentiva. O que o Fórum das Juventudes pode fazer para ajudar a ‘abrir a mente’ desses garotos? Quando eles recebem reclamação, ameaçam os instrutores, e estes, não sendo profissionais, chamam logo a Rocam ou a polícia. Os próprios guardas têm medo dos garotos.

Jonathan Braga Fórum das Juventudes

Como sou jovem e sou do Fórum das Juventudes do Recife, quero fazer uma complementação. A gestão do fórum é autônoma. Ele começou sua atividade em 2001, e em 2002, nós fomos ao Fórum Social Mundial. Na volta, sentimos que não devíamos deixar de nos encontrar; e continuamos nossos encontros até hoje. Em 2003, montamos nossa carta de princípios, em que temos por escrito que o Fórum não é feito só por jovem de faixa etária dos 18 aos 24 anos, mas por toda e qualquer pessoa que se sinta jovem independentemente de raça, cor, orientação sexual. Agora trabalhamos com muitas juventudes. Decidimos por 'juventudes', no plural, porque, participando do processo, tínhamos o pessoal do Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta), que trabalha na Bacia de Glória do Goitá com jovens agricultores. Então, dona Socorro, sinta-se convidada a nos encontrar. Temos reunião todas as segundas terças-feiras de cada mês e todas terceiras quintas-feiras. Nas terças-feiras, a reunião é para discutir a questão administrativa interna, que também não é fechada; nas quintas-feiras, fazemos reuniões temáticas.

Em 2004, saiu nossa plataforma política, em que dizemos quem somos nós e o que queremos. Voltando para a educação, tema específico deste seminário, afirmamos uma educação de qualidade, garantida. Tanto é que, na participação, contam conosco animadores culturais da Prefeitura do Recife pelo GAC, e hoje temos ali a galera do Zamboo, que também participa, educadores sociais de rua, grupos jovem ligados à Igreja Católica, ao espiritismo, entre outros. De 2003 a 2004, foi realizada a Pesquisa Juventude e Atitude, Qual é a Sua? Nessa pesquisa, levantamos mais ou menos cem questões para 79 grupos de Recife. Tivemos a assessoria de Rogério Barata, Cida e Elizabeth Ramos do Centro de Cultura Luiz Freire, pessoas que contribuíram para nossa formação. Nessa pesquisa constam os dados que José Alberto nos relatou.

Jaqueline Soares Grupo Zamboo – IPUTINGA

O Ministério mostra todas aquelas metas do Seminário Nacional, mas quem vivencia, percebe que não existe conversa com os jovens nem protagonismo.

Pergunto diretamente ao Conselho Nacional quando os espaços de deliberação das juventudes serão ocupados por jovens ou, pelo menos, os jovens serão chamados para discutir e participar dos processos. Quando o ProJovem chegou aqui, não houve discussão. Isso é uma crítica, porque passamos por lá no dia-a-dia. Eu não estou falando como educadora simplesmente, mas como jovem que participa dos movimentos de juventudes na cidade.

Expositor Conselheiro Luiz Roberto Silva

Quero ressaltar alguns aspectos sobre os quais a professora Edla Soares falou em relação à questão das juventudes: a própria criação da Secretaria Nacional da Juventude, no sentido de agregar, de somar, ter uma instância em que as várias políticas desse segmento da sociedade tenham um lugar para sua reflexão, sua proposição. Enfim, isso também é uma questão fundamental e de grande novidade. Essa formulação de políticas para a juventude no nosso país

é extremamente nova, é coisa da década de 1990 em diante.

Na realidade latino-americana, já existem políticas voltadas para a juventude muito antes de essa discussão chegar ao Brasil. O Brasil saiu um pouco atrasado, mas a discussão começa a ganhar corpo na sociedade.

O estabelecimento do Estatuto da Juventude é outra coisa fundamental. Atualmente, várias discussões regionais começam a se acumular, e vão culminar em encontros nacionais para discutir também uma legislação, um marco legal que dê conta dessa nova realidade. Houve um grande avanço com o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas há necessidade de continuar avançando. Na formulação do adolescente na juventude, a caracterização de um e do outro tem uma área nebulosa ainda para se resolver.

Então, a discussão do Estatuto da Juventude é fundamental porque juventude não está restrita a uma faixa etária. Juventude é uma construção sócio-histórica, cultural e relacional. Podemos tomar como exemplo na América Latina a caracterização da juventude na Costa Rica, onde a idade vai de 12 a 35 anos; em El Salvador, de 7 a 18 anos; na Colômbia de 12 a 26 anos; no México de 12 a 29 anos. No Brasil, em geral, define-se a adolescência dos 12 aos 18 anos (é mais ou menos a faixa em que o ECA trabalha); muitas políticas de juventude definem o jovem entre os 15 e 29 anos, outras políticas ultrapassam essa faixa. No Pronaf, classificam o jovem dos 32 aos 35 anos, porque é uma especificidade cultural e histórica da juventude rural, diferente da cidade, por isso são juventudes. Não dá para falar juventude como uma coisa só, uma massa homogênea, enfim, sem considerar as especificidades.

Nessa discussão, Edla Soares trouxe uma reflexão importante: Qual é a grande política universalizante da juventude historicamente? É educação, e tudo vinha colado pela educação. Então o grande locus da política pública é a escola para a juventude. As outras políticas, como prevenção contra o uso de drogas, prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, política de esporte e lazer, vinham como complementação desse processo de formação educacional. Elas são necessárias, têm autonomia em relação à própria educação. Há necessidade de outras políticas públicas que são casadas com a educação, que se relacionam com ela, mas não dizem respeito só ao processo de formação.

Durante muito tempo, a relação da política pública para a juventude ficou na mão dos educadores. Quem se relacionava com a juventude sempre tinha o papel de educador. Temos hoje muitas outras políticas públicas que mantêm sua especificidade e sua relação com a juventude, o que significa que a questão da juventude está sendo preparada para um período posterior, um processo de formação. Ou seja, juventude não é, ela vai ser, e ela só vai ser quando atingir a idade adulta. O próprio tema desse debate hoje diz assim: Política Nacional da Educação e o futuro da juventude. Temos de refletir: qual é o futuro da juventude? O futuro é a construção do presente, a construção da juventude como sujeito social, histórico, em tempo delimitado, em uma relação cultural, social que é agora.

Tínhamos a concepção da juventude como um processo de transição; então ela ia ser só quando se preparasse para a vida adulta. Outra: a idéia de juventude como problema

marcou bastante as políticas públicas do Brasil. O jovem era uma coisa que, em determinadas fases da vida, se desestabilizava e assim desestabilizava o ambiente social. Enfim, ele era encarado como problema, então várias políticas públicas eram feitas para resolver o problema, transformar o jovem de problema em solução. Isso marcou e marca ainda muito algumas políticas e algumas concepções não só no poder público, mas também nas entidades.

Surgiu também o protagonismo juvenil, coisa muito nova, o jovem como ator estratégico do desenvolvimento, porque tem energia, questiona, não aceita convenções. No entanto, essa idéia do jovem como ator estratégico do desenvolvimento não contextualiza o jovem. Esse jovem não vive em um ambiente neutro; ele vive em um ambiente socialmente construído, em um modelo de sociedade. Isso também influencia sua relação, sua visão de mundo enfim.

Então, estamos na quarta fase de elaboração da juventude como sujeito das políticas, e isso é fundamental, o jovem questionar a política, os programas a que são submetidos em um processo de avaliação constante. Por mais que seja importante esse conjunto de programas que estamos vendo, mais importante é como ele é construído com a juventude, com a participação da juventude, em que ela deixa de ser objeto de uma política pública e passa atuar, de fato, como sujeito da política pública.

Eu não sei se vocês têm acompanhado um grande movimento que está havendo na França, que culminou na alteração de uma política pública com relação ao primeiro emprego. O que era esse primeiro emprego? O trabalho na Europa e em alguns países centrais, como é na França, é protegido. Aqui ainda está engatinhando, mas lá é um trabalho protegido socialmente, protegido no marco legal. O que ocorria? Estava-se flexibilizando o contrato de trabalho para jovens, ou seja, se contratasse jovens de determinada faixa etária, aquele contrato de trabalho inicial, que tem um período de estabilidade de dois anos, podia ser rompido a qualquer momento. Então, por trás de uma política de inclusão da juventude, na verdade, havia uma grande flexibilização da questão do trabalho, utilizando a juventude como mão-de-obra.

Apesar de, em curto prazo, parecer atraente, visto que as empresas agora vão querer contratar jovens em vez de contratar pessoas mais velhas, os jovens disseram ‘não, nós não queremos uma política de faz de conta, uma política que nos coloque contra os outros trabalhadores’. Com esse protesto, está havendo recuo nessa proposição de lei. Está em discussão outra proposta, que é de formação, de preparação para o primeiro emprego, enfim, em uma perspectiva mais parecida com a que está sendo feita pelo Governo Federal. Então, esse é um questionamento da juventude que também se enxerga como sujeito social de uma sociedade mais complexa e mais ampla, e não pensa apenas em resolver seu problema imediato.

2.2 Controle social

Plenária **José Cleto M. Oliveira** Projeto Cultural REAÇÃO – Ibura

Lembrando que muitas entidades que têm convênio com o governo para trabalhar nas

periferias questionam: por que muitas delas ‘não têm nem uma cadeira para sentar? Como são repassados os investimentos às entidades que dizem trabalhar com crianças e adolescentes?’ Denunciam que muitas das crianças e adolescentes atendidos por tais entidades nas periferias estão ‘morrendo pela rua, cheirando cola ou na frente do supermercado com carrinho de mão prestando serviço de transporte de compras’. Isso posto, perguntam: ‘O Comdica tem poder? Qual é a avaliação que o Comdica faz para o repasse de verbas a essas entidades?’

Expositor **Conselheiro Luiz Roberto**

Em relação às entidades que fazem convênio com o Comdica, foi lançado o edital no Diário Oficial do Município no dia 6, sexta-feira. Está à disposição também na página eletrônica e ainda no Comdica, na Rua Benfica, 405. Nesse edital estão os critérios para as entidades participarem. Temos verificado, fazemos visitas, damos acompanhamento técnico e, de fato, estamos apertando cada vez mais os critérios para a participação das entidades. Agimos assim porque observamos que havia entidades que apresentavam os projetos bonitinhos, dentro dos conformes, mas a execução do projeto não correspondia às expectativas.

Hoje, a maior demanda por recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente é para a manutenção de abrigos, que na realidade são creches, e equipamentos para manter as crianças enquanto os pais estão trabalhando, porque ainda há uma defasagem da política pública em relação a esses equipamentos. A própria iniciativa privada não tem cumprido sua responsabilidade a fim de criar creches para manter crianças de pais e mães trabalhadores. Desse modo, verificamos principalmente os abrigos, a questão real, as condições de trabalho com essas crianças. Nesse processo de avaliação dos novos projetos que vão chegar agora, já temos o parecer sobre projetos que se iniciaram o ano passado e vão determinar que algumas entidades não recebam mais esses recursos em razão de suas atividades não terem sido realizadas a contento. Neste ano estabelecemos um teto maior de financiamento: até 80 mil reais por entidade, o que cobre 80% dos custos que ela vai ter com abrigos para lhes possibilitar realmente condições, recursos no tamanho e no valor para fazer e prestar um serviço bem-feito.

Plenária Líder comunitária Neide Santana

Eu chamo o Comdica à responsabilidade sobre a eleição do Conselho Tutelar. [...] O povo foi à rua votar, mas não tinha urna, não tinha organização. Que falta de responsabilidade é essa? Que Comdica é esse que não tem responsabilidade nem com o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente?

Expositor **Conselheiro Luiz Roberto**

Quanto à falta de compromisso do Comdica em relação ao Conselho Tutelar, não concordo. Respeito, mas não concordo, porque esse é o mesmo conselho que está com a campanha contra a exploração sexual da criança e do adolescente com a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, com a Rede Pernambucana de Combate à Exploração Sexual da Criança

e do Adolescente, que tem encaminhado denúncias e tem efetivado prisões por meio da campanha que monitoramos. Esse é o mesmo Comdica que mantém o Fórum Social da Criança e do Adolescente, que discute com as próprias crianças e adolescentes sobre as políticas públicas para criança e adolescente. Esse é o mesmo Comdica que faz as reuniões das redes de atendimento por RPA.

O calendário está à disposição de todos no Comdica. Se alguém quiser, enviamos para a Rede até mesmo para a participação de vocês. Se falhas ocorrem, como houve na eleição de conselhos tutelares, são de duas ordens: no quesito da organização, de fato, não foi bem, e quanto ao processo eleitoral realizado em 7 de maio, estamos tomando algumas providências para não se repetirem algumas falhas; por exemplo, falta de mesário e de mesa. Já existe um decreto do prefeito convocando as pessoas, os funcionários que vão trabalhar a fim de não haver esse tipo de falha.

É importante ressaltar que o processo da eleição que se realizaria anteriormente foi suspenso por meio de medida liminar favorável a algumas pessoas que não passaram no processo de seleção para candidatos a conselheiro. Elas se sentiram prejudicadas, e houve a acolhida do desembargador. Essa liminar foi derrubada. Foi esse fato que desarrumou o processo, porque essa comunicação chegou ao Comdica no dia da eleição. Chegou o oficial de justiça com a liminar na mão às oito horas do domingo. O despacho do juiz foi no sábado, mas só se conta a partir da comunicação. Não podemos considerar uma decisão sem ser oficializada pelo oficial de justiça. É esse o procedimento oficial.

Por fofoca ou por algum tipo de informação que não transitou por canais normais, algumas pessoas, no sábado, já estavam dizendo que não haveria eleição. Por incrível que pareça, o repórter da Rede Globo, que foi conversar com a coordenadora Gênova, já sabia da informação na manhã do domingo, antes mesmo da chegada do oficial de justiça. Imaginem o que é desmontar um processo eleitoral no mesmo dia em que ele se realizaria. Então, para quem quiser verificar, está lá protocolado o recebimento da liminar às oito horas do dia da eleição. Esse é o fato.

Plenária Maria José Lopes Centro Comunitário da UR-12 – IBURA

Minha pergunta é para o senhor Roberto Silva a respeito da vida de determinados candidatos, porque, infelizmente, sabemos de cada fato que faz até medo denunciar, porque o sujeito é agressivo e tememos que nossa família ‘pague o pato’. Alguns não têm a menor condição de ser conselheiro tutelar, e a nós só resta rezar para que não se eleja gente desse tipo.

José Cleto M. Oliveira Projeto Cultural REAÇÃO – Ibura

Por que, na maioria das vezes, os candidatos a conselheiro tutelar (70% mais ou menos) não trabalham com criança e adolescente? Como o Comdica vê isso? Sobre a cultura, nas escolas não tem atividades culturais, e quando mandam o pessoal lá, só ensina ‘eguinha pocotó’, pela misericórdia de Deus! Ou coloca banda de brega para os meninos ficarem ‘ralando no

outro'; depois as meninas aparecem grávidas. Meu Deus do Céu, o que estamos fazendo nessas Escolas Abertas? Os agentes culturais, os Conselhos Tutelares são omissos nisso. Quando chamamos os conselheiros para ir à comunidade a fim de debater, eles não vão, porque estão muito ocupados. O Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente é omissos. O índice de meninas grávidas é um absurdo. Antes o pessoal tinha amor ao que estava fazendo, mas agora se candidata por causa do dinheiro, que é bom. Por isso tem vereador que está bancando 10 a 15 pessoas em uma RPA para ser conselheiro.

Expositor Conselheiro Luiz Roberto

Algumas vezes parece que o candidato ao Conselho Tutelar é fruto de geração espontânea, que ele não veio do seio da sociedade, não veio dessa organização que temos. Alguns conselheiros tutelares não fazem trabalho com criança e adolescente, mesmo assim, acabam concorrendo. Se não houver entre nós todos, atores sociais, um grande engajamento para que o trabalho do conselheiro seja submetido ao crivo do controle social, isso vai continuar. O que o Comdica pode exigir? Documentação, experiência, mas não pode acompanhar o cara no dia-a-dia; isso é muito difícil. Então, é um momento de confiança na entidade que fornece o documento; duas entidades fornecendo documento que comprova que ele trabalhou lá e exercia trabalho com criança e adolescente.

Evidentemente, acompanhamos quem já é conselheiro tutelar. São quase duzentos candidatos. Não temos condições de acompanhar a vida e o trabalho de cada um. Confiamos que a entidade está fazendo bem seu trabalho e tentamos acompanhar seu trabalho para ver se realmente ela o faz. Esses conselheiros tutelares saíram de alguma comunidade, saíram de alguma experiência concreta. Se o pessoal da comunidade não acompanhar esse trabalho qualificando-o e não relatar ao Comdica, fica difícil. Tem espaço no Conselho Municipal para se fazer denúncias. As reuniões do Conselho Municipal são abertas à participação da sociedade toda última sexta-feira do mês. Pela manhã, tem reunião ordinária, tem um Comitê de Ética para quem é conselheiro, mas pouca gente sabe. O próprio Comdica recebe as denúncias e as encaminha ao Comitê de Ética. Também o Ministério Público, a Promotoria da Criança e do Adolescente recebem esse tipo de denúncia, mas o fundamental é acompanhar passo a passo o processo. Se formos para o Estatuto da Criança e do Adolescente, não precisa inventar nada. Com relação ao perfil dos candidatos, isso é recorrente.

É importante informar que, depois da eleição do dia 7 de maio, vamos realizar um fórum, em que estarão presentes os candidatos eleitos ao Conselho Tutelar, o Ministério Público, o Juizado da Criança e do Adolescente, o Comdica, a Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente (GPCA), e vamos fazer uma grande discussão sobre isso. Quanto às denúncias, fiquem tranquilos, porque se chegar alguma denúncia ao Ministério Público, ninguém diz que foi Fulano quem denunciou. A identidade das pessoas é preservada. Eles averiguam e tomam as providências. Sabemos que, de fato, existe pressão, e para quem está na comunidade, a pressão é muito maior.

Então, vamos deixar marcada a próxima reunião desta Rede Solidária com os conselhei-

ros tutelares eleitos e esse conjunto de entidades para travarmos uma grande discussão sobre isso, porque o que interessa fundamentalmente é que o conselho funcione. Agora, vamos abrir na página 35 o caderno que foi distribuído entre vocês.

Disposições gerais – que diz no artigo 132? ‘O Conselho Tutelar é composto por 5 membros escolhidos pela comunidade local, para um mandato de três anos, permitindo uma recondução’. Isso é o que diz a Lei Maior.

No artigo 133: ‘Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, são exigidos os seguintes requisitos:

1.º - ‘reconhecida a idoneidade moral’. Não recai nenhum tipo de questionamento sobre isso: todos nós temos idoneidade moral, ninguém pode questionar a não ser que seja encaminhado algum tipo de representação contra essa pessoa, mas em princípio, todo mundo tem idoneidade;

2.º - ‘idade superior aos 21 anos’, o que se comprova com documentos legais;

3.º - ‘residir no Município.’

Essa é a exigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, nada mais. Tem uma lei municipal que exige mais dois requisitos além desses três, que são os seguintes: passar por uma prova sobre conhecimento do estatuto, sobre Constituição, etc. e ter dois anos de experiência. Eu acho que temos de discutir, porque, por uma iniciativa legislativa, está havendo uma proposta de nova lei municipal. É importante que a sociedade esteja lá, faça uma discussão também com o Legislativo. Os vereadores que procurem essa lei para que seja discutida e depois acrescentar alguns critérios, porque os critérios que têm são esses cinco pontos, os três do estatuto, mais a prova e os dois anos de experiência. É só.

O importante é que a eleição dos Conselhos Tutelares vá evoluindo, vá mudando. Então a legislação, o marco legal, também tem de ser adaptado. Por exemplo, na legislação referente aos conselhos, não há exigência legal para nenhum candidato a conselheiro fazer a prestação de contas dos seus gastos no final da campanha. Nenhum dispositivo diz que ele tem de fazer isso, nem lei municipal, mas sabemos que tem algumas campanhas bastante ricas. O pessoal sabe disso, mas não tem obrigação de prestar contas de quanto gastou e de onde é que vem o dinheiro. Se fizesse por analogia da lei geral das eleições, por exemplo, em que o vereador tem de dizer quanto gastou e de onde veio o dinheiro. Para o conselheiro tutelar, não tem essa exigência, então a lei tem de começar a evoluir, porque os primeiros conselheiros tutelares vinham no bojo da discussão do Estatuto da Criança e do Adolescente, eram pessoas comprometidas com a discussão, pessoas que vinham de entidades. O que fez mudar? Da segunda e da terceira eleição em diante, foram outros interesses, que não só a criança e o adolescente, e outros atores começaram a entrar no processo.

Desse modo, a própria legislação tem de considerar que isso existe hoje e criar critérios mais rígidos sob o risco de perdermos uma grande conquista. O conselho está sendo detur-

pado na prática por outros interesses que se encontram aí e deturpam esse processo eleitoral. Essa lei do incentivo ao Legislativo quer delimitar a questão de gastos. Não podemos coibir o uso de transporte na eleição do Conselho Tutelar, porque a legislação não diz se pode ou não usar. A legislação para vereador diz que não pode por causa do voto de cabresto. Já na eleição do Conselho Tutelar, é omissa nesse tipo de coisa. A lei é muito vaga, e ela só vale quando acompanha a dinâmica social. Ela não pode ficar estagnada, tem de acompanhar a dinâmica real do que se passa hoje.

Angelita Maria da Silva Associação de Moradores da Rua dos Casados - SANTO AMARO

Para seleção do Conselho Tutelar, exige-se que o candidato tenha dois anos de experiência comprovada por declaração dada pelas entidades, mas muitas entidades estão dando essa declaração para pessoas que não têm nada a ver com o trabalho de criança e adolescente. Minha comunidade é muito violenta, as pessoas de lá matam mesmo, e essas pessoas que estão saindo como candidatas não têm trabalho social nenhum realizado na comunidade. Nós não podemos falar, denunciar. Tem deles que dão uma sopa no fim de semana, e dizem que trabalham com criança. Trabalhar com criança não é só dar sopa.

Também tem pessoas que só vão à comunidade buscar os votos, nem participam das reuniões. Tem gente da comunidade que não sabe por que deve participar das reuniões. Tem de participar para que não acreditem nas mentiras das pessoas que vão à sua casa. Quem chegar à minha casa me enganando, eu vou saber, porque eu participo de todas as reuniões, de todos os movimentos da prefeitura. [...] Para votar no Conselho Tutelar, cada um tem de procurar saber se realmente essas pessoas têm trabalho, porque, se não tiver, estão indo lá somente por causa do dinheiro, do salário. Temos de dar o 'troco' agora. Não adianta vir, meu vereador, temos de conhecer o trabalho dessa pessoa.

O candidato tem de trabalhar, tem de participar da comunidade, tem de andar. Não importa se a comunidade for violenta, porque se ele estiver lá no dia-a-dia, todo mundo vai conhecê-lo e saber que ele está ali para ajudar, e não para denunciar.

Expositores **Conselheiro Luiz Roberto**

Angelita diz que tem de participar, conhecer a história, porque é isso que vai dizer da prática das pessoas. Não adianta pensar que o Comdica, formado por 16 conselheiros, e as pessoas que fazem parte dele vão dar conta da cidade inteira. Se a comunidade não se envolver, é impossível controlar. Nós recebemos a denúncia, recebemos a sugestão, vamos à RPA e encaminhamos; esse trabalho nós podemos fazer, mas se não tiver acompanhamento real da atuação, enfim, da comunidade, não vai adiantar de nada.

Em última instância, quem está elegendo é aquela comunidade, é ela que deve vigiar o conselheiro, e vale a mesma coisa para vereador e para deputado. Tem pessoas que não se lembram em qual deputado votou na última eleição. É uma responsabilidade muito grande, então, se não acompanhar, as coisas não se efetivam. É muito bonito no papel e tal, mas a efetivação

só se faz com participação, engajamento social. Sabemos que são muitas as responsabilidades, mas essa é mais uma, e é fundamental que acompanhemos.

Para encerrar, vou contar duas histórias. Uma escola de nossa rede está muito próxima de um novo conjunto habitacional popular. Os jovens que vieram para esse conjunto estavam pulando o muro para jogar bola no fim de semana. A diretora não gostou e pensou em encontrar alguma maneira que impedisse os meninos de jogar bola. Não passou pela cabeça dela que era mais fácil abrir a escola no fim de semana e combinar com os meninos para que eles mesmos cuidassem do espaço, porque eles não estavam cometendo nenhum ato de vandalismo, nenhum tipo de ato contra a escola. Estavam apenas pulando o muro, porque o portão estava fechado. Se estivesse aberto, eles entrariam, jogavam uma bolinha como um esporte, um momento de lazer. No entanto, aquela diretora não é nenhum poço de maldade nem de perversão.

Relato a outra história. Uma assistente social, em seu trabalho no Programa Agente Jovem, recebeu uma denúncia de um menino que estava sendo ameaçado pela gangue rival. Ele disse: 'Não posso participar das atividades, porque estão me ameaçando e se eu aparecer na rua, esses caras vão dar um jeito em mim'. O que ela fez? Chamou o líder da outra gangue e fez um acordo: 'Veja bem, o menino está participando, é importante para ele, ele está aprendendo coisas novas, então não vamos causar nenhum tipo de constrangimento para ele.' O acordo funcionou, mas nem por isso essa assistente social é um poço de bondade. Ela agiu de uma maneira que poderia causar uma tragédia, porque mediação de conflitos não é uma coisa muito fácil. Existe uma doutrina, uma técnica até para não expor as pessoas. Ela agiu da maneira dela, e acabou dando certo, mas podia ter dado errado.

Então, essas duas histórias servem para ilustrar o seguinte: falou-se muito sobre a questão do jovem e a da violência, mas eu falo menos como integrante do Comdica e mais como integrante da Secretaria dos Direitos Humanos.

Temos de considerar o seguinte: Edla Soares falou sobre nossa formação, sobre a forte influência do catolicismo, que nos separa em um mundo de bandido e mocinho, mas não é bem assim. Tem a formação das pessoas, tem a estrutura social que leva a diretora a pensar desse jeito, de maneira 'quadrada', por causa da escola tradicional que ela viu e onde ela cresceu. Então, o importante por parte do poder público é realizar uma discussão do tipo: que escola é importante? Que tipo de atividades nós podemos adotar para atrair esses meninos para a escola, para um espaço público e realizar atividades que são importantes para eles? Como ajudar no desenvolvimento social dessas pessoas?

No fim deste mês e durante todo o mês de maio, vamos realizar uma discussão sobre o Plano Municipal de Segurança Cidadã. Evidentemente, o engajamento desse Fórum é fundamental para discutirmos que medidas tomar, e sabemos que o papel do município é limitado em relação à questão da prevenção da violência, mas é um papel importante. Faz-se necessária uma política pública orientada de mediação de conflitos, porque às vezes é exigir demais do professor e da professora que ela dê conta de toda mazela que existe, saber lidar com tudo. Ela tem de passar por um processo de formação para saber lidar com os problemas. Para lidar

com a questão de droga, lidar com a questão de gravidez precoce, não é assim. Como se lida com situações de briga de gangues? Essas coisas exigem preparação. Então, vamos discutir esse plano, vamos levar a idéia, um projeto de plano que vai ser discutido e refletido com a participação das pessoas no mês de maio. Pensamos esse plano em três aspectos:

1. Mediação de conflitos, capacitação das pessoas para conseguir fazer a mediação de conflitos, porque muitos crimes são os chamados crimes de proximidade. No fim de semana, aumenta muito o número de homicídios, porque muitas vezes uma briga por causa de som alto gera um homicídio. Se não tivermos tecnologia social para contornar os conflitos, isso se agravará.

2. Outra coisa é o gerenciamento de crises. Sabemos que muitos momentos em algumas comunidades são tensionais, pode ser um show, uma festa. Se soubermos com antecedência, pode-se fazer um acordo; há experiência no Brasil desse tipo de acordo, de como não gerar um conflito e não chegar às vias de fato, a uma tragédia.

3. A redução de danos. Já temos no município uma política, que é o Programa Mais Vida para a prevenção e melhoria da qualidade de vida de usuários de droga. Não podemos tratar a questão da droga com moralismo, porque isso só afasta as pessoas da procura pela resolução do problema.

Essas são três idéias básicas além de outras que vamos levar para a discussão. O que pode fazer o município e a polícia conjuntamente? Não é exigir da polícia. Vocês estão se referindo a um problema sério de agressão, de autoritarismo, etc. Então, o município, a comunidade tem de saber o que quer da polícia, porque ela não quer mais o mesmo que já está ocorrendo.

Há três semanas, fomos visitar a comunidade de Ilha de Deus na RPA 6. Já por três ocasiões eles foram vítimas do chamado 'baculejo' da Rocam. Chegam lá 10 a 12 motos com policiais militares à procura de droga e acabam agredindo as pessoas de todas as maneiras. Por denúncia, fizemos uma representação na Polícia Civil e até agora esse fato não voltou a ocorrer. As pessoas têm de saber seus direitos em relação aos aparatos de segurança. Não existe mais aquela história de pedalar uma porta e entrar sem mandado de segurança.

É importante discutir quais são os aparatos de segurança, o que o município com a comunidade pode fazer em relação às tensões, porque 69% dos homicídios atingem os jovens no Recife; isto é, sete em cada dez pessoas assassinadas no município são jovens. Nós temos um índice de homicídios, um índice internacional, o número de homicídios por 100 mil pessoas. Chega perto de 60 pessoas por 100 mil assassinadas neste município, vítimas de homicídio. Esse é um número alarmante; mesmo que no Brasil o número seja grande, no Recife, é maior, só perde para Vitória de Santo Antão.

Então, temos de pensar desde esse dado concreto da realidade, e não encarar a juventude como problema, como agente da violência; é pensar a juventude muito mais como vítima do processo social e da violência. Já ouvimos um secretário de Defesa Social do Estado dizer: 'Vocês não se preocupem que isso é gangue matando gangue, isso é acerto de contas.' Como se uma vida não tivesse valor, porque um menino, de uma maneira ou de outra, desviou-se do curso da vida dita normal e acabou morto em um acerto de contas. Toda vida tem de ser

preservada independentemente de quem seja o jovem.

Só para concluir: queremos a participação de vocês na discussão do Plano Municipal de Segurança Cidadã. Isso é fundamental. Este é um ano de muita disputa eleitoral, e, assim, muitas teses vão surgir, muitas de ocasião, mas sabemos que não se resolve a questão da violência com política de ocasião e idéias mirabolantes. É somente com muito engajamento e muita discussão séria que vamos resolver esses problemas.

Horácio Reis representante do MEC

Enquanto não tivermos, de fato, os segmentos das sociedades organizados na escola e um conselho escolar autônomo e independente, vamos ter de caminhar muito. Se os conselhos ainda hoje estão tendo de caminhar na dependência do poder público, porque as pessoas têm medo de falar, têm medo de denunciar, vamos ter de participar das organizações comunitárias nos sindicatos. Essa prática de cidadania é que vai levar as pessoas a não temer o poder público, a não temer mais um prefeito, um diretor de escola, para emitir sua opinião. Mesmo que sua opinião não seja ‘considerada’, ela é uma opinião relevante. É importante termos clareza para que possamos caminhar nessa perspectiva.

Quando se afirma aqui que, entre 9 mil jovens, 84% dos jovens assistem a televisão, temos de ver qual é o conteúdo disso. Para vocês terem idéia, uma criança, de 7 anos, da 1.ª série do ensino fundamental, chega à escola com 5 mil horas de televisão, cujo conteúdo é daqueles que conhecemos e estão introduzidos nesse zoológico televisivo, como Ratinho e Leão. Chega à escola e se depara com uma situação nada razoável, com o professor ainda dependendo de muita capacitação e formação, trabalhando com uma metodologia que, em vez de evoluir no aprendizado, vai contribuir para o aluno se sentir excluído. É exatamente da escola que se parte para a exclusão social, para a marginalização.

Muito se falou aqui de ‘caixa dois’, de ‘mensalão’, e que todos estão dominados por essa situação, mas esses fatos estão sendo mostrados a nossa sociedade para que ela tome conhecimento, saiba como funciona e a quem favorece exatamente, porque estamos diante de um governo que tem um perfil diferente de todos aqueles que passaram até aqui, os quais nem sequer ofereceram à sociedade a possibilidade de conhecer esse tipo de problema. Então, na minha opinião, isso não pode ser uma referência para fazermos a avaliação de um governo.

Eu estou no Ministério da Educação, estou dirigindo o Departamento de Articulação e Desenvolvimento do Sistema de Ensino. Nosso departamento é responsável pela avaliação de projetos educacionais que são encaminhados pelos estados e municípios. Esse departamento também é responsável por programas no campo da gestão que trata de capacitação de conselhos, de conselheiros municipais de educação, conselheiros escolares, formação de gestores e de professores e funcionários de escola.

Tenho muito orgulho em fazer parte de um grupo do governo Lula, que, para mim, é um governo que está apresentando à sociedade algumas questões nunca vistas no Brasil. Por exemplo, estamos com o País tendo auto-suficiência em petróleo, coisa que nunca exis-

tiu neste país.

Temos um país que hoje tem um risco Brasil baixo. Vocês já sabem o que é risco Brasil. O risco Brasil é calculado pela desconfiança que os outros países têm em investir aqui. Se os países desconfiam, o risco Brasil vai lá para cima, para 1.900, 2.000 ou 2.500. Hoje o risco Brasil está abaixo de 300. Nós estamos vivendo em um país que tem, pela primeira vez, um ministro da Cultura negro. Temos também, pela primeira vez, um negro que assumiu o cargo de juiz do Supremo Tribunal Federal. Isso nunca ocorreu neste país. Pela primeira vez, estão chegando livros de português e de matemática para os estudantes do ensino médio. Pela primeira vez, aumenta-se o número de oferta de vagas nas universidades públicas depois de décadas e décadas.

Nossa dívida externa está diminuindo; durante muito tempo, ela só fez aumentar. A maioria das categorias profissionais está conseguindo negociar reajuste salarial acima da inflação, coisa que também nunca existiu. Portanto, minha gente, esse é um momento histórico que o Brasil está vivendo sobre o qual precisamos refletir, saber quem é quem, quem são aqueles que, de forma tendenciosa, procuram formar a opinião pública a exemplo daqueles que detêm o cartel e o controle da mídia no Brasil.

Concluo pedindo desculpas a vocês pelo meu atraso e agradecendo o convite. Estamos à disposição para contribuir em outros debates.

IIIª PARTE

A Relação entre ONGs e o Movimento Popular – Apoio à Rede Solidária

■ de Defesa Social

APOIO DAS ONGS À REDE SOLIDÁRIA DE DEFESA SOCIAL

Frederico Pessoa Centro de Cultura Luiz Freire

Estou representando o Centro de Cultura Professor Luiz Freire, um dos parceiros da Rede Solidária de Defesa Social. O mais importante já foi debatido, a questão do Direito Humano à Educação e, pelo menos inicialmente para a Rede, já houve algum avanço, como a formação de jovens politizados e conscientes para lutar pela garantia dos seus direitos. Além disso, também é mérito da rede a formação de três grupos de comunicação nos bairros da Iputinga, Santo Amaro e Ibura. O Ibura deu um passo mais adiante com a formação de um grupo de comunicação forte e autônomo chamado União Social do Ibura (USI).

Este Seminário apresentou um fato inédito: o de iniciar o debate entre os gestores públicos e os representantes dos movimentos sociais que estão nos espaços de participação para a intervenção em políticas públicas; levando as pessoas que estão nos conselhos de direitos a alcançar os objetivos deste Seminário, quer seja, qualificar a Educação Pública.

O Centro de Cultura Luiz Freire, o Gajop, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), a Misereor foram entidades que acreditaram na proposta de ser parceiro do movimento social na construção de uma rede dos movimentos sociais no Recife, capaz de intervir nas políticas públicas.

É importante destacar, além das ONGs, a presença das associações dos bairros Santo Amaro, Coque, Ibura, Jordão, Pina. Quero destacar, ainda, que o Centro de Cultura Luiz Freire participou desde o início da formação dessa rede para desenvolver as oficinas de comunicação discutindo com as representações comunitárias, planejando e implementando ações de acordo com suas ponderações.

Primeiro realizaram-se as oficinas sobre Direitos Humanos, incluindo a temática das Políticas Públicas e a exigibilidade de direitos. Com a qualificação com jovens e com líderes comunitários, o Centro de Cultura Luiz Freire entrou trabalhando o Direito Humano à Comunicação em oficinas técnicas, políticas e práticas. Surpreendentemente, muitas dessas pessoas que estão engajadas nesses movimentos sociais, propondo ações, estão aqui para discutir; para levantar sua voz a fim de poder chegar junto do poder público e dizer que a Educação vem dos nossos impostos; exigir que as políticas públicas em Educação sejam feitas com qualidade e, ainda, observar e fortalecer os espaços de participação com representantes aliados aos nossos ideais de qualificação dessas políticas.

Um exemplo do trabalho do CCLF é a parceria com a comunidade no Nascedouro de Peixinhos. Foi reformado em uma parceria do Governo do Estado com a Prefeitura de Olinda e Recife, e isso vem afetando o trabalho dos grupos. O Movimento Boca do Lixo, por exemplo, está simplesmente impedido de exercer sua função social: levar a Biblioteca Multicultural Nascedouro – que é comunitária, criada e gerenciada pelo movimento juvenil – a desenvolver um trabalho de Educação.

A Biblioteca não pode entrar nesse espaço – que estava abandonado há muitos anos e está ocupado hoje pela comunidade – para desenvolver atividades de Educação, Cultura e Esportes. Era um prédio em condições degradantes, mas foi cuidado pelos grupos comunitários. Agora esse povo não está tendo o direito de fazer seu trabalho comunitário, o de oferecer acesso às pessoas do bairro de Peixinhos e daquela região, que é divisa de Olinda e Recife.

É muito triste, gostaríamos de fazer muitas denúncias, mas isso tudo é um processo; os fóruns são um processo, as redes são um processo. A sociedade está aqui, o poder público e as representações estão aqui justamente para fazer esse diálogo. Cada vez mais, estamos conseguindo fazer algumas coisas, porque se não pressionarmos, não conseguiremos garantir nossos direitos.

Acredito que nosso primeiro encontro foi muito bom e quero dizer que o Centro de Cultura Luiz Freire está aberto em Olinda. Nosso trabalho tem participação local, regional e nacional. Nossa instituição é sempre aliada dos movimentos sociais, dos movimentos juvenis, da terra, de educação, de orçamento público em vários outros municípios de Pernambuco.

Célia Rique Coordenação do Programa de Educação para a Cidadania do Gajop

Ao final desta jornada, de trabalho e de discussão, que culminou com a realização do Seminário de Direito Humano à Educação, podemos afirmar que este dia foi muito importante, sobretudo, satisfatório. O seminário revelou a capacidade organizacional do Movimento Popular para promover e realizar os objetivos da Rede Solidária de Defesa Social.

Esta agenda da Rede resulta de uma construção coletiva que possibilitou um conjunto de decisões sobre aquilo que, de fato, interessa às organizações das comunidades. Diante disso, o registro a ser feito é que o projeto foi bem-sucedido, porque o movimento popular ocupou um lugar na cena política e, com isso, marcou um diferencial nas formas de estabelecer relações com o poder público e com os representantes dos Conselhos – Comdica e Cedca –, que têm um papel tão decisivo para a sociedade.

Essa ‘marca’ traz a força da compreensão sobre o exercício do direito humano à participação social, e isso, é muito significativo porque é diferente daquilo que nos impõem como modelo de participação, entendida simplesmente como presença física de líderes comunitários nos espaços de debate público. Este momento expressa a capacidade do diálogo em que se afirma a expectativa de identificar os sentidos que os sujeitos da ação social podem imprimir à luta pela educação de qualidade.

Após o seminário, o trabalho educativo de construção da Rede Solidária continua e outras pautas serão colocadas na agenda de discussões de modo a favorecer a participação do movimento popular na construção de relações de justiça e equidade na sociedade.

Nessa perspectiva, as ONGs parceiras – CCLF e Gajop – estabelecem uma forma de cooperação para que o Movimento Popular possa exercer seu protagonismo, com base na qualificação do seu **saber pensar e saber fazer**, além de poderem vocalizar suas formas de compreender, interpretar e intervir na realidade social. Mais do que isso, é o processo educativo que se traduz na descoberta do Ser Gente, assumir-se como pessoa e ocupar seu lugar na práti-

ca social. É a descoberta do ser e da capacidade de transformar-se em sujeitos humano-sociais, políticos e históricos, definindo caminhos viáveis para enfrentar coletivamente os problemas que historicamente negam sua existência.

IVª PARTE

Considerações Gerais, Avaliação e Sugestões.

Considerações Gerais

O Seminário de Direito Humano à Educação representou a concretização do esforço por parte do movimento popular em estabelecer uma pauta política para debater coletivamente com os gestores públicos as questões sobre o desenvolvimento do sistema educacional e suas consequências na vida das comunidades.

Entretanto, os líderes comunitários lamentaram a ausência da cobertura dos veículos de comunicação de grande circulação em Pernambuco. Apesar de a convocação haver sido feita, apenas duas rádios estiveram presentes. Fato que evidencia o descaso da mídia com as questões de luta do movimento popular quando se trata do seu protagonismo social, visto que os comunitários têm plena consciência de que os veículos midiáticos só se fazem presentes de imediato para destacar negativamente as ocorrências na periferia da cidade do Recife.

O acúmulo das discussões na plenária trouxe desdobramentos no sentido de que:

a) as **explicações** dos gestores públicos tornaram possível o acesso a uma considerável quantidade de informações que, geralmente, são omitidas ou negadas apesar do interesse dos movimentos comunitários envolvidos nessas questões;

b) a quantidade de **questionamentos** por parte dos representantes comunitários e a profundidade dos debates postulados na plenária, valida o esforço e a preocupação primeira na construção desta proposta, isto é, a garantia de viabilizar a Voz do Ator Social Comunidade.

c) o Seminário também possibilitou aos comunitários a compreensão das atribuições e do papel do Ministério Público como um canal fundamental na exigibilidade e, principalmente, na concretização de condições para a judicialização do direito à educação.

Portanto, ao colocar em pauta o tema de Direito Humano à Educação e possibilitar o debate direto entre os gestores públicos e o Movimento Popular, não há exagero em afirmar que os ganhos são incontestáveis. Nesse processo não existiram perdas, e sim uma carga de aprendizado por parte de ambos. Especialmente, houve um profundo ganho em exercício de autonomia para o movimento comunitário, evidenciando, tanto para eles quanto para o conjunto da sociedade, a necessidade de se capacitarem a fim de alterar a correlação de forças para afirmar os rumos da gestão pública da educação de qualidade e garantir o exercício do direito à participação na prática democrática por meio do controle social.

Após o Seminário, o movimento comunitário avaliou a realização do evento por meio de um processo democrático e produtivo, ressaltando o sucesso na garantia da participação das comunidades e, sobretudo, a importância da representação governamental presente nos debates. O movimento destacou, ainda, a organização prestada pelos líderes jovens e adultos dos bairros na concretização do seminário ao fazerem funcionar, de maneira satisfatória, as comissões de organização.

Avaliação

Conforme programa do seminário, as discussões polarizaram-se em dois grandes blocos: 1º) Política de Educação e os Compromissos com a Qualidade do Ensino; 2º) Política Nacional de Educação e o Futuro da Juventude.

As falas dos líderes comunitários revelam um profundo diagnóstico sobre o funcionamento do sistema educacional destacando as preocupações centrais: a) **aprovação sem rendimento escolar** e a redução de **questões estruturais da política pública de educação a programas e projetos** de caráter imediato e eventual.

As discussões demonstram a consciência das violações de direitos sofridas, especialmente pelas crianças e jovens, e requerem urgência nas respostas (ações) por parte do poder público como garantia do direito à:

1-Merenda Escolar - no que se refere à qualidade e quantidade dos alimentos fornecidos e indicando, inclusive, a necessidade de fiscalização por parte do Ministério Público de PE

2-Condições de Acesso e de permanência do aluno na Escola

1.1- Superação da distorção enfrentada pelos alunos que, para manutenção do benefício da *bolsa escola* da rede municipal são matriculados, a partir da 5ª série em escolas frequentemente distantes da comunidade em que vivem;

1.2- Ampliação das atuais redes (municipal e estadual) para resolver a situação de excesso de matrículas/ escolas.

1.3- Criação de uma alternativa de transporte para atender à necessidade imediata e urgente entre escola/ aluno;

1.4- Ampliação de vagas a partir da 5ª série em escolas já existentes nas comunidades que têm condições estruturais (Ex. Jardim Monte Verde no Ibura).

1.5- Atendimento a demanda de vagas para a educação infantil.

1.6- Ampliação da rede de escolas em tempo integral, prioritariamente as áreas de maior risco social.

3-Quadro de Professores Habilitados

1.1- Monitoramento do compromisso ético-profissional dos profissionais da educação com a rede pública de ensino revendo as condições técnicas de trabalho pedagógico e salarial, além do controle de sua carga horária excessiva.

1.2- Incorporação de estagiários (universitários) em salas de aula, apenas na situação em que esteja garantida a presença e o acompanhamento de um profissional da educação.

1.3- Ampliar a formação continuada de educadores da rede pública com conteúdos que os capacitem para trabalhar com os diversos níveis de conflitos que ocorrem na escola.

1.4- Capacitar o corpo dos funcionários que constituem apoio ao sistema de ensino

no: merendeiras, vigilantes, responsáveis pela disciplina, etc.

4-Recursos de Apoio Didático

- Aparelhamento e funcionamento de laboratórios (química, física e informática) e amplo acesso à biblioteca com o respectivo programa articulado de estímulo à leitura.
- Áreas de recreação e lazer.
- Assistência Odontológica.

5-Gestão Democrática

5.1- **Socialização de Dados e Informações** consideradas do interesse público como:

- Matrícula, aprovação /reprovação, repetência e abandono por cada bairro;
- Subsídios à agenda do Conselho Escolar sobre proposta pedagógica;
- **Publicizar nas comunidades** os critérios de elegibilidade e os resultados pretendidos e alcançados (qualitativa e quantitativamente) sobre o desempenho do **Programas Mais; Bolsa-Escola; ProJovem; PROUNI; Agente Jovem; PETI;**

- **Divulgar nas comunidades o calendário de obras** seja conservação dos prédios da rede atual, seja construção de novas unidades de ensino nos bairros.

5.2- **Garantia da Regularidade de funcionamento do Círculo de Pais e Mestres** para discussão sobre a problemática da aprendizagem (limites e possibilidades) de crianças, jovens e adultos como direito de todos à alfabetização.

5.3 – **Promoção do debate na escola /comunidade sobre *Sistema de Ciclos de ensino*** adotado pela gestão educacional entendido como política de *inclusão social versus aprendizado*.

5.4 – **Reconhecimento do papel do Conselho Escolar na gestão escolar e no Controle Social.**

- Discussão e controle dos recursos encaminhados para cada escola;
- Fiscalização da merenda e da garantia de vagas para o menor em situação de Liberdade Assistida;
- Fiscalização e Controle da organização da vida escolar para garantia da qualidade do ensino e das condições de segurança do ambiente escolar;
- Fiscalização das condições de atendimento e não discriminação dos portadores de necessidades especiais.

6-Políticas Educacionais para a Juventude – que as políticas públicas que focalizem a juventude sejam construídas com a autoria dos jovens, levando em consideração seus reais interesses e problemas enfrentados.

6.1- **Assegurar a participação e os reais interesses dos jovens na política pública de educação com foco na juventude;**

6.2- Garantia da participação do jovem na constituição do currículo escolar contemplando também os conteúdos da formação voltada para o Saber Ser, Saber Conviver, a solidariedade e cidadania.

6.3- Assegurar a capacitação profissional, tanto nos níveis Fundamental e Médio, oportunizando a aprendizagem prática em diferentes áreas de atividades, integrando os conteúdos do ensino às condições de acesso ao trabalho.

6.4- Oportunizar o curso de iniciação profissional com as devidas vantagens: transporte, alimentação e material didático.

6.5- Promover ampla discussão sobre o ProJovem com a comunidade, os jovens e os instrutores sobre os compromissos de inclusão social do programa.

6.6- Prover DH e políticas afirmativas (PROUNI) para ocupação de vagas ociosas nas Universidades privadas para estudantes que cursarem o ensino médio na rede pública.

6.7- Lutar pela institucionalização da reserva de 50% das vagas das Universidades Federais para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas.

Sugestões e Encaminhamentos

Em decorrência da avaliação, foram identificadas nas falas do movimento popular, os indicativos a contribuição do debate para o exercício de sua autonomia. Dentre eles, é importante:

- Ocupar espaços de debate e discussão garantindo a participação na avaliação dos planos (estaduais e municipais) de educação;
- Acompanhar e socializar nas comunidades as discussões sobre políticas educacionais que estão sendo realizadas no Congresso, a exemplo das ligadas à implantação do Fundeb, as Políticas de Cotas, etc, bem como acompanhar sua execução;
- Realizar eventos como este Seminário de Educação, fóruns permanentes de discussão, sobretudo, pela possibilidade de colocar em pauta a agenda política do movimento popular para os demais setores da sociedade civil.

Sobretudo, na luta pela educação de qualidade, os líderes comunitários enfatizam o papel do Conselho Tutelar como parceiro na luta contra a vulnerabilidade social das crianças, adolescentes e jovens da periferia do Recife.

Manifestação Cultural do Movimento Jovem



Poema

Salomão Carneiro e a Moribunda Sulamita Emerenciana

Rogério Barros Ferreira¹

A triste voz da alma minha, nos versos dessa poesia empenho,
Não trago rancor nem ódio tenho, mas só por amor é que retrato essa agonia.

Pois qual amante, qual amante veria a sua amada morrendo, de dor desfacelando, em gemidos se contorcendo e não choraria seu amor nos versos de uma poesia?

Minha amada foi entregue a quem lhe cuidar devia, mas estes a deixaram no corredor da morte, jogada a própria sorte, na maca do descaso.

E eu perseguido por amá-la, mesmo temendo não calar, pois sempre olhei a direção correta, sempre mirei o Norte e sei, que a sorte não matará a verdade nem a força da utopia.

Ó escola, escola amada minha, também me adocece as tuas avarias, os teus banheiros insalubres e fedidos, te constrange e a mim como constrange te ver assim tão constrangida e as tuas escuras salas são como fornalhas super aquecidas e o desconforto que sinto sei que a ti muito incomoda, pois me desejas sempre pertinho.

Sei que o grafite está na moda, mas na democracia, a minoria também é respeitada e nem te perguntaram se querias ser assim toda pintada.

Minha alma não é punk, mas não tem preconceito, só não acha direito ver-te assim violentada.

Ó Escola, escola amada minha, também me adoecem as tuas avarias.

Ó musa perdoe, não serem os meus versos, não serem os meus versos os mais rebuscados, mas à biblioteca não foram levados os livros que lapidariam o meu vocabulário.

Tentei então buscar na internet, um texto do teu agrado, mas infelizmente, pelo monitor fui barrado por não ter cara, corpo e cheiro de rapariga no cio.

Ó Escola, escola amada minha, também me adocece as tuas avarias.

Minha Sulamita Emerenciana, não pense que o nosso amor está por fio, só porque corres o risco de com qualquer chuvisco, ficares submersa em lama.

Sei que volta em meia às vultosas árvores, tuas frondosas árvores invadem tuas salas.

E a coisa fica feia, quando para fugir das telhas tiranas atiradas teto abaixo, teus filhinhos se espremem e são pisados igual capacho.

Ó escola, escola, que horror! O desrespeito ao teu corpo me trouxe dissabor, não temos teto, carteira, banheiro limpo, birô, salas frescas iluminadas, livros, computador, respeito ao aluno, a seu pai, seu professor, não temos direito, direito humano à educação, porém te anima, reanima teu ferido coração pois somos o volotário modelo, o corrimão atual, o curral eleitoral dos candidatos da gestão, o carro-chefe da campanha do antigo diretor.

Ó escola, escola, que horror! O desrespeito ao teu corpo me trouxe dissabor.

Não sou, nem fui, queria ser um jabor, um boca do inferno canonizado, mas sei que após ter verificado, serei desclassificado pela cicuta repressiva, a subversiva crítica feita com erudição.

Mas antes de ouvir o ruído, o Som da algazarra, queria ouvir o alarido, a paixão, os aplausos e o grito dos que amam a minha amada escola.

¹ A Manifestação do Movimento Jovem foi realizada com a fala de Rogério de Barros Ferreira, líder jovem do bairro do Ibura. Como participante da União Social do Ibura (USI), entidade que integra a Rede Solidária de Defesa Social, Rogério recitou seu poema, no qual faz uma analogia entre o corpo da mulher amada e o ambiente escolar.

Música

Juventude Ativa na Real

Grupo Zamboo.²

Juventude, juventude	E a Vânia, Leco e Giliarde
Juventude ativa na real	Renata, Atitude e Luciana
Guerrilheiro juvenil	Ronyere e Michel
De uma pátria varonil	Marclélio e Geo
E quem vive nessa guerra	Érico e Cleytinho
Vive a vida por um fio	Também tem o seu papel
Como se fosse uma bomba a ponto	Agradecendo aos pais
De queimar pavio	Que nunca é demais
Sem trabalho	Pela contribuição e trabalhos sociais
Sem escola	Juventude ativa na real
Violência toda hora	
Que é que eu faço?	
Eu enfrento? Ou pulo fora?	
Juventude, juventude	
Juventude ativa na real	
Mas o Recife tem nos dado	
Sua contribuição	
Nessa longa caminhada	
O que vale é a união	
Vindo forte com garra	
E coragem para vencer	
Jovens tão se transformando com cultura e arte	
Tem mistura popular pra gente vê	
Deixando de lado a preguiça e a ociosidade	
Exemplo vivo é o grupo Zamboo	
Não está para brincadeira	
Fazem parte da Iputinga	
E levantam essa bandeira	
Apresento todo o grupo	
Falo com muito carinho	
Guigo, Jaqueline	
Pikles, Carlos e Neguinho	
Tem o Marcos, o Mago, Ítalo	

² O Grupo Zamboo foi formado há três anos no bairro da Iputinga. Surgiu no Programa de Animação Cultural da Prefeitura da Cidade do Recife. Trata-se de um grupo de percussão composto por 15 jovens do próprio bairro. Em suas músicas, falam sobre juventude, educação e comunicação. Alguns de seus integrantes participaram do Curso Agente Jovem Protetor dos Direitos Humanos, realizado pelo Gajop em 2005 nas diversas comunidades que integram a RSDS. Na ocasião do seminário, o Grupo Zamboo se apresentou com o rap “Juventude Ativa na Real” e estiveram presentes: Alexandro Lopes, Edcleyton Batista, Érico Barreto, Giliarde Coelho, Jaqueline Soares, José Carlos Pereira e Marcos Alberto Santa Cruz.

GAJOP

The logo for GAJOP features the word "GAJOP" in a bold, black, sans-serif font. The letter "O" is replaced by a grey sphere with a white highlight. Below the text, two red, curved shapes resembling stylized wings or a ribbon extend downwards from the "A" and "P".

The logo for Rede Solidária de Defesa Social consists of a circular arrangement of red stick figures holding hands, with a blue star in the center.

Rede
Solidária de
Defesa
Social

MISEREOR
DAS HILFSWERK